

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O Crédito Popular sob a ótica das Microfinanças, Finanças Solidárias e Finanças Tradicionais: o caso do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas de Fortaleza - CE.

Andrea Viana Faustino

Florianópolis, julho de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O Crédito Popular sob a ótica das Microfinanças, Finanças Solidárias e Finanças Tradicionais: o caso do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas de Fortaleza - CE.

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia

Por: Andrea Viana Faustino

Orientador: Professor Armando de Melo Lisboa, Dr.

Área de Pesquisa: Economia Solidária

Palavras – Chaves: 1- Crédito Popular
 2- Finanças Solidárias
 3- Bancos Comunitários
 4- Moeda Social Circulante Local

Florianópolis, julho de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 (nove) à aluna Andrea Viana Faustino na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Professor Dr. Armando de Melo Lisboa
Presidente

Professor Dr. Milton Biage
Membro

Professor Dr. Pedro A. Vieira
Membro

Dedico este trabalho à honra e glória de Deus, à minha família de sangue e a todos os seres com os quais compartilho, na integridade da ação, o que acreditamos e realizamos em irmandade na Terra!



AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo!

Agradeço à minha amada família de sangue: meus pais Veroni e Terezinha, meus irmãos André, Andreza e Andreara, meus sobrinhos Lara, Lucas e André Filho, à minha cunhada Vanda e à minha avó paterna Beatriz pelos abraços, apoio, carinho, paciência, conselhos, incentivos e por acreditarem no meu sucesso.

Ao Professor Armando de Melo Lisboa, por viver aquilo em que acredita. Pela orientação, suporte e amizade dedicada durante todos estes anos em que trabalhamos em campo, para que a Economia Solidária se fortaleça.

Sou grata a todos os participantes do Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES), do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), do Movimento Nacional das Trocas Solidárias (MNTS), da Rede de Arte Planetária, do Movimento pela Paz Mundial, e do Núcleo de Estudos e Práticas em Socioeconomia Solidária (NESOL/UFSC).

Aos que trabalham na Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), em especial ao Haroldo Mendonça pela atenção e estímulo intelectual prestados mesmo com sua indisponibilidade de tempo. À Leonora do Banco Bem (ES). À Sandrinha, ao Joaquim, à Otaciana e toda equipe do Banco Palmas pelo carinho, amizade, e pelo amor dedicado à causa dos Bancos Comunitários.

À Cássia, agradeço com a beleza da amizade e confiança, por estar comigo sempre disposta a me ouvir, me fazer sorrir e me estimular com suas reflexões divertidas. Mostrando-me que tudo é bem mais simples do que eu imagino. Valeu Cacá!

Tenho plena gratidão pelas estrelas que Deus colocou pra clarear ainda mais o meu caminho: Ali, Alê, Eve, Jô, Telminha, Mari, Biba, Cris, Lei, Sheila, Manu, Mimi, Bruno, Guta, Clóvis, Lis – ONDA e ao Grupo da Biomassa Tropical agradeço pela força, alegria, compreensão pelos momentos em que me ausentei e pelo amor que emanam à minha pessoa. Em especial ao Leonardo por trilhar uma parte do caminho comigo. Que ótimo ter vocês na minha vida!

Agradeço a todos os colegas e as amigadas que fiz no decorrer do curso, aos professores e servidores do Curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Agradeço a todas as pessoas que acreditam e fazem uma outra Economia acontecer. Uma Economia baseada na confiança e na solidariedade.

“Segundo diz o provérbio, dinheiro gera dinheiro. Quando se tem um pouco de capital, muitas vezes é fácil conseguir mais. O grande problema é conseguir este pouco inicial.”

(Adam Smith em A riqueza das Nações, p.113)

SUMÁRIO

- LISTA DE ANEXOS	
- LISTA DE QUADROS	
- LISTA DE ILUSTRAÇÕES	
- LISTA DE ABREVIATURAS	
- RESUMO	
1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	17
1.2 JUSTIFICATIVA.....	17
1.3 OBJETIVOS.....	18
1.2.1 Objetivo Geral.....	18
1.2.2 Objetivos Específicos.....	18
1.4. METODOLOGIA.....	19
1.5 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA.....	20
2 A CARACTERIZAÇÃO DAS FINANÇAS A PARTIR DE SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS: INSTRUMENTOS, NATUREZA, AGENTE E ACESSO.....	22
2.1 RECONHECENDO O INSTRUMENTO DAS FINANÇAS.....	22
2.1.1 Funções e características da moeda.....	23
2.1.2 Tipos de moeda	24
2.1.2.1 A moeda social como circulante local.....	26
2.1.3 Os dois lados da moeda.....	29
2.2 A NATUREZA E O PAPEL DAS FINANÇAS NA ECONOMIA.....	31
2.3 SITUANDO OS BANCOS NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	32
2.3.1 A caracterização das funções bancárias.....	34
2.3.2 Acesso bancário à população de baixa renda no Brasil.....	36
3 CRÉDITO POPULAR.....	39
3.1 A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO POPULAR.....	40
3.2 A VIDA FINANCEIRA DOS POBRES.....	41
3.3 MICROCRÉDITO E MICROFINANÇAS.....	42
3.3.1 Os concedentes, marco legal e metodologia.....	43
3.4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	45
3.4.1 As Finanças Solidárias.....	48
3.4.1.1 Bancos comunitários e sua importância para o desenvolvimento local.....	51
3.5 PRINCIPAIS LIMITES E POTENCIALIDADES DAS METODOLOGIAS DE CRÉDITO POPULAR PRATICADAS NO BRASIL.....	55

3.6 COMPARAÇÃO ENTRE AS MICROFINANÇAS, FINANÇAS SOLIDÁRIAS E FINANÇAS TRADICIONAIS NA PERSPECTIVA DO CRÉDITO POPULAR NO BRASIL.....	59
4 O CASO DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PALMAS DE FORTALEZA – CEARÁ.....	62
4.1 O SURGIMENTO DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PALMAS E SUA RELAÇÃO COM A ASMOCONP.....	63
4.2 O BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PALMAS.....	68
4.2.1 A metodologia usada para a concessão de crédito popular no Banco Palmas.....	69
4.2.2 PalmaCard: o cartão de crédito implantado para estimular o consumo solidário.....	71
4.2.3 O uso da Moeda Social no Conjunto Palmeira.....	73
4.3.4 A Originalidade da Experiência do Banco Palmas.....	77
4.3 IMPACTOS ADVINDOS DA IMPLANTAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PALMAS.....	78
4.3.1 As unidades de produção e serviços solidárias	79
4.3.2 Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Economia Solidária.....	80
4.3.3 Parceria com o Banco Popular do Brasil.....	81
4.3.4 Relação com o BACEN.....	82
5 APRESENTAÇÃO DA COMPARAÇÃO REALIZADA COM BASE NOS RESULTADOS DO ESTUDO.....	83
6 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	89
6.2 CONCLUSÃO.....	89
6.2 RECOMENDAÇÕES.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
APÊNDICES.....	103
APÊNDICE A – Roteiros para coleta complementar de dados sobre as atividades do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas e Rede Nacional de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.....	104
APÊNDICE B - Fotos tiradas em visita da autora a ASMOCONP/Banco Palmas em abril/07.....	105
ANEXOS.....	108

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - BACEN Resolução 2.707 de março 2000.....	109
ANEXO B – <i>Folder</i> Bairro Escola de Trabalho.....	111
ANEXO C – <i>Folder</i> ‘Academia de moda Periferia’	112
ANEXO D – <i>Folder</i> Banco Palmas.....	113
ANEXO E – Panfleto ‘Utilize nossa moeda social circulante’	114
ANEXO F – Mini Cartilha ‘Uma história diferente’	116
ANEXO G – Estatuto do Instituto BANCO PALMAS de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária.....	117
ANEXO H – Fórum Econômico Local – FECOL.....	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação entre as Microfinanças, Finanças Solidárias e Finanças Tradicionais na perspectiva do Crédito Popular praticado no Brasil.....	60
Quadro 2 – Programas de Desenvolvimento Local, gerenciados pela ASMOCONP e implementados pelo Banco Palmas.....	67
Quadro 3 – Rede Solidária de produção e consumo local do Banco Palmas.....	69
Quadro 4 – Sistema de crédito e juros evolutivos.....	71
Quadro 5 – Linhas de financiamento em Moeda Social Circulante Local Palmas.....	75
Quadro 6 - Unidades de produção e serviços solidários originados desde a implementação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas.....	80
Quadro 7 – Comparação entre as características das Microfinanças, Finanças Solidárias, Finanças Tradicionais e do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas sob a ótica do crédito popular praticado no Brasil.....	86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Sistema Financeiro Nacional: dinâmica da transferência de recursos.....	33
Ilustração 2 – Relação crédito/PIB: dezembro de 2005 a dezembro de 2006.....	37
Ilustração 3 – Campo da Economia Solidária no Brasil, com ênfase às organizações de Finanças Solidárias.....	47
Ilustração 4 – Campo do Crédito Popular no Brasil.....	59
Ilustração 5 – Mapa dos bairros de Fortaleza/CE com destaque para o Conjunto Palmeira.....	63
Ilustração 6 – <i>Cluster</i> Sócio-Econômico gerenciado pela ASMOCONP.....	66
Ilustração 7 – Cartão de Crédito para o consumo: Palmacard.....	72
Ilustração 8 – Frente de uma Moeda Social Circulante Local no valor de 5 Palmas.....	74
Ilustração 9 – Verso de uma Moeda Social Circulante Local no valor de 1 Palmas.....	75
Ilustração 10 – Logomarca do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas.....	79
Ilustração 11: Identificação do espaço junto a ASMOCONP/Banco Palmas onde está localizada a Loja Solidária no Conjunto Palmeira.....	105
Ilustração 12: Espaço interno da Loja Solidária no Conjunto Palmeira com trabalhadores da própria comunidade.....	105
Ilustração 13: No dia 21/04/2007, às 15:30, Sandra Magalhães (integrante do Banco Palmas) realiza pagamento em Moeda Social pela aquisição de combustível, ao frentista instruído na Palmatech e contratado pelo Posto de Gasolina do Conjunto Palmeira.....	106
Ilustração 14: Capacitação na Palmatech, escola construída na implementação do Projeto Fomento que colocou em circulação a Moeda Social Palmas.....	106
Ilustração 15: Área interna do Banco Palmas	107
Ilustração 16: Autora apontando <i>Banner</i> localizado na parte interna da estrutura da ASMOCONP/Banco Palmas.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS

ANCOSOL – Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária
ASA – Articulação do Semi-árido do Brasil
ASMOCONP – Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira
BACEN - Banco Central do Brasil
BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina
BCD – Banco Comunitário de Desenvolvimento
BDMG – Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
CADIM – Cadastro Informativo de Crédito não quitado do Setor Público Federal
CCS - Conselho da Comunidade Solidária
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária
CPMF - Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
CRAS – Centros de Referência de Assistência Social
EES - Empreendimentos de Economia Solidária
ES - Economia Solidária
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
FES - Feiras de Economia Solidária
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FSSF – Fundação de Serviço Social de Fortaleza
GT - Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras
IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LETS- Local Exchange Trading Systems
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MNTS - Movimento Nacional de Trocas Solidárias
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONG - Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul
PEA – População Economicamente Ativa
PCPP – Programa de Crédito Produtivo Popular

PDI – Programa de Desenvolvimento Institucional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS - Programa de Integração Social
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SCM - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SFN - Sistema Financeiro Nacional
SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

RESUMO

FAUSTINO, Andrea Viana. **O Crédito Popular sob a ótica das Microfinanças, Finanças Solidárias e Finanças Tradicionais: o caso do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas de Fortaleza - CE.** Florianópolis, 2007. 128 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Ciências Econômicas, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Professor Armando de Melo Lisboa, Dr.

O contexto de exclusão monetária e social leva à reflexão sobre a insuficiência de oportunidades, à população pobre e miserável, para acesso ao crédito no Sistema Financeiro Nacional. Este trabalho trata do estudo de caso do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas, localizado em Fortaleza (CE), a partir da caracterização da prática do crédito popular sob a perspectiva das microfinanças, finanças solidárias e finanças tradicionais. O método é descritivo realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Como resultado da reunião das características das Microfinanças, Finanças Solidárias, Finanças Tradicionais e da experiência do Banco Palmas, há percepção da existência de áreas bem definidas e também de matizes que se interpõem e que diferem sutilmente entre elas. Conclui-se que a inclusão monetária traz inclusão social quando a oferta de serviços financeiros é acompanhada por atividades de formação com base em princípios da economia solidária.

Palavras-chave: Crédito Popular. Finanças Solidárias. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Moeda Social Circulante Local.

ABSTRACT

The context of monetary and social exclusion leads to the reflection on the insufficiency of chances, to the poor and needy population, for access to the Credit in the National Financial System. This work deals with the study of case of the Communitarian Bank of Development Palmas, located in Fortaleza (CE), from the characterization of the practical one of the popular credit under the perspective of the microfinances, solidary finances and traditional finances. The monographic method has carried through by a descriptive form by means of documentary bibliographical research. As result of the meeting of the characteristics of microfinances, solidary finances, traditional finances and of the experience of the Bank Palmas the perception of the common land existence, as well as of shades that if interpose and that they differ subtle between them. One concludes that the monetary inclusion brings social inclusion when it offers of financial services is followed by activities of formation based on principles of the solidary economy.

Key- words: Popular credit. Solidary Finances. Communitarian Bank of Development. Social Money Circulating Local.

1 INTRODUÇÃO

No mundo globalizado o capital financeiro assume grandes proporções, movimentando-se livremente entre os diversos países¹. Na apreciação de Arrighi (1996, p. 6) este fenômeno tende a acontecer “nas fases de expansão financeira, [em que] uma massa crescente de capital monetário ‘liberta-se’ de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada por Marx, DD)’”.

O processo de financeirização da economia expressa-se pela valorização financeira superior ao crescimento do produto real, ou seja, o foco deixa de ser a produção e passa para a especulação do dinheiro pelo dinheiro. A transferência crescente de riquezas do setor produtivo para o mercado financeiro aprofunda a escassez de recursos para investimentos em setores economicamente estratégicos. E, ainda a instabilidade dos fluxos de capitais, a qual sujeita a economia aos ataques de especulação, aliada

A ocorrência de transformações nas relações produtivas entre os agentes que se refletem diretamente no mercado de trabalho, via o acirramento do processo de substituição, por máquinas e equipamentos, de atividades antes realizadas, preponderantemente, por capital humano, de mudança e aprimoramento dos modelos fordista e taylorista, por uma noção mais flexível e organização do trabalho (toyotismo, terceirização da produção), acarretam o aumento das taxas de desemprego, flexibilização das relações trabalhistas, achatamento dos salários reais e o aumento da informalidade do mercado de trabalho (SCHEFER, 2006, p. 14).

Este contexto contribui tanto para o aumento da concentração de riqueza nas mãos de poucos, quanto para a crescente pobreza e miséria². No caso brasileiro, o

¹ A livre mobilidade do capital aliado ao avanço da tecnologia, ao fácil acesso às telecomunicações e a informática aumentou a capacidade de realização dos investidores em tempo real no globo terrestre. Cerca de 1,5 trilhão de dólares percorre as principais praças financeiras do planeta em 24 horas. Isso corresponde ao volume do comércio internacional em um ano. Da noite para o dia esses capitais voláteis podem fugir de um país para outro, produzindo imensos desequilíbrios financeiros e instabilidade política (DOWBOR, 2007).

² O conceito de pobreza antes concebido como o acesso limitado a renda e ao consumo, atualmente é considerado como a inaptidão de alcançar padrões e saber se são ou não alcançados, como o acesso à alimentação, moradia, educação, saúde, participação social e política, segurança social, liberdade, qualidade ambiental, acesso a oportunidades, justiça social e direitos humanos (WOLFENSOHN; BOURGUIGNON, 2004). “[...] alguns estudos consideram pobre quem tem renda mensal inferior a meio salário mínimo. Já o indigente é aquele que tem rendimento inferior a um quarto do salário mínimo” (IPECE, 2004, p. 9).

desenvolvimento na década de 80 marcado pela crise da dívida externa, leva o governo a um endividamento com as estatais, influenciando fortemente o nível de crescimento econômico do país. No início da década de noventa, o Brasil entra no contexto mundial de liberalização financeira, comercial e de desregulamentação cambial, tornando-se dependente das oscilações dos mercados internacionais, do câmbio e dos juros.

Este histórico contribui para um contexto brasileiro contemporâneo marcado pela exclusão e desigualdade. Pelo menos, um quinto da população brasileira está abaixo da teórica linha da pobreza, em torno de 40 milhões de pessoas (PNUD, 2006). Há conseqüências para toda a sociedade relacionadas a crescente marginalização da população de baixa renda, com crescimento da violência e do crime organizado. Há também aumento das favelas (bolsões de pobreza), que fogem ao controle das autoridades. Segundo dados da UNESCO (2004), entre 1999 e 2004, o crescimento médio da violência nas capitais brasileiras foi de 1,6%, nas regiões metropolitanas em torno de 2,4% e, no interior 8%. Pessoas que não possuem condições de conseguir emprego com carteira assinada e, por estarem desempregadas ou subempregadas perdem sua dignidade e sua auto-estima.

O capitalismo contemporâneo está marcado pela crise social, o que gera inevitavelmente debates sobre novas tendências para organizar a vida social e econômica, pensar o desenvolvimento e o envolvimento da sociedade civil nos processos de transformação da realidade.

Experiências de sucesso surgem e possibilitam melhorias nas condições de vida, bem como geração de trabalho, renda e desenvolvimento local, como é o caso dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCD). Os BCD, bem como os fundos solidários e rotativos de crédito, os clubes de trocas solidárias e cooperativas de crédito apresentam-se como expressões da Economia Solidária (ES). A ES vem ganhando espaço como um importante instrumento de inclusão social. De acordo com o mapeamento nacional realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES - MTE), em parceria com Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), são 1,25 milhão de trabalhadores reunidos em cooperativas, associações e organizações não-governamentais, totalizando 15 mil Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Destes, cerca de 49% enfrentam dificuldades para acesso a crédito (SENAES, 2007).

1.1 FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Segundo Gil (2002, p. 27), o problema de pesquisa “indaga sobre como são as coisas, suas causas e conseqüências [e, é considerado] de natureza científica quando envolve variáveis que podem ser tidas como testáveis.” Deve apresentar as seguintes características: “a) O problema deve ser formulado como pergunta; b) o problema deve ser claro e preciso; c) o problema deve ser empírico; d) o problema deve ser suscetível de solução; e) o problema deve ser delimitado a uma dimensão viável” (GIL,2002, p. 29-30).

Com base neste pressuposto detectou-se o problema a ser estudado nesta pesquisa. Trata-se da insuficiência e/ou inexistência de oportunidades de acesso a crédito pela população pobre e miserável deste país, incapaz de acessar o sistema financeiro tradicional por não apresentar garantias reais. Num contexto de exclusão monetária e social: o crédito popular pode apresentar-se como alternativa que oportuniza o acesso à riqueza numa lógica centrada na valorização do ser humano? E ainda, pode promover o empoderamento pela população pobre e miserável dos métodos geradores de melhorias na sua condição de vida?

1.2 JUSTIFICATIVA

A relevância do estudo científico para a referida problemática decorre do desejo em conhecer e compreender melhor as definições, limites e potencialidades de um assunto contemporâneo, o crédito popular. O qual apresenta-se como um tema recente e relacionado a diversos termos, entre eles: finanças solidárias, finanças sociais, finanças éticas, fundos solidários, finanças de proximidade, moeda social, moeda complementar, moeda paralela, circulante local, bancos comunitários.

Outro motivo para o interesse neste mote reside no fato do fenômeno estar presente na realidade de milhões de pessoas no mundo todo. Assim, a academia deve sistematizar, organizar e registrar as informações referentes, pois conforme argumentam Marconi e Lakatos (1999, p. 94): “os fatos não falam por si; é necessário que o observador ou pesquisador vá mais além, procurando explicar os fatos e suas correlações, para que os mesmos sirvam de base objetiva para a construção de uma teoria.”

Um terceiro argumento diz respeito ao contraponto à falta de oportunidade para acesso a créditos por parte da população pobre e indigente no Sistema Financeiro Nacional. O Crédito Popular através das Finanças Solidárias, realizado pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento com uso da moeda social circulante local, cresce em importância no contexto brasileiro e internacional ao apresentar instrumentos promotores de melhorias nos territórios.

Enfim o contexto desta problemática desperta o interesse para a investigação de instrumentos alternativos para promoção de desenvolvimento, geração de emprego e renda pelas comunidades vulneráveis. Basicamente, no que se refere ao melhor entendimento sobre os conceitos, funcionamento, instrumentos, limites e potencialidades do crédito popular a partir da experiência dos bancos comunitários.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Identificar o Crédito Popular no contexto brasileiro, por meio da caracterização das Finanças Tradicionais, das Microfinanças e das Finanças Solidárias, a partir do estudo do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas, localizado em Fortaleza - CE.

1.3.2 Objetivos específicos

- Elaborar revisão bibliográfica sobre a tipologia, funções e características da moeda, natureza e papel das finanças na economia, bem como sobre a localização dos bancos no Sistema Financeiro Nacional, caracterizando suas principais funções bancárias e o acesso bancário à população de baixa renda;

- Identificar a prática do Crédito Popular por meio das Finanças Tradicionais, das Microfinanças e das Finanças Solidárias, bem como identificar os principais limites e potencialidades das metodologias de crédito popular;

- Descrever a experiência do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas de Fortaleza – CE, desde seu contexto de origem, metodologias empregadas, bem como impactos advindos de sua implementação;

- Apresentar uma comparação entre as características relevantes estudadas nas Finanças Tradicionais, Microfinanças, Finanças Solidárias e Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas.

1.4. METODOLOGIA

A pesquisa para ter seu método considerado científico precisa ser suscetível de demonstração e verificação e necessita da delimitação dos métodos utilizados. Na apreciação de Gil (2002, p. 32),

Etimologicamente, método significa caminho para chegar a um fim. Assim, método científico pode ser entendido como ‘o caminho para se chegar à verdade em ciência [ou como] o conjunto de procedimentos que ordenam o pensamento e esclarecem acerca dos meios adequados para se chegar ao conhecimento.

Desta forma, no juízo de Lakatos (1999, p. 83) a monografia pode tanto examinar aspectos particulares de um tema quanto “abranjer o conjunto das atividades de um grupo social particular”.

A fim de proporcionar maior “aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p.45), utilizou-se um estudo de caso na forma descritiva, por meio dos procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e documental.

A presente pesquisa é classificada como descritiva, pois está em acordo com o conceito estabelecido por Gil (2002, p. 42) o qual descreve que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial, a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações variáveis”.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com base em livros, teses, monografias, artigos científicos, dissertações, revistas e *Internet*.

A pesquisa documental no juízo de Gil (2002, p. 45),

[...] assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Na apreciação de Marconi e Lakatos (1999, p. 64), a pesquisa documental caracteriza-se pela coleta de informações em “documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”. Para este estudo, os dados foram colhidos em participação da autora na I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília - DF, no período de 26 a 29 de junho de 2006, bem como no Seminário Nacional sobre Fundos Solidários, realizado em Brasília - DF nos dias 06 a 08 de fevereiro de 2007 e no II Encontro Nacional da Rede de Bancos Comunitários, que aconteceu em Fortaleza-CE entre os dias 18 a 20 de abril do corrente ano. Ocasão que estive em visita à sede do Banco Palmas. Também foram realizadas entrevistas, via *e-mail* e telefone, com protagonistas da Rede de Bancos Comunitários e Banco Palmas.

1.5 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

Esta monografia está ordenada em seis capítulos. Este refere-se ao capítulo 1, incluindo a formulação da situação-problema, sua justificativa, bem como os objetivos, metodologia e estrutura.

No capítulo 2 apresenta-se revisão de literatura sobre a tipologia, funções e características da moeda, natureza e papel das finanças na economia, localização dos bancos no Sistema Financeiro Nacional, principais funções bancárias e acesso da população de baixa renda aos serviços bancários.

O capítulo 3 trata sobre a importância do Crédito Popular, a vida financeira dos pobres, o microcrédito e microfinanças, a Economia Solidária no Brasil enfatizando a área de Finanças Solidárias e a prática dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Apresenta-se ainda, os principais limites e potencialidades das metodologias de Crédito

Popular praticadas no Brasil e uma comparação geral entre as Microfinanças, Finanças Solidárias e Finanças Tradicionais.

O capítulo 4 descreve a experiência e a originalidade do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas de Fortaleza – CE, desde seu surgimento, metodologias empregadas para crédito de produção e consumo e para uso da moeda social, bem como as unidades de produção e serviços, o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Economia Solidária e relação com o Banco Central do Brasil.

No capítulo 5, apresenta-se uma comparação sobre as características relevantes das Finanças Tradicionais, Microfinanças, Finanças Solidárias e Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas.

Por fim, no capítulo 6 observam-se às considerações finais acerca do tema estudado nesta monografia.

2 A CARACTERIZAÇÃO DAS FINANÇAS A PARTIR DE SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS: INSTRUMENTO, NATUREZA, AGENTE E ACESSO

Essas mudanças de paradigma começam com o repensar a escassez, a abundância, as necessidades e a satisfação, e leva inevitavelmente a uma redefinição geral de dinheiro, de riqueza, de produtividade, de eficiência e de progresso (HENDERSON, 1996, p. 222).

2.1 RECONHECENDO O INSTRUMENTO DAS FINANÇAS

Mesmo cotidianamente usados como sinônimo, dinheiro e moeda³ diferem de forma sutil, pois conforme notado por Soares (2006, p. 96), “o dinheiro normalmente é reconhecido através das funções que é capaz de cumprir [como meio de pagamento]. Enquanto a moeda está mais ligada a forma que o dinheiro toma no exercício das referidas funções”. Neste sentido, Mishkin (1998, p.31) conceitua moeda em termos econômicos como “qualquer coisa que seja geralmente aceita em pagamento [ou como instrumento de troca] por bens ou serviços ou pagamento final de dívidas.”

As moedas metálicas, notas, cheques, depósitos bancários à vista, moeda eletrônica (transferências instantâneas em transações internacionais), moedas de plástico (cartões de crédito e débito), bônus, vales, mercadorias, ações e outros ativos podem ser reconhecidos como moeda, desde que sejam aceitas pelos credores nos pagamentos (MISHKIN, 1998; RUDGE *et al.*, 2005), levando a crer que a “[...] a moeda [socialmente aceita] é definida pelo comportamento das pessoas” (MISHKIN, 1998, p. 36).

A concepção de dinheiro evolui num processo histórico, “se modificando junto com as outras transformações sociais, servindo ora de agente integrador de certos valores, ora transformador de valores antigos [...] [ora] ajudando a preservar posições tradicionais” (SOARES, 2006, p.108), refletindo a capacidade humana em adequar seu instrumento monetário à realidade de sua economia⁴.

³ As palavras moeda, *moneda* e *money* têm origem no nome da deusa romana Juno Moneta, em cujo templo eram cunhadas as moedas imperiais. A moeda, simbolizada numa peça de metal, surgiu na Lídia, no século VII a.C., e após foi difundida pelos gregos. E o papel moeda, surgiu na China, no século IX, sendo introduzido na Europa a partir do século XVIII (LISBOA; FAUSTINO, 2006; SOARES, 2006).

⁴ Mais informações em: Arkel *et al.*, 2002; Soares, 2006; Stanford, 1981.

Constata-se na economia primitiva, a prática natural do escambo (troca direta); na continuidade deste processo, o aparecimento dos intermediários de troca (moeda-mercadoria: sal, gado, metais preciosos); depois a utilização de ativos de papel (cheques e dinheiro); a moeda com lastro em ouro até 1971; e, nas últimas décadas, o reconhecimento da moeda fiduciária, inconvertível, com emissão e multiplicação organizada e controlada pelos governos nacionais (SOARES, 2006), constituindo “a base do sistema monetário atual [composto de] dinheiro [principalmente moeda desmaterializada⁵] emitido a base de créditos, com lastro parcial e taxado com juros pelos bancos emissores” (ARKEL *et al.*, 2002, p. 16).

2.1.1 Funções e características da moeda

O desejo em deter moeda justifica-se pelas principais funções que a mesma incorpora, a saber: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor⁶.

Para Soares (2006) e Stanford (1981), a função mais significativa realizada pela moeda é como meio de troca, ou seja, um instrumento intermediário de aceitação geral para cancelamento de obrigações, inclusive a longo prazo. Esta função permite a realização de créditos, adiantamentos e a viabilização de fluxos de produção e renda; e, ainda a passagem do escambo para uma economia monetária; o aumento da eficiência econômica através de transações efetuadas em menor tempo e com menor esforço; melhor especialização e divisão social do trabalho; e, melhor planejamento de serviços e bens (MISHKIN, 1998; RUDGE *et al.*, 2005).

Como unidade de conta, a moeda possibilita medir ou comparar valores de forma padronizada na economia através da “[...] avaliação de diversos objetos em termos comuns” (STANFORD, 1981, p.11). O que traz vantagens por reduzir os custos de transação⁷ (MISHKIN, 1998), e permitir o registro, compilamento e disseminação de informações referentes a contabilização de produção, investimento, consumo e poupança (RUDGE *et al.*, 2005).

⁵ Atualmente no mundo, o dinheiro em circulação na forma de moedas e bilhetes é de apenas 3%, enquanto o dinheiro virtual é de 97% (ARKEL, 2002).

⁶ Alguns autores, referem-se a função meio de troca através dos termos meio de pagamento (MISHKIN, 1998) ou intermediária de troca (RUDGE *et al.*, 2005). Da mesma forma, a função unidade de conta é referida como unidade de medida (STANFORD, 1981) ou medida de valor (RUDGE *et al.*, 2005).

A moeda funciona como reserva de valor da riqueza na sua forma geral⁸ (STANFORD, 1981). Um repositório de poder aquisitivo a ser usado em qualquer tempo, e devido sua aceitação consensual pode ser convertida com facilidade e rapidez (liquidez) em um meio de pagamento e trocada por outros bens e ativos. Em contrapartida, outros ativos acumulatórios de riquezas na sua forma específica (ouro, ações, obras de arte, casas, terras, jóias) somente são trocados por outros bens e serviços após transformados em moeda, acarretando custos de transação (MISHKIN, 1998). A vantagem desta função reside tanto na “eliminação dos custos de estocagem e deterioração e [na] conveniência da conservação de um ativo líquido” (STANFORD, 1981, p. 12), quanto na garantia e comodidade de usar a riqueza acumulada no futuro.

Além das funções apresentadas, a moeda possui algumas características adicionais que garantem sua aceitabilidade e o bom funcionamento numa economia. São elas: “raridade, durabilidade, transferibilidade, homogeneidade, divisibilidade e facilidade de manuseio” (RUDGE *et al.*, 2005, p. 3).

2.1.2 Tipos de moeda

Na opinião de Soares (2006, p. 114) “[...] diferentes formas de dinheiro/moeda são construídas em diferentes momentos sócio-econômicos”, inclusive, coexistindo simultaneamente. Neste sentido, “[...] o dinheiro [resulta] da criatividade, da capacidade e da necessidade humana [...] não é estático, nem tampouco imutável” (ARKEL *et al.*, 2002, p.15). De forma sucinta apresenta-se a seguinte tipologia: i) moeda fiduciária, ii) moeda bancária, iii) moeda eletrônica e iv) moeda paralela, com a clareza de que “[...] outras formas de dinheiro existiram, existem e existirão” (ARKEL *et al.*, 2002, p.17).

i) A moeda fiduciária é caracterizada pela confiança (fidúcia) em sua aceitação devido ao seu poder liberatório e curso forçado por decreto do Estado, que a emite em notas de papel e moeda sem valor intrínseco (HILLBRECHT, 1999), mas com valor

⁷ Custo de transação refere-se ao tempo gasto na tentativa de trocar bens e serviços, que pode prolongar-se mais, se tiver que comparar os preços de todos os bens e serviços entre si. Desta forma, a introdução da moeda como unidade de conta, reduz o número de preços que precisa ser considerado na efetuação de uma transação, pois todos os preços são cotados a unidade daquela moeda (MISHKIN; 1998).

⁸ Para Stanford (1981, p. 12), a riqueza na sua forma geral, “confere comando total sobre bens e serviços e outros ativos [...] [e na sua forma específica] envolve a manutenção de estoques de determinados bens reais.”

nominal e denominado (SOARES, 2006). No juízo de Lopes & Rosseti (1998, p. 35), “os sistemas monetários são, em sua quase totalidade, fiduciários [marcados pela:] inexistência de lastro metálico, inconvertibilidade absoluta e monopólio estatal das emissões.”

ii) Para Lopes & Rosseti (1998, p. 35), “a moeda bancária [também chamada moeda escritural ou invisível] representa a parcela maior dos meios de pagamento [...] praticamente em todos os países.” É constituída por depósitos à vista e a curto prazo, existentes nos bancos ou outras instituições creditícias movimentados, principalmente, por meio de cheques⁹ ou ordens de pagamento (TRIGUEIRO, [200?]).

Os cheques no juízo de Hillbrecht (1999, p. 34), “são promessas de pagamento em dinheiro, sob demanda, a ser sacadas de depósitos [...] em contas bancárias.” Para Mishkin (1998, p. 33), “são um tipo de dívida pagável à vista e que permitem que as transações aconteçam sem a necessidade de carregar grandes quantidades de dinheiro.” Ocupa um importante papel na economia ao reduzir os custos de transporte, a necessidade de troco, a possibilidade de roubos e, impedir o entesouramento do dinheiro em espécie (TRIGUEIRO, [200?]). O uso de cheques está associado a problemas de liquidez e informação, referentes à burocracia de seu processamento (HILLBRECHT, 1999). Seu uso vem diminuindo na última década devido a crescente utilização da moeda eletrônica.

iii) As transações efetuadas com a moeda eletrônica ou *e-money*, são armazenadas virtualmente por meio de sistemas eletrônicos de transferência de fundos. Apresenta-se sob as formas de cartões de débito e crédito, cartão de valor acumulado, dinheiro eletrônico e cheques eletrônicos (MISHKIN, 1998).

As constantes inovações tecnológicas em informática e telecomunicações, aumentam a eficiência do sistema de pagamentos, pois as transações podem ser efetuadas via computador em tempo real, reduzindo os custos provenientes da compensação de cheques e do fluxo de moeda de um lugar para o outro¹⁰ (HILLBRECHT, 1999). As inovações em tecnologia da informação são naturalmente absorvidas pelo sistema financeiro internacional (virtual). Este caracterizado, até o momento, pela inexistência de uma intervenção reguladora (HENDERSON, 1996).

⁹ A origem da palavra cheque está ligada à letra de câmbio e, vem do vocábulo inglês *to check*, "conferir" e do francês *echequier*, "tabuleiro de xadrez", mesas usadas pelos banqueiros. A França teve a primeira lei sobre o cheque em 14/06/1865, seguida da Inglaterra, em 18/08/1882. No Brasil, a primeira referência ao cheque apareceu em 1845, quando se fundou o Banco Comercial da Bahia, sob a denominação de cautela. Contudo, foi regulamentado pelo decreto 2.591, somente em 7/08/1912 (BACEN, 2007).

¹⁰ Henderson (1996) argumenta que estas inovações tecnológicas movimentavam, já em 1996, o equivalente a um trilhão de dólares por dia no sistema financeiro mundial.

iv) A moeda paralela¹¹ para Soares (2006, p. 135), é “qualquer instrumento utilizado como meio de pagamento e no estabelecimento de contratos, que não a moeda nacional.” São consideradas nesta modalidade tanto moedas com lógica puramente comercial quanto com a lógica social, alguns exemplos a saber: vale refeição, vale transporte, cesta alimentação, programas de fidelidade, o Euro, a moeda social, entre outras.

No juízo de Primavera (2003, p. 192), “a existência de moedas paralelas à moeda oficial é uma situação relativamente freqüente¹² [...]”. Para Henderson (1996, p. 234),

todas as vezes em que os produtores e os consumidores locais se defrontam com a hiperinflação de moedas nacionais ou com planos de ação política para o crescimento econômico sem empregos, eles recorrem a maneiras pragmáticas de desobstruir os mercados locais, criando empregos e fomentando o bem-estar da comunidade.

2.1.2.1 A moeda social como circulante local

Em sua tese, Soares (2006) apresenta diferentes iniciativas usuárias da moeda social no Brasil e no resto do mundo, dentre elas os clubes de trocas, o sistema LETS, Talento, Banco do Tempo e o circulante local¹³. Estas experiências visam por um lado à inclusão social e a melhoria das condições de vida, através da troca de bens e serviços, valorização do trabalho (talentos e dons), produção descentralizada da moeda e da gestão construída coletivamente de forma transparente. E por outro, propõe o resgate do sentido do dinheiro no que se refere à forma e procedimento determinante de valores sociais e hábitos, que fundamentam a dinâmica de funcionamento de uma sociedade. Vale salientar também que a utilização da moeda social possui limites no que concerne às possibilidades de falsificação, emissão em quantidade superior a suficiente para mobilizar a economia local e a má gestão do sistema de contas¹⁴.

¹¹ Também chamada moeda complementar (PRIMAVERA, 2006) ou moeda alternativa (HENDERSON, 1996).

¹² Blanc (1998 *apud* PRIMAVERA, 2003) faz referência a 465 exemplos de instrumentos complementares à moeda oficial, encontrados em 136 países, no período de 1988 a 1996.

¹³ Blanc (2006 *apud* MOATTI, 2006, p. 25) estima que existem “entre meio milhão e um milhão de sócios dos sistemas de moedas sociais, repartidos em mais de três mil associações, situadas em mais de 40 países.”

¹⁴ O que remete ao caso Argentino, onde em 1995 existia um único clube de trocas com 23 pessoas usando a moeda social, chegou a 2 milhões de membros em 2002 em plena crise que culminou numa superemissão de moedas “falsificadas” destruindo naquele território a confiança em tal instrumento monetário (PRIMAVERA, 2003).

Neste universo, cada experiência é adaptada à realidade de seu território¹⁵, porém de uma forma geral apresenta características que eclodem no conceito de moeda social, que na apreciação de Soares (2006, p. 134-135) trata-se de:

uma forma de moeda paralela criada e administrada por seus próprios usuários, logo, tem sua emissão originada na esfera privada da economia. Ela não tem qualquer vínculo obrigatório com a moeda nacional e sua circulação é baseada na confiança mútua entre os usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária.

Na opinião de Albuquerque (2003, p. 199),

por moeda social, em sentido lato, deve-se entender o instrumento fiduciário (de confiança) utilizado por uma ou mais pessoas e/ou grupo(s) que exerce as funções de unidade valorativa, que pode circular livremente em uma comunidade e é aceita como forma de pagamento; seu valor nominal não é igual ao valor intrínseco, depende da confiança daqueles que a recebem e a repassam, por isso não pode ser usada como instrumento de entesouramento das riquezas produzidas pelos indivíduos ou comunidade.

Em contraponto à moeda formal, a moeda social geralmente é isenta de juros com vistas a desestimular sua concentração e favorecer a circulação, o que por sua vez possibilita o desenvolvimento de outras formas de organização econômica, social e cultural. O sentido real da moeda social reside na circulação, e “um crédito só precisa gerar o montante inicial para ser viável. Isto implica em que muito mais empreendimentos poderão ser iniciados e gerarão resultados” (ARKEL *et al*, 2002, p. 89-90).

Lisboa e Faustino (2006, p.7) argumentam que o uso da moeda social como circulante local numa comunidade tem o poder de desfazer “o círculo vicioso da pobreza e da miséria, o qual em grande parte é decorrente da escassez de moeda [como meio de pagamento] que inibe a produção e circulação da riqueza”. Além de desenvolver a economia local, a utilização da moeda social circulante local com perspectiva de continuidade e aceitação, fortifica a proximidade entre as pessoas ao estabelecer vínculos baseados na confiança e na reciprocidade.

Na apreciação de Arkel (2002, p. 89), a eficiência da moeda social decorre da criação de “possibilidades para as comunidades se autogestionarem [...]”, em que, por exemplo “[...] a própria escolha do nome da moeda social traz consigo um debate político

¹⁵ O conceito de território associa-se não apenas a “território nacional” sob gestão do Estado - Nação, mas à integração nacional. Um espaço-temporalmente produzido pelas relações sociais (contraditórias, solidárias e conflitivas), relações de poder e relações capitalistas; ocupado temporária ou permanentemente, em diferentes escalas, pela população, pela economia, os transportes, a fiscalização, etc. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento (FERNANDES, 2005; VALVERDE, 2004).

político que reforça a identidade do território, da característica histórico-cultural da comunidade ou nação em questão” (PACS, 2005, p. 19).

Em sua acepção nata, a moeda social circulante local é uma moeda complementar à moeda nacional, criada pelo Banco Comunitário de Desenvolvimento¹⁶ com a finalidade de fazer circular as riquezas em determinado território, por meio do estímulo à comercialização, produção e consumo, gerando trabalho e renda. Conforme Melo Neto e Magalhães (2006, p. 6), a moeda social circulante local possui as seguintes características:

- a) O circulante local tem lastro na moeda nacional, o real (R\$). Ou seja, para cada moeda emitida, existe no banco comunitário, um correspondente em real;
- b) As moedas são produzidas com componentes de segurança (papel moeda, marca d'água, código de barra, números serial) para evitar falsificação;
- c) A circulação é livre no comércio local e, geralmente, quem compra com a moeda social recebe um desconto promovido pelo comerciantes e produtores para incentivar o uso da moeda no município/bairro;
- d) Qualquer produtor/comerciante cadastrado no Banco Comunitário pode trocar moeda social por reais caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do município/bairro;
- e) A exemplo do Banco Comunitário, o controle e as riquezas geradas pela moeda, ficam na comunidade.

O ingresso da moeda social que circula na economia local do território é feita pelo empréstimo sem juros ou pela troca da moeda nacional no Banco Comunitário de Desenvolvimento, ou ainda no recebimento por trabalho realizado nalgum empreendimento pertencente a rede. O meio circulante local, na opinião de Soares (2006, p. 153) “é um tipo de moeda que aumenta a liquidez de forma localizada, entretanto de modo entrelaçado com as institucionalidades ligadas à moeda nacional como a emissão realizada por bancos privados [...]”. A importância do ‘diálogo’ entre a moeda social e a nacional, é vista sob uma ótica positiva, decorrente da possibilidade de apropriação com moeda social de riquezas externas a comunidade (tecnologias, insumos, equipamentos entre outros), estimulando à produção local que antes não teria acesso a tais instrumentos pela escassez da moeda nacional (MELO NETO; MAGALHÃES, 2005).

¹⁶ O tema Bancos Comunitários de Desenvolvimento será tratado com mais detalhes no capítulo 3 e 4.

2.1.3 Os dois lados da moeda

O uso da moeda integra os fluxos das atividades econômicas, real e monetário¹⁷, pelo intercâmbio entre as empresas, famílias, governos, intermediários bancários e não-bancários (SOUZA, [2004?]). Rudge *et al.* (2005) consideram a moeda o centro da macroeconomia; por um lado afeta a variação dos níveis de produção e de emprego, a curto prazo, e por outro determina o nível geral de preços, no longo prazo.

Todavia, mudanças dinâmicas da moeda e sistema monetário levam a crer por parte de Arkel *et al.* (2002) que:

[...] os bancos centrais não continuarão sendo a base financeira do sistema monetário [...] a função de troca do dinheiro será cada vez menos utilizada [...] [visto que] as moedas nacionais são cada vez mais apenas um instrumento de cálculo, [pois] são os mercados que determinam [seu] valor [...] [as] limitações de tempo ou espaço fazem parte do passado (p. 109) [e] cada vez mais transações [são realizadas e administradas] fora do circuito monetário (p. 57).

De qualquer forma, a moeda é um instrumento ‘poderoso’: pode tanto aumentar a concentração de riqueza e pobreza, quanto promover o desenvolvimento¹⁸ em territórios. Sua disponibilidade influencia a circulação, facilita intercâmbios e a especialização dos indivíduos em atividades (ARKEL *et al.*, 2002). No entanto, em quantidade insuficiente impossibilita a apropriação pelos produtores e consumidores na medida de suas necessidades, o que diminui o bem estar social de regiões e indivíduos (LISBOA; FAUSTINO, 2006). A escassez, crença dominante no modelo econômico convencional aliada

a desatenção e a não-compreensão da maioria das pessoas em relação ao dinheiro, a seu controle e a sua aquisição concorre para que a natureza da ‘moeda’ seja mistificada, a ponto de divorciar-se da natureza do dinheiro os tipos de ação social aos quais seu uso está associado (ALBUQUERQUE, 2003, p. 199).

¹⁷ O fluxo real é composto pelas atividades concretas de bens e serviços, envolvem produção, troca e consumo; e, o fluxo monetário é composto pelos pagamentos de salários, juros, aluguéis, dividendos e rendimentos. (SOUZA, [2004?]).

¹⁸ O debate sobre o tema desenvolvimento é rico e polêmico. Adota-se aqui, o conceito de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2006, p. 263), que envolve aspectos sociais, culturais e políticos, além da dimensão econômica; “o Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida conjunta de três dimensões do desenvolvimento humano: viver uma vida longa e saudável (medida pela esperança de vida), ter estudos (medido pela alfabetização de adultos e pelas matrículas nos níveis primário, secundário e superior) e ter um padrão de vida decente (medido pelo rendimento de paridade do poder de compra, PPC).”

Neste sentido, na opinião de Henderson (1996, p. 223),

modelos econômicos baseados em temores de escassez podem erodir os sentimentos naturais de bem-estar e de abundância, e até mesmo fazer populações inteiras regredirem a uma situação de ansiedade e de tensão excessivas, e a uma motivação irrealista para o poder, o ‘sucesso’, a ostentação de riquezas e outros comportamentos cumulativos.

A confusão não se origina da existência ou não da moeda, mas na forma como são regidas as relações com base no sistema monetário. No julgamento de Lisboa e Faustino (2006, p. 4),

[...] há um alto preço a pagar quando é apenas através da moeda que nos relacionamos, pois aqui estamos diante duma espécie de socialização asocial, a qual permite uma participação do indivíduo na sociedade de consumo, mas não o integra nas redes primárias de sociabilidade e apoio mútuo, gerando um indivíduo socialmente desintegrado, indiferente e alienado, afetivamente carente e neurótico. No extremo, esta forma moderna de socialização constitui uma socialização dessocializante, dessolidarizante, que nesta forma limite ameaça a continuidade da vida social.

Considera-se nesta questão, o uso intensivo do dinheiro num processo natural em que “cada indivíduo depende de um número sempre maior de pessoas, as reconhece cada vez menos enquanto tal, identificando nelas apenas os bens e serviços prestados, não mais as suas personalidades” (SOARES, 2006, p. 90).

Um outro lado da moeda refere-se ao empoderamento¹⁹ pelas comunidades a nível local de um eficiente instrumento financeiro, a moeda, que “como ocorre com todas as moedas em circulação, [tem] a confiança [como] o fator que proporciona [seu] valor” (HENDERSON, 1996, p. 235). Acrescido do caráter social, promotor da interação entre os fluxos econômicos locais com maior eficiência, tanto do ponto de vista da confiança e da proximidade entre os atores envolvidos, quanto pela circulação e distribuição da riqueza produzida naquele território. Esta prática, conforme ver-se-á mais à frente neste estudo, ocorre a partir de um serviço contínuo de sensibilização, capacitação e formação dos atores envolvidos, transmutando a crença arraigada da escassez do dinheiro para um novo significado.

¹⁹ Termo adotado do inglês *empowerment*; empoderamento diz respeito ao processo de busca e construção do poder (em geral e em particular) de decisão dos grupos na sociedade afim de superar a dependência social e dominação política (PARENTE, 2002). “Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular (realidade) em que se encontra, até atingir a compreensão de teias complexas de relações sociais que informam contextos econômicos e políticos mais abrangentes” (PEREIRA, 2006).

2.2 A NATUREZA E O PAPEL DAS FINANÇAS NA ECONOMIA

No juízo de Coelho (2003), tradicionalmente as finanças concentram-se no setor bancário oficial. Constituído um sistema que trata da concessão e garantia de crédito, disponibilização dos serviços bancários, realização de investimentos e circulação da moeda, bem como sua utilização, custo, rendimento, proteção, controle e captação. “Esta visão funcional exclui os atores, a intermediação e os seus objetivos” (COELHO, 2003, p. 154).

Na apreciação de Singer (2000, p. 23), “cada transação financeira é uma operação de empréstimo [ou seja, de crédito²⁰, caracterizada por] não envolver transferência definitiva de valor”; prolonga-se no tempo e completa-se na devolução do que foi emprestado, acrescido de algum retorno compensatório como juros, dividendos, aluguéis e/ou outros. O retorno esperado é maior quanto maior for o prazo, assim a passagem do tempo produz e preserva ‘valor’.

A economia de mercado caracteriza-se pela incerteza. De modo que a transação financeira “é um contrato [...] firmado entre frágeis seres humanos, existe sempre o risco de que ele não se cumpra” (SINGER, 2000, p. 34), pois está sujeito a imprevisibilidades inerentes à vida e aos empreendimentos humanos. As imprevisibilidades são maiores numa economia inovadora e competitiva, onde não se sabe ao certo sobre a continuidade dos negócios, devido à concorrência acirrada entre capitalistas fortalecendo um em detrimento do outro. Os neoclássicos defendem que o risco pode ser medido e incorporado ao retorno esperado, por meio das taxas de juros, embora “se o risco fosse previsível, a vida no mundo das finanças seria muito mais estável do que na realidade é” (SINGER, 2000, p. 35).

Para Marx (1894) o giro do capital apresenta as fases: 1) capital monetário; 2) meios de produção somada a força de trabalho; 3) período de produção; 4) capital sob forma de mercadorias; 5) período de distribuição; e 6) novo capital monetário. O empresário financia a aquisição de mais meios de produção e força de trabalho, ainda quando as mercadorias estão no período de produção, o que dá ao crédito o caráter de ‘motor da economia’(ARKEL *et al*, 2002). No sistema financeiro o crédito é o pilar

²⁰ Crédito deriva do latim *creditum* “algo confiado de boa fé” e *credere* “crer, acreditar, confiar”. No plano econômico refere-se a disponibilização de alguma soma em dinheiro sob certas condições, por determinado período a um tomador, em troca de remuneração (juros); implicando, geralmente, na prestação de uma garantia pela quantia emprestada (MONTEIRO FILHO, 2006; PARENTE, 2002).

fundamental, pois acelera enormemente o giro do capital, facilita e viabiliza investimentos e o desenvolvimento (AR KEL *et al*, 2002). Na análise de Souza (2004) as transações financeiras propiciam o crescimento econômico, dinamizam o capital de giro e a formação de capital das empresas e do governo, bem como o consumo das famílias.

O principal papel das finanças na economia é reduzir o tempo em que os valores permanecem imobilizados, à espera de serem utilizados.

As finanças permitem dissociar os períodos de produção e de distribuição da movimentação de valores. Elas permitem a consumidores que ainda não tem dinheiro utilizar ou consumir bens alheios, mediante pagamento de aluguel ou de juros. E elas permitem a empresários, também contra pagamento de juros, comprar meios de produção e contratar empregados antes de ter vendido as mercadorias que acabaram de produzir [...]. Graças às finanças, o dinheiro que se acumula nos fundos de depreciação pode ser emprestado a outros agentes, que em troca do pagamento de juros poderão usá-lo para produzir ou consumir (SINGER, 2000, p.32).

Hipoteticamente, num mundo sem finanças o tempo para materialização de qualquer inspiração da criatividade humana é demasiado longo, e constantemente paralisado por indisponibilidade de recursos, ou seja, “cada vez que o dinheiro do empresário não for suficiente para pagar tudo à vista, as obras [ou qualquer outra empreitada] serão paralisadas” (SINGER, 2000, p. 29).

2.3 SITUANDO OS BANCOS NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

No sistema financeiro²¹ os recursos dos poupadores-emprestadores são direcionados para os investidores-tomadores, através de financiamentos diretos nos mercados financeiros (monetário, de crédito, de capitais e cambial) e financiamentos indiretos por meio de intermediários financeiros. A relevância do sistema financeiro justifica-se pelos serviços referentes ao compartilhamento de risco, liquidez e informação, prestados aos emprestadores e tomadores. Pelo fato do sistema financeiro ser altamente regulamentado pelos governos, existe confiança por parte da sociedade que o mesmo, pode frear a ocorrência de graves crises financeiras, bem como proteger a economia de suas conseqüências (HILLBRECHT, 1999).



Ilustração 1 – Sistema Financeiro Nacional: dinâmica da transferência de recursos.

Fonte: Elaborado pela autora com base em: Hillbrecht (1999); Lopes; Rosseti (1998); Rudge *et al.*, (2005).

O mercado financeiro de crédito propicia, a curto e médio prazo, a aquisição de bens duráveis para consumidores, bem como capital de giro e capital fixo para empresas (HILLBRECHT, 1999). Funciona sob normas contratuais que estabelecem: o valor da operação em moeda ou em percentual, o destino do uso dos recursos, o custo do crédito (custo de captação dos recursos cedidos mais taxas e impostos mais remuneração do agente de crédito), o prazo (reduz quanto mais alta a inflação), a forma de liquidação (em parcelas mensais, consecutivas ou no vencimento do contrato), e as garantias oferecidas (reais, pignoratícias, fidejussórias ou acessórias²²) (RUDGE *et al.*, 2005).

²¹ O Sistema Financeiro Nacional – SFN (institucionalizado e implementado em 1964/68), é composto pelo subsistema normativo, que o regulamenta através do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil - BACEN e Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e, pelo subsistema operativo: bancos múltiplos, comerciais, de investimentos e desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito imobiliário, financeiras, corretoras, bolsa de valores, agentes autônomos de investimento, distribuidoras, seguradoras, *leasing*, *factoring* e consórcios. As instituições financeiras são classificadas quanto à natureza de obrigações em bancárias e não-bancárias; quanto aos tipos de operações em instituições de crédito, distribuidoras de títulos e valores mobiliários. De acordo, com as funções creditícias ou patrimoniais, agrupam-se em crédito de curto prazo, crédito de médio e longo prazo, crédito ao consumidor, crédito habitacional, intermediação de títulos e valores mobiliários, arrendamento mercantil e seguro, previdência complementar e capitalização (BACEN, 2007; RUDGE *et al.*, 2005).

²² “Garantias reais: hipoteca de bens de raiz (imóveis, terrenos); garantias pignoratícias: é o próprio bem que garante o crédito, ou bens equivalentes dados em penhor mercantil, alienação fiduciária e reserva de domínio; garantias fidejussórias: quem garante é a idoneidade do devedor e de outros parceiros do contrato, solidários com o devedor (avalista, fiador); garantias acessórias: seguro do bem adquirido” (RUDGE *et al.*, 2005, p. 16).

Os financiamentos diretos do mercado de crédito são realizados, também, pelos intermediários financeiros bancários, da mesma forma que os financiamentos indiretos. A intermediação financeira é importante ao permitir o ‘encontro’ entre os emprestadores e os tomadores de recursos, reduzir custos de transação pelo desenvolvimento de tecnologias e economias de escala. E, ainda por reduzir assimetria de informação, tanto seleção adversa quanto risco moral, pela produção e disponibilização de informações (HILLBRECHT, 1999).

Os benefícios da intermediação financeira para a economia residem no incentivo ao direcionamento das poupanças individuais para os investimentos em atividades produtivas e úteis, na medida em que permite a redução das taxas de juros (STANFORD, 1981); bem como pela avaliação de projetos; administração de riscos e facilidade de transações, essenciais para o crescimento econômico e inovações tecnológicas (SCHUMPETER, 1911 *apud* ANDREZO, 2002).

Os bancos são importantes intermediários financeiros. Tradicionalmente concedem empréstimos no longo prazo a partir da captação de depósitos à vista, e determinam a oferta monetária (HILLBRECHT, 1999; STANFORD, 1981). Entretanto, a participação dos bancos como fontes de recursos nas economias mais desenvolvidas têm diminuído, com a redução nas vantagens de custo de captação de recursos e de receitas nos ativos (ANDREZO, 2002; MISHKIN, 1998). Enquanto nas economias desenvolvidas o espaço financeiro é ocupado pelos mercados de capitais, devido sua eficiência, nas economias menos desenvolvidas os bancos comerciais predominam fortemente, conforme constata uma pesquisa realizada em quarenta e oito países, por Levine e Demirgüç-Kunt (1996 *apud* ANDREZO, 2002).

Conforme informações da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2007), atualmente no país, a intermediação bancária é realizada via agências, postos de atendimento bancário, postos de atendimento eletrônico e correspondentes bancários.

2.3.1 A caracterização das funções bancárias

A emissão primária de moedas para circulação na economia brasileira é realizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Os bancos comerciais privados e públicos e as caixas econômicas possuem grande poder de expansão monetária (RUDGE *et al.*, 2005),

ao emitir mais dinheiro do que há em suas reservas através do respaldo parcial²³, produzindo ‘dinheiro novo’ oferecido como crédito sob taxas de juros (ARKEL *et al.*, 2002).

A característica essencial do sistema bancário de gerar moeda (escritural) decorre do fato de que, em condições normais, depositantes e aqueles que fazem retiradas de recursos não são coincidentes, ou seja, por algum tempo o dinheiro depositado fica a disposição do banco para empréstimos (RUDGE *et al.*, 2005, p.9).

Dada esta característica, o sistema bancário transaciona volumes de crédito mediante custos (taxas de juros), estimados com base em incertezas (risco) e/ou em garantias envolvidas na operação. Um sistema de crédito ‘aprimorado’, onde as poupanças são canalizadas com maior eficiência para os investimentos, auxilia o crescimento econômico, propicia um aumento no número de bancos, que por sua vez disponibiliza mais recursos para créditos (FEBRABAN, 2007).

“Os bancos são intermediários financeiros com fins lucrativos” (MISHKIN, 1998, p. 160), seus recursos provêm, basicamente, do *spread* bancário²⁴. Os custos dos bancos afetam o potencial expansivo da oferta de crédito; quanto menores os custos de um banco, mais baixo é o valor da menor operação e o limite de renda mínima do cliente. Os custos bancários (operacionais, administrativos, cobertura de riscos, de conformidade em cumprir a lei e inadimplência) são elevados no Brasil e têm origem principalmente, no financiamento dos *déficits* do governo (FEBRABAN, 2007).

Na realização de um empréstimo via intermediação bancária, o governo fica com a maior parcela referente à tributação explícita (IOF, Imposto de Renda, CPMF, PIS, COFINS e Contribuição Social) mais a tributação implícita (depósitos compulsórios²⁵); uma parte fica para o Fundo Garantidor de Crédito; outra para o investidor e uma parcela para o banco (TROSTER, [2003?]), indisponibilizando recursos que podem ser direcionados à oferta de crédito.

²³ Na idade média, os ourives na Itália, guardavam o ouro dos comerciantes ‘a salvo’, e entregavam um recibo para garantir sua posterior devolução. Este “dinheiro em bilhete”, transacionado preferencialmente em relação ao ouro, foi emitido em número maior em comparação ao valor do ouro guardado, quando os ourives perceberam que todos os depositantes não cobravam suas garantias por ouro simultaneamente (ARKEL *et al.*, 2002). Atualmente, quando um poupador deposita, hipoteticamente, R\$ 100,00 (Cem reais), o banco fica com uma porcentagem para encaixe (neste exemplo 10%), e empresta os outros R\$ 90,00 (Noventa reais), para um tomador movimentar através de um banco. Da mesma forma, destes R\$ 90,00 emprestados, 10% ficam no banco que empresta os R\$ 81,00 (Oitenta reais) restantes, realimentando o processo até que o encaixe seja igual ao depósito inicial (RUDGE *et al.*, 2005).

²⁴ *Spread* é a margem bruta dos bancos que tomam emprestado a uma taxa determinada e emprestam por outra mais elevada. Um *spread* alto simboliza a tendência de baixa oferta de crédito; um *spread* baixo sinaliza alta oferta de crédito à sociedade (FEBRABAN, 2007). “Quanto maior o spread, tanto maior é a renda bruta do banco” (SINGER, 2000, p.151).

2.3.2 Acesso da população de baixa renda no Brasil aos serviços bancários

O quadro econômico marcado pela estabilidade²⁶, regime de metas para a inflação, câmbio flutuante e *superávit* primário; aliado ao término de ganhos com a inflação, ao ajuste fiscal, à abertura do sistema financeiro, a centralização e a concentração bancária²⁷, proporciona uma melhora da renda das famílias, menor necessidade de financiamento do setor público e readequação estrutural do sistema bancário (JUNIOR, [200?]).

Conforme reflexão de Singer (2000), em nosso país o sistema bancário nasceu direcionado a atender as necessidades dos grandes empresários e, principalmente, do governo. Devido sua expansão, voltou-se às pequenas e médias empresas, e apresenta atualmente uma forte tendência a servir à população de baixa renda “pequenos valores em grandes quantidades”, mantendo seus objetivos de lucro (OLIVEIRA, 2004 *apud* TOKARSKI, 2004).

Neste sentido a FEBRABAN (2006), defende que todos os municípios brasileiros estão cobertos por algum tipo de atendimento bancário. Esta argumentação baseia-se na regulamentação dos correspondentes bancários (Resolução 2.707 de 3/2000, anexo A), a qual permite o acesso aos serviços bancários básicos em correios, lotéricas, supermercados, farmácias, lojas de departamentos e outros ramos varejistas²⁸.

Rodrigues (2007) relata um aumento na oferta de serviços bancários, essencialmente de contas correntes simplificadas²⁹, para a população não bancarizada, realizada principalmente pelo Banco do Brasil (Banco Popular), Bradesco (Banco Postal), Caixa Econômica Federal (Caixa Aqui) e HSBC (crédito consignado); o que permitiu,

²⁵ O depósito compulsório, legalizado pelo BACEN, obriga os bancos comerciais e outras instituições financeiras, a depositarem o equivalente a 45% da média diária dos saldos para depósitos à vista, 15% da média diária dos saldos para depósitos à prazo e 20% da média diária dos saldos para depósitos de poupança (BACEN, 2007); enquanto, no resto do mundo a média é de 10% (SANGLARD, 2007).

²⁶ Em 2006, a inflação acumulada foi 3,14%; a taxa Selic reduziu 4,75%; o crescimento econômico foi 3,7%; o consumo expandiu 4,3%; os investimentos aumentaram 8,7%; o saldo da balança comercial ficou US\$ 1,4 bilhão acima do resultado em 2005; o volume de reservas internacionais foi de US\$ 85,8 bilhões (11 meses de importação); e o risco-país em 192 pontos (FEBRABAN, 2007; IBGE, 2007).

²⁷ Para Marx, o processo de concentração e centralização, baseia-se na lógica do acúmulo dos recursos financeiros nas mãos de poucos, ao mesmo tempo em que há a centralização do capital (POCHMANN, 2002).

²⁸ De acordo com dados do BACEN (2007), no Brasil existem 5.580 municípios atendidos por 18.068 agências e 6.603 postos de atendimento de 496 instituições bancárias, que além de outros, prestam serviços básicos de: abertura de contas, saques, depósitos, extratos, saldos, empréstimo, recebimento de contas, recebimento de tributos Estaduais, Municipais e FGTS e pagamento de aposentadorias.

desde a implementação da Resolução 2.707, a inclusão de 7,1 milhões de pessoas no sistema bancário oficial (G1, 2007).

O perfil da população não bancarizada, definido por uma pesquisa realizada pela TNSinterScience³⁰ (2006), aponta 30 milhões de domicílios com renda até cinco salários mínimos, representando 68% do total de domicílios. Destes, somente 20% têm acesso à Internet; e 52% trabalha sem registro em carteira. Ainda, 100% usa o caixa tradicional do banco, para depósito e/ou saque (42%), pagamento de boletos (33%) e pagamento de contas, impostos e taxas (20%); sendo 78% destes pagamentos efetuados em espécie. A preferência em pagar contas via boletos, 'se e quando' possui dinheiro, deve-se a renda variável e instável. Em decorrência das taxas de juros, 70% deixaram de fazer algum financiamento, sendo 44% empréstimos em banco, 34% crediário em financeiras e 23% crediário em lojas. Porém, 52% sonha com aquisição da casa própria, 49% com aquisição de veículo e 33% em abrir o próprio negócio. Uma demanda latente diagnosticada sinaliza um potencial de crescimento dos serviços de crédito de 700% para financiamento de imóveis, 600% para financiamento de veículos, 325% para cheque especial, 100% para crédito consignado, 86% para cartão de crédito, 53% para empréstimo pessoal e 30% para crediário em lojas.

Há uma tendência para o crescimento da oferta de crédito no sistema financeiro, uma vez que em termos de proporção o volume de crédito alcançou 34,3% do Produto Interno Bruto (PIB) no final de 2006, comparando-se com 31,2% em dezembro de 2005, conforme se verifica na ilustração 2.

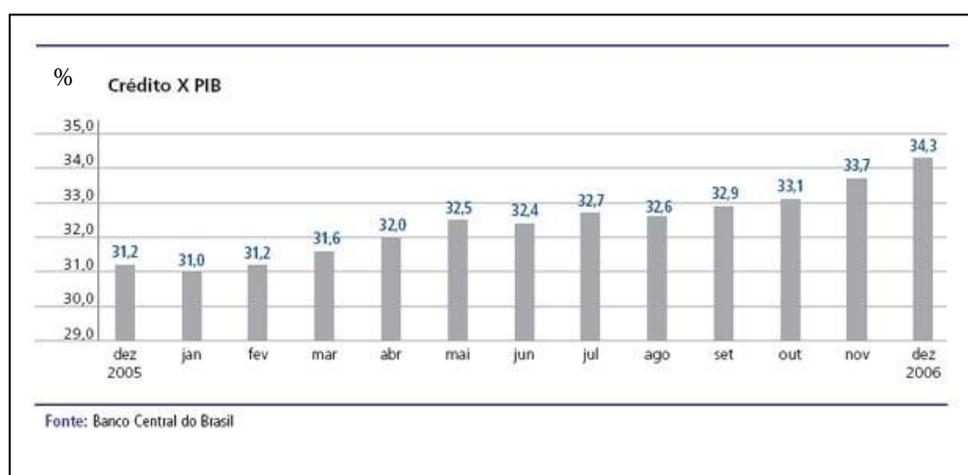


Ilustração 2 – Relação crédito/PIB: dezembro de 2005 a dezembro de 2006.

Fonte: BACEN (2007).

Entretanto, na opinião de Abramovay (2004, p. 29),

[...] esta expansão nem de longe resolve o problema do acesso dos mais pobres a serviços financeiros: os Postos de Atendimento Eletrônico destinam-se basicamente a quem tem conta bancária. E os correspondentes bancários são úteis no pagamento de contas e no recebimento de alguns serviços (aposentadoria, por exemplo), mas não são capazes, por exemplo, de abrir acesso ao crédito [...] [assim os pobres] não podem ser considerados como realmente incorporados à oferta dos serviços financeiros mais importantes.

Mesmo com o aumento da bancarização e da oferta de crédito, há uma grande parcela da população³¹ ainda sem acesso as instituições financeiras tradicionais, decorrente de sua insuficiência em fornecer garantias reais e/ou contrapartidas significativas e do histórico negativo de pagamentos não realizados registrados no SERASA, CADIM, SPC e BACEN (RYDLEWSKI, 2004); e, “mesmo sem conta em banco, têm acesso a outros tipos de financiamento, como agiotas, familiares e crédito ao consumidor” (PARENTE, 2002, p.25).

²⁹ A conta simplificada regularizada pelo BACEN em 2003, com vistas a bancarizar os consumidores de baixa renda necessita para sua abertura apenas dos documentos de identidade e Cadastro de Pessoa Física; não é necessário comprovação de renda ou de endereço residencial, nem depósito inicial; os clientes podem acessar serviços bancários básicos, inclusive contrair empréstimos de baixos valores (entre R\$ 50,00 e R\$ 300,00) a juros (entre 2% a 6% a.m.) a curtos prazos (BACEN, 2007).

³⁰ Pesquisa encomendada pela FEBRABAN (2007), para conhecer melhor o perfil da população de baixa renda não bancarizada no Brasil, com vistas a maximizar negócios e minimizar riscos.

³¹ A que se considerar no Brasil a população de mais de 189 milhões (IBGE, 2007), existem 59,5 milhões de contas correntes e 77 milhões de contas poupanças (G1, 2007). A população economicamente ativa de 70 milhões (IPEADATA, 2007), compreende todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade (abrange empregados e empregadores, trabalhadores autônomos e trabalhadores que estão temporariamente desempregados); destes, 20 milhões estão ocupados (IBGE, 2007). Com base nestes dados supõe-se que cerca de metade da população brasileira ainda encontra-se excluída do acesso ao SFN.

3 CRÉDITO POPULAR

Há um rico debate em torno das definições a designar o crédito popular; entre os nomes utilizados encontram-se fundos solidários, microfinanças, microfinanças descentralizadas, finanças éticas, finanças de proximidade, finanças solidárias, finanças sociais, microcrédito entre outros. Todavia, os estudiosos da área, concordam que o objetivo desta inovação financeira é ampliar o alcance do financiamento, de modo a atingir à população com acesso restrito ou inexistente ao sistema financeiro tradicional, o qual diferencia em sutis nuances no que se refere às metodologias e princípios teorizados e aplicados (ABRAMOVAY, [2004?]; PARENTE, 2002; SINGER, 2005).

Singer (2005) refere-se ao fenômeno como crédito popular, praticado no Brasil por três vertentes: microcrédito, finanças solidárias e bancos comerciais públicos e privados³².

O microcrédito é ofertado por entidades financeiras, como o Banco do Povo e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs³³), legalmente impedidas de captar depósitos por não estarem regulamentadas e supervisionadas pelo BACEN. E também por Sociedades de Crédito ao Microempresário (SCMs), sujeitas à regulação do BACEN podendo captar depósitos (SINGER, 2005).

As finanças solidárias compõem-se de captação de depósitos, poupança e concessão de empréstimos. Esta prática é realizada pelas cooperativas de crédito, bancos comunitários e por concedentes informais envolvendo fundos rotativos e consórcios populares de poupança (SINGER, 2005).

Os bancos comerciais públicos e privados possibilitam o acesso aos serviços bancários, através da captação de depósitos em contas simplificadas e concessão de pequenos empréstimos até o limite de 2% da totalidade dos depósitos à vista. Os recursos para os empréstimos provêm também do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) através de programas como o PRONAF e PROGER, direcionados para agricultores familiares e microempreendedores, respectivamente (SINGER, 2005).

³² O tema bancos comerciais está exposto no capítulo anterior.

³³ OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é uma qualificação decorrente da lei 9.790 de 23/03/99; é uma Organização Não Governamental (ONG) criada por iniciativa privada, que obtém um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, derivados de normas de transparência administrativas; podem celebrar com o poder público termos de parceria com maior agilidade e razoabilidade em prestar contas; é o reconhecimento oficial e legal mais próximo do que modernamente se entende por ONG, as quais são regidas por estatutos, têm finalidade não econômica e não lucrativa, porém não são reconhecidas juridicamente (SEBRAE, 2007).

3.1 A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO POPULAR

Conforme informações do Conselho da Comunidade Solidária (CCS, 2002), os modelos de crédito popular utilizados, tanto no Brasil como em outros países, inspiram-se principalmente na experiência do *Grameen Bank*, criado em 1976 em Bangladesh, cuja metodologia desenvolvida é caracterizada pela simplicidade e agilidade na análise e concessão do crédito³⁴. Os dois pontos fundamentais desta metodologia são: 1) o aval solidário, que consiste na formação de pequenos grupos responsáveis mutuamente pelo crédito; e, 2) a presença do agente de crédito, pessoa capacitada para análise e acompanhamento dos tomadores.

A importância do crédito popular foi reconhecida pela Assembléia das Nações Unidas, em 1998, como uma alternativa exitosa para reduzir a pobreza, gerar empregos e desenvolvimento comunitário. Desta forma, é capaz de auxiliar na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio³⁵ (metas socioeconômicas a serem alcançadas até 2015), tanto que o ano de 2005 foi designado pela ONU como o Ano Internacional do Microcrédito³⁶.

Na opinião de Yunus (2006), o uso do crédito popular cria um círculo virtuoso na economia local. Através da abertura de negócios próprios com maior probabilidade

³⁴ O professor indiano de economia Muhammad Yunus, recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2006, por idealizar e implementar a mais conhecida e bem-sucedida experiência de microcrédito do mundo. Um tipo muito específico de crédito, cujo objeto principal não é o pequeno produtor, mas a população pobre, sem acesso a qualquer outro tipo de crédito. Esta metodologia baseou-se na concessão de empréstimos de pequena monta (o primeiro foi de US\$ 27.00 para 42 pessoas, com seus próprios recursos) sem exigência de garantias ou papéis, para famílias muito pobres de produtores rurais, focalizando principalmente as mulheres (hoje, 97% dos 6,6 milhões de beneficiários). A taxa de recuperação é de 98,85%. Os bons resultados obtidos ao longo dos anos, bem como sua persistência, o levaram a expandir estas operações com recursos de terceiros. Este modelo está presente em mais de 30 países e atende mais de três milhões de pessoas, em parceria com outras instituições (YUNUS, 2006).

³⁵ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecem para o mundo metas quantificadas e prazos para atacar a extrema pobreza em suas múltiplas dimensões - pobreza de renda, fome, doença, falta de moradia adequada e exclusão - ao mesmo tempo em que promovem a igualdade de gênero, a educação e a sustentabilidade ambiental, são eles: 1) erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) atingir o ensino básico universal; 3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde materna; 6) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7) garantir a sustentabilidade ambiental; e 8) estabelecer uma parceria mundial para o Desenvolvimento (PNUD, 2007).

³⁶ O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi escolhido pela ONU como uma das onze personalidades mundiais responsáveis pela difusão do microcrédito. Formou-se no país o Comitê Nacional de Coordenação do Ano Internacional do Microcrédito, com 40 representantes de instituições, para planejar ações de conscientização com vistas à erradicação da pobreza, troca de experiências sobre boas práticas de fomento e promoção dos micro serviços financeiros sustentáveis favoráveis à população pobre (PNUD, 2006).

de sucesso, introduz-se grande quantidade de pequenos capitais nos mercados locais que acabam por expandir a demanda, através da aquisição de bens e serviços. Este processo estimula a produção e favorece a inclusão de novos microempreendedores.

Além do aspecto econômico, o acesso ao crédito popular constitui-se num elemento fundamental para inclusão social dos mais pobres, pois constrói caminhos para as microfinanças sustentáveis através da promoção do desenvolvimento da comunidade. Colabora na melhoria das condições de vida ao diminuir a vulnerabilidade das famílias pelo acesso aos bens e serviços que carecem. Além de promover o resgate da auto-estima ao estimular o desenvolvimento das capacidades empreendedoras, a valorização do trabalho e o empoderamento em relação às transformações da realidade local (MELO NETO; MAGALHÃES, 2005; PARENTE, 2002).

3.2 A VIDA FINANCEIRA DOS POBRES

Atualmente no planeta Terra, 985 milhões de pessoas vivem com menos de um dólar por dia em condições de extrema pobreza, desigualdade e doenças. Não tem acesso à água tratada, nutrição adequada, cuidados médicos ou serviços sociais indispensáveis à sobrevivência³⁷ (PNUD, 2006).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, publicado em 2006, estima-se que no Brasil a miséria chega a atingir 40 milhões de pessoas (21,2% da população) as quais vivem com menos de 2 dólares por dia, sendo destes 14 milhões (7,5% da população) a sobreviver com menos de 1 dólar por dia. Esta situação é caracterizada por elevado grau de insegurança em relação à sobrevivência no curtíssimo prazo, já que esta população é 'atormentada' pelos imprevistos da vida seja pela dúvida quanto ao acesso à alimentação diária, uma gravidez mal-planejada, um episódio isolado de doença, intempéries tais como enchentes e secas, restrito acesso aos mercados formais, baixa oportunidade de emprego legalizado, entre outros (PNUD, 2006).

³⁷ Conforme o relatório PNUD (2006), a proporção da população mundial em extrema pobreza diminuiu de 40,6% em 1981, para 18,4% em 2004. O Brasil, país com Desenvolvimento Humano Médio, possuía 40,6% da população vivendo com menos de US\$ 1 por dia, em 1987, passando para 7,5% em 2004.

Mesmo em condições miseráveis as famílias pobres vivenciam uma densa e importante vida financeira marcada pelo uso de serviços financeiros informais (poupança, seguros contra imprevistos, empréstimos), contraídos a prazos muito curtos sob altos juros (maiores do que os do mercado tradicional) e, freqüentemente em condições clientelistas³⁸ (ABRAMOVAY, 2004). Em sua argumentação Singer (2004, p.15-16) coloca que

a própria precariedade de suas situações de vida os abriga a multiplicar os instrumentos financeiros de que se valem para garantir a sobrevivência [...] [cuja] vulnerabilidade agrava a pobreza, pois obriga os pobres a pagar muito caro pelo crédito que tomam e pela segurança de poder obtê-lo quando imprescindível [...]. Quando o pobre cai numa situação em que não pode amortizar o empréstimo, a degradação de suas condições de vida pode ser total. O trabalho escravo, cuja sobrevivência no Brasil é estarrecedora, toma o mais das vezes a forma de servidão de dívida.

A reflexão de Singer (2000; 2004) sobre a vida financeira dos pobres esclarece que estes dispõem de escassos montantes monetários e captam serviços financeiros em mercados imperfeitos e incompletos, pois

os pobres não podem recorrer a bancos ou outras instituições de crédito, que concorrem no mercado de dinheiro, como fazem os que possuem fontes seguras e comprováveis de renda ou bens que servem de garantia aos empréstimos que tomam (SINGER, 2004, p. 15-16). [...] e ficam mesmo a mercê dos agiotas [...] que cobram juros enormes que muitas vezes quebram seus clientes [...] (SINGER, 2000, p. 151-152).

Na apreciação de Abramovay (2004), a prática das finanças informais mistura as atividades econômicas aos laços sociais com base em vínculos afetivos.

Elas encarnam os próprios laços sociais que constituem a existência dos indivíduos e das famílias: seu horizonte é de curtíssimo prazo, elas operam sobre a base de montantes de reduzido valor e raramente podem dar origem a investimentos produtivos. O alcance social das finanças informais restringe-se sempre a um círculo delimitado de relações onde o interconhecimento e a partilha de um universo moral relativamente comum permitem a expectativa verossímil de obtenção dos recursos e de seu pagamento. (ABRAMOVAY, 2004, p.25).

3.3 MICROCRÉDITO E MICROFINANÇAS

No ponto de vista de Martins (2002 apud COELHO, 2003), o microcrédito para microempreendedores é a principal atividade das microfinanças. Trata-se da concessão em

³⁸ Clientelismo refere-se à condição de submissão de uma pessoa em relação à outra, independente de possuir qualquer relação familiar ou empregatícia. Uma relação política, análoga entre suserano e vassalo como no sistema Feudal, em que uma pessoa recebe proteção em troca de apoio político. Esta relação é muito comum no meio rural (ABRAMOVAY, 2004).

larga escala por instituições financeiras de pequenos montantes monetários direcionados às pessoas físicas ou jurídicas, desde que sua fonte de renda provenha de atividades produtivas de bens e serviços.

Conforme Parente (2002), o conceito de microcrédito não se limita à idéia de valor, diferenciando-se do sistema financeiro tradicional quanto à forma de concessão e restituição do crédito, finalidade e público tomador. O microcrédito é principalmente caracterizado pelo financiamento para crédito produtivo, orientado, adequado ao ciclo do negócio, ausência de garantias reais, baixo custo de transação, elevado custo operacional e ação econômica com forte impacto social (CCS, 2002).

No entanto, para Toscano (2002) a experiência brasileira de microcrédito distingue-se das microfinanças. Tem sua utilização reduzida a mera condução de recursos de um financiador para um potencial empreendedor, sob taxas de juros que cubram seus custos totais, como um ‘clone’ da estrutura das instituições financeiras reguladas.

Na grande maioria das vezes o que encontramos é uma clonagem da prática financista tradicional, repetindo em menor escala, tudo aquilo que combatemos. As restrições cadastrais, as penalizações por atraso, a desvinculação do crédito de seu resultado, a individualização do risco de quem recorre ao crédito etc., tudo são questões que merecem um profundo repensar (TOSCANO, 2002a, s.p.).

As instituições microfinanceiras são significativamente diferentes, pois além de ofertar créditos oferecem financiamento para consumo, tratamento médico, reforma ou construção de moradia, lazer, seguro de vida com auxílio-funeral; e podem captar recursos do público, oferecer títulos de capitalização, poupança programada; atuando tanto na oferta quanto na captação do crédito, conforme a legislação vigente (TOSCANO, 2002).

É possível que a expressão ‘microfinanças’ tenha sido absorvida em nosso país por influência de organismos internacionais como, p. ex., o Banco Interamericano de Desenvolvimento, ou mesmo o Banco Mundial, os quais, há alguns anos, vêm insistindo na necessidade de ampliação da oferta de crédito por parte das instituições reguladas como um mecanismo necessário ao combate à pobreza nos países latino-americanos (TOSCANO, 2002, p.1).

3.3.1 Os concedentes, marco legal e metodologia

No setor de microfinanças no Brasil atuam dois blocos específicos e complementares de instituições. As de primeira linha atuam em contato direto com o tomador final e, agrupam-se em três categorias: i) instituições da iniciativa privada, ii) instituições da sociedade civil e iii) instituições do Poder Público (CCS, 2002).

i) A atuação pelas instituições da iniciativa privada é regulamentada pela Lei 10.194 de 14 de fevereiro de 2001, na forma de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM). Podem ser criadas por empreendedores pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo OSCIPs e instituições financeiras autorizadas a funcionar supervisionadas pelo BACEN³⁹ (CCS, 2002).

ii) As instituições da sociedade civil atuam por meio de ONGs que concedem exclusivamente o crédito ou trabalham a concessão integrada com a capacitação dos tomadores, todavia não fazem parte do Sistema Financeiro Nacional⁴⁰ (CCS, 2002).

iii) As instituições do Poder Público desempenham importante papel na área do crédito popular. Atuam tanto em parcerias com as instituições da iniciativa civil quanto com as da iniciativa privada. Na primeira linha, operam por meio de programas criados e ampliados por governos estaduais e municipais, por exemplo, o CrediAmigo do Banco do Nordeste.

Na segunda linha atuam as instituições do Poder Público que oferecem apoio técnico, capacitação e recursos (sob a forma de empréstimos) às instituições de primeira linha. São exemplos: o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) e o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) do BNDES, o Programa SEBRAE de Microcrédito, bem como os realizados por governos federal e estadual, como o Banco do Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG) e a Agência Catarinense de Fomento (BADESC)⁴¹ (CCS, 2002).

Quanto à metodologia adotada para a prática do crédito popular, na falta de garantias e de registros contábeis para aquisição dos serviços financeiros, o ativo empregado para viabilizar as transações é o capital social. O capital social é simbolizado pela relação de confiança e solidariedade entre os próprios clientes e, entre eles e a instituição concedente (PARENTE, 2002).

³⁹ O Conselho Monetário Nacional (CMN), através da Resolução CMN 2627 e Resolução CMN 2874 veda a participação societária do Poder Público; exige a importância de R\$ 100 mil de patrimônio líquido para formação de uma SCM; limita a R\$ 10 mil por operação; proíbe a utilização do nome “banco”; permite a atuação em todo Território Nacional; possibilita as SCM tomarem empréstimos junto ao SFN; permite que uma SCM seja controlada por uma OSCIP; permite a criação de Postos de Atendimento de Microcrédito instalados por qualquer instituição financeira sem exigência de requisito adicional de capital, desde que as operações sejam designadas ao microcrédito (CCS, 2002).

⁴⁰ Constituem-se sob forma de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com ou sem restrições quanto a estipulações usuárias, de modo que o “resultado operacional de sua atividade fim é revertido para a instituição, não havendo distribuição de lucro (apropriação), mas, sim, capitalização, fundamental para a sustentabilidade econômico-financeira da entidade” (CCS, 2002, p. 37).

⁴¹ Estes financiamentos são realizados objetivando: “a constituição ou ampliação de fundo rotativo de crédito (*funding*); o desenvolvimento institucional: modalidade de repasse, às vezes sob a forma de doação, voltado para o custeio de parte das despesas da fase inicial de operação e para a modernização tecnológica

O sistema de garantias pode consistir na formação de grupos (três a sete pessoas) a fim de utilizar o aval solidário, onde cada integrante é ao mesmo tempo avalista dos demais e tomador de crédito. Assim, se uma pessoa deixa de cumprir com seus compromissos todas as outras são responsáveis e não podem receber outros empréstimos. Quando individualmente pode consistir na indicação de um fiador que garante o pagamento do crédito (CCS, 2002).

A figura do agente de crédito é de extrema importância para o sucesso da metodologia. Com uma postura proativa, frequênta as comunidades com vistas a identificar os empreendimentos, bem como fazer parcerias com órgãos apoiadores. Acompanha todo o processo desde a coleta de informações para avaliar necessidades, intenções, condições de operação do microempreendimento e possibilidades de pagamento. Adicionalmente, analisa com a instituição concedente a permissão do crédito e acompanha a evolução do negócio, após sua liberação (CCS, 2002).

3.4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Economia Solidária, Socieconomia Solidária, Economia Popular e Solidária são alguns nomes dados a este movimento econômico e social que envolve milhões de pessoas no mundo todo, inclusive no Brasil, num modo de organizar a economia fundamentado nos seguintes princípios:

- a valorização social do trabalho humano;
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza;
- os valores da cooperação e da solidariedade. A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.
- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

com implantação de ferramentas que contribuam para a sua consolidação; a capacitação dos Agentes de Crédito, Gerentes, Conselhos de Administração e lideranças locais” (CCS, 2002, p. 36).

- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.
- A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.
- Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana. (FBES, 2006, p. 78-79)

Singer sinaliza o surgimento da Economia Solidária (ES) em reação ao desemprego em massa, decorrente da crise do sistema capitalista que se avigora nas duas últimas décadas do século XX. Possui uma dinâmica própria, reforça-se conforme cresce e diversifica-se, e “avançaria mesmo se não contasse com políticas de apoio por parte de governos locais, regionais e nacional [porém estas] são decisivas para ajudar os mais pobres a se auto-organizar para coletivamente desenvolver trabalho e obter renda” (SINGER, 2006, p. 205).

No Brasil, o movimento da ES como plataforma comum de articulação nacional avança a partir das edições do Fórum Social Mundial. Espaço em que entidades de apoio e fomento, empreendimentos e gestores públicos integraram-se para identificar demandas comuns, o que resultou na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)⁴², Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)⁴³ e Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)⁴⁴. Atualmente, ações interministeriais estão voltadas a apoiar

⁴² A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em junho de 2003. Está organizada em dois Departamentos: um de Fomento e outro de Estudos e Divulgação. Conta com as coordenadorias de micro crédito e comercialização, de desenvolvimento local solidário, formação em economia solidária, estudos e divulgação (SENAES, 2007).

⁴³ Na III Plenária Brasileira de Economia Solidária em junho de 2003, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) que é a instância nacional de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização do movimento de Economia Solidária no Brasil. Representa o movimento frente ao Poder Público (Federal, estadual e municipal através da Coordenação Nacional e dos Fóruns Estaduais e Municipais), e frente a entidades, redes e articulações nacionais e internacionais (FBES, 2007).

⁴⁴ O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) foi criado em 2003, com objetivo de propor políticas públicas ao governo, a partir da participação da sociedade civil e de outros setores que o compõem. O CNES é formado por 19 entidades do governo federal, 20 representantes de empreendimentos de economia solidária e 17 organizações da sociedade civil (SENAES, 2007).

e fomentar a economia solidária, o que auxilia grandemente na articulação, nas discussões, formação de redes e interações (MTE, 2007).

As dimensões continentais do Brasil e suas diferenças regionais refletem no campo da ES através da diversidade de experiências⁴⁵ quanto às formas de organização, níveis de institucionalização, setores de atuação, origens, contextos territoriais e formas de organização política; implicando em diferentes problemáticas e estratégias de solução (FRANÇA, 2006).

Como é demonstrado na ilustração 3, o campo da Economia Solidária no Brasil é amplo e envolve diversos atores e ações formando uma complexa rede. Todavia, para esta pesquisa enfatiza-se a área referente às Finanças Solidárias, pois será o próximo tópico a ser desvendado.

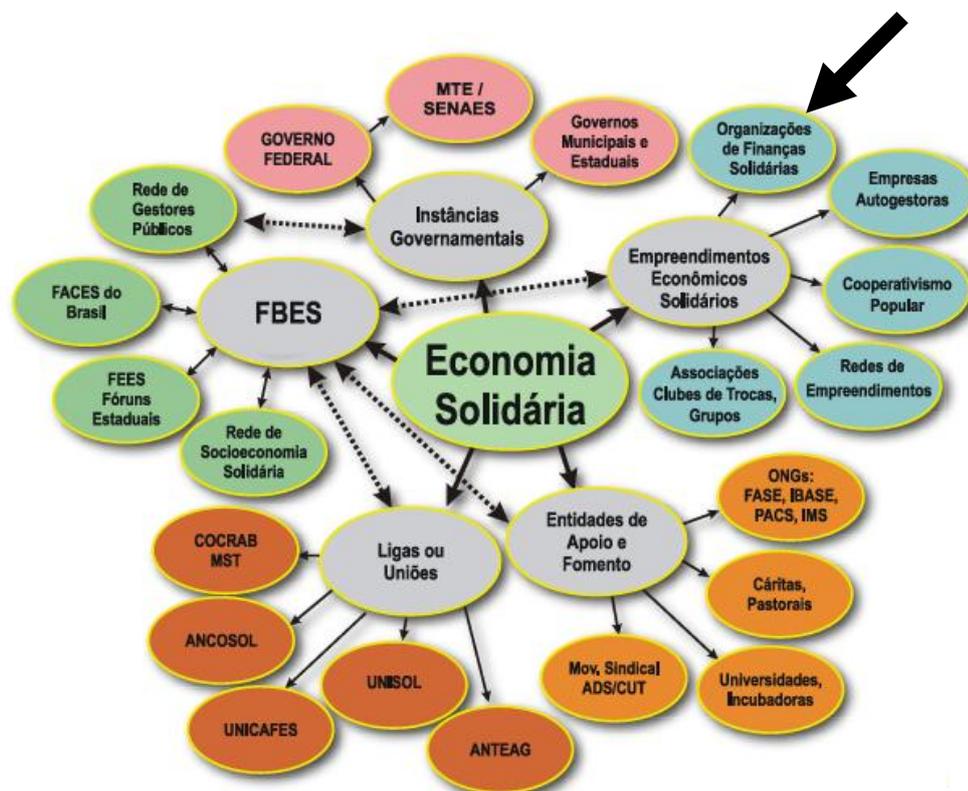


Ilustração 3 – Campo da Economia Solidária no Brasil, com ênfase às Organizações de Finanças Solidárias. Fonte: SENAES/MTE (2006).

⁴⁵ Tais como: cooperativas, associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nas cidades e nos campos); cooperativas ou associações de agricultores familiares; empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas que são recuperadas pelos/as trabalhadores/as); fundos solidários e rotativos de crédito (organizados legalmente sob diversas formas jurídicas e também informais); clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social); redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias; lojas de comércio justo; agências de turismo solidário; entre outras (SENAES/MTE, 2006).

Na opinião de Singer (2006), a ES é desigual, pois envolve tanto Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) pobres e miseráveis, quanto ‘ricos’, estes últimos marcados por terem algum capital mesmo que por vezes insuficiente. Contudo, de forma geral todos dependem de subsídio e apoio, carecem de organização, capacitação, formação e financiamento para capital de giro e investimento fixo.

As informações coletadas no mapeamento⁴⁶ realizado em 41% dos municípios brasileiros, indica a existência de 15 mil EES envolvendo cerca de 1,25 milhão de trabalhadores. As atividades predominantes são a agricultura e a pecuária (64%); seguidas pelas têxteis, de confecções, calçados e produção artesanal (21%); prestação de serviços (14%) e alimentação (13%). Nota-se que menos de 5% das atividades desenvolvidas pelos EES, referem-se a serviços relativos a crédito e a finanças, no entanto estas atividades representam 1628,5% do valor médio mensal dos produtos, ou seja, equivalem ao expressivo valor médio mensal de R\$ 516.073,59. Vale salientar também que dos entrevistados, 61% afirma enfrentar dificuldades na comercialização, 49% no acesso ao crédito e 27% no acesso a acompanhamento, apoio ou assistência técnica. A maioria dos empreendimentos mapeados na primeira fase encontra-se na região nordeste (44%), e em seguida destaca-se a região sul com cerca de 17%. Chama a atenção que 59,5% do total de EES participam de movimentos sociais e populares. Dentre estes 30,3% são movimentos comunitários; 27,4% movimentos sindicais; 23% de luta pela terra e 13,6% ambientalista. E ainda, 58,3% deles realizam alguma ação social nas áreas de educação, formação, trabalho, saúde, meio ambiente e moradia. Cerca de 85% dos EES mapeados foram criados entre 1990 e 2005, o que indica a consolidação da economia solidária no país neste período (SENAES, 2007).

3.4.1 As Finanças Solidárias

Segundo Pochmann (2002), o crédito popular sob a ótica das finanças solidárias não é um fim em si mesmo, mas um instrumento condicionante da emancipação do estado

⁴⁶ A pesquisa realizada pela SENAES/FBES, teve início em 2004, envolvendo 230 entidades governamentais e não-governamentais que atuam com economia solidária em todo o país. Acredita-se que existem muitos empreendimentos econômicos solidários a serem mapeados, por esta razão o processo continua, mais informações em <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>.

de pobreza. Num primeiro momento sobrevêm como medida distributiva (complemento da renda) que oportuniza melhoras na situação de vida e, em seguida, como medida construtivista criando condições por meio da capacitação para atividades ocupacionais direcionadas ao mercado de trabalho (empreendedorismo) e à comunidade. Neste caso, “o crédito é um instrumento necessário para a aquisição de equipamento instrumental, para aplicação do conhecimento adquirido pela capacitação, gerando ocupação e renda” (POCHMANN, 2002, p. 30).

Para a Economia Solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento [...] a nível local, micro, territorial: os bancos comunitários, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças (FBES, 2006, p. 79).

O grande diferencial das experiências de finanças solidárias é que elas são caracterizadas pela proximidade, pois “[...] estão arraigadas na economia do amor; elas derivam de sistemas de reciprocidade, de ajuda mútua e de auto-confiança [...] baseiam-se em tentativas para reatar laços comunitários” (HENDERSON, 1996, p. 234). São mais fortes “[...] quanto menores os grupos, [onde] mais sólidas e duradouras [são] as experiências [...] devido ao grau de proximidade e confiança entre as pessoas” (PACS, 2005, p. 17). As finanças solidárias caracterizam-se por intermediar o acesso aos serviços e recursos do sistema financeiro de forma democrática, ética e solidária, com vistas a priorizar os excluídos do sistema bancário e fortalecer o trabalho social.

Assim como acontece com a terminologia que envolve as iniciativas do crédito popular, o campo das finanças solidárias encontra-se em construção quanto à definição das diversas ações que desempenha. Para efeito deste estudo optou-se por adotar a compreensão que a SENAES está edificando neste terreno⁴⁷ a partir do: i) cooperativismo de crédito; ii) crédito orientado; iii) fundos solidários e iv) bancos comunitários.

i) Segundo dados do BACEN (2007) e da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL, 2007), das 1460 cooperativas de

⁴⁷ Baseada nas informações coletadas pela autora ao participar do Seminário Nacional sobre Fundos Solidários, realizado em Brasília/DF entre os dias 06 e 08 de fevereiro de 2007, organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social, Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Articulação do Semi-Árido Brasileiro e Mutirão Nacional para Superação da Miséria e da Fome.

crédito autorizadas a atuar no país, 165 são integrantes da associação⁴⁸; com fins de garantir renda e trabalho, em especial à agricultura familiar através da viabilização de recursos de fontes oficiais ou dos próprios cooperados. Em face de sua crescente importância o BACEN tem trabalhado na regulamentação desta atividade.

ii) O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado⁴⁹ (PNMPO) foi instituído pela Lei 11.110 de 25 de abril de 2005, com objetivos de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; disponibilizar recursos e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado para garantir o fortalecimento institucional destas e a efetiva prestação de serviços aos empreendedores populares (SENAES, 2007).

iii) Os Fundos Solidários provêm da captação de recursos monetários de parte dos lucros de empreendimentos já consolidados, que tenham produção baseada em práticas e culturas locais (principalmente na forma de associações e cooperativas). Estes EES previamente recebem financiamento não retornável (apoio financeiro a fundo perdido) e, de antemão, acordam em financiar a ampliação de projetos existentes ou de novas iniciativas produtivas locais⁵⁰. Estas experiências estimulam a participação para definir prioridades e destino dos recursos na comunidade e promovem um maior comprometimento com a sustentabilidade dos fundos (FBES, 2007).

⁴⁸ A ANCOSOL é composta pelo Sistema ASCOOP (BA), Crehnor (PR, RS, SC), Crescer (GO), Credsol (ES), Cresol Baser (PR e SC), Cresol Central (RS e SC), Integrar (AL e CE) e Ecosol (SP, MG, PR, RS, SC, CE, PA, BA e PE). Tem como função principal intermediar negociações entre seus associados e os principais agentes financeiros brasileiros (BNDES, Banco do Brasil, BACEN, bancos privados); o Poder Público; as redes sociais sindicais (CUT, CONTAG, FETRAF e MPA); as ONGs (Visão Mundial, Assocene, Cetra, MOC, ADS e Deser); e outras representações do cooperativismo (Unicafes, Unisol e a Concrab) (ANCOSOL, 2007).

⁴⁹ No PNMPO podem atuar como instituições repassadoras: bancos públicos e privados detentores de depósitos à vista; bancos oficiais já autorizados a operar com recursos do FAT (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Basa e BNB); cooperativas de crédito; SCMs e OSCIPs, desde que estabeleçam contato direto e presencial com os microempreendedores (SENAES, 2007).

⁵⁰ Alguns exemplos: o Programa de Geração de Renda da Pastoral da Criança, entre 1989 e 2006, apoiou mais de 1.100 projetos produtivos solidários beneficiando 16.000 famílias de baixa renda com recursos do BNDES, SEBRAE, MDS e da extinta LBV; o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários no nordeste brasileiro, em execução desde 2005, apóia 17 fundos solidários onde já foram investidos R\$ 1,6 milhão pela SENAES/MTE e o Banco do Nordeste; o Programa por 1 Milhão de Cisternas, de iniciativa da sociedade civil – com recursos da Articulação do Semi-árido do Brasil – ASA, MDS e FEBRABAN; e, o Projeto Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional – Prosan, de Minas Gerais, teve início em 2003, por iniciativa do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional- Consea financiou um total de 475 projetos beneficiando mais de 25.000 famílias (FBES, 2007).

3.4.1.1 Bancos comunitários e sua importância para o desenvolvimento local

A implementação da metodologia concernente aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) iniciou em 1998, a partir da implementação do Banco Palmas no Conjunto Palmeira, em Fortaleza, Ceará. Seu surgimento advém da mobilização e alto poder de organização da população local com vistas a alcançar melhorias em suas condições de vida, principalmente no que se refere ao acesso no sistema financeiro tradicional a linhas de créditos compatíveis com a capacidade de endividamento desta população de mais baixa renda⁵¹ (FRANÇA, 2006).

O conceito de BCD está em aprimoramento, sendo atualmente apresentado como: “serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p. 7).

Dentre as características do BCD, destaca-se a gestão compartilhada pela própria comunidade na busca da autosustentabilidade financeira. Assim, conforme Melo Neto e Magalhães (2006, p. 7) as principais características são:

- 1 - É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se gestora do mesmo;
- 2 - Atua sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante;
- 3 - Financia a produção e o consumo local promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
- 4 - Apóia os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros) estimulando redes locais de prossumidores;
- 5 - Atua em territórios caracterizados por alto grau de exclusão e desigualdade social;
- 6 - Está voltada para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social, sobretudo aqueles beneficiários de programas de assistências governamentais de políticas compensatórias;
- 7 - Sua sustentabilidade financeira, em médio prazo, funda-se em obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

⁵¹ Uma pesquisa realizada pela ASMOCOMP - Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, em 1997, constatou que “90% da população economicamente ativa tinha renda familiar abaixo de 2 salários mínimos; 80% estava desempregada; e os pequenos produtores não tinham como empreender devido à falta de acesso ao crédito e as dificuldades na comercialização de seus produtos” (FRANÇA, 2006, p. 104).

No intuito de alcançar o desenvolvimento de territórios com população até 50 mil habitantes sujeitos ao alto grau de vulnerabilidade social, o BCD opera com uma equipe de coordenação executiva que a *priori* está inserida na estrutura de mobilização local como associações, fóruns, conselhos, sindicatos, Ongs e igrejas. Com a premissa de apoiar as iniciativas de Economia Solidária, fomenta o surgimento de redes locais através de linha de financiamento (microcrédito) e de consumo (cartão de crédito próprio). Os recursos para a manutenção de um BCD provêm do fundo solidário de investimento comunitário, constituído por doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações dos associados e programas de governo (FRANÇA, 2006; MELO NETO; MAGALHÃES, 2006).

Os serviços financeiros prestados são em parte próprios, e em parte procedentes de parcerias com bancos oficiais, pois o BCD pode operar em conjunto com um banco público caracterizando-se também como correspondente bancário. De forma geral oferecem as seguintes modalidades de produtos e serviços financeiros:

- I) moeda social circulante local;
- II) crédito solidário através de concessão delegada junto a agentes financeiros (como Banco Popular do Brasil, CEF, etc)
- III) crédito para financiamento de empreendimentos solidários;
- IV) crédito para consumo pessoal e familiar, sem juros;
- V) cartão de crédito popular solidário;
- VI) abertura e extrato de contas correntes;
- VII) depósito em conta corrente;
- VIII) saque avulso ou com cartão magnético;
- IX) recebimento de títulos;
- X) recebimento de convênios (água, luz, telefone, etc);
- XI) pagamento de benefícios (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p. 10)

O sistema de crédito de um BCD quando usa a moeda nacional é marcado pela inovação no que se refere à prática de juros abaixo das taxas do mercado oficial. Aplicação de sistema de juros evolutivos⁵² para distribuir renda onde quanto maior o empréstimo maior é o juro. Análise cadastral alternativa baseada nas informações da vizinhança, o que dispensa consultas em órgãos tradicionais como SERASA, CADIM, SPC, BACEN e, também dispensa o fiador. O crédito é direcionado ao desenvolvimento de um território em particular, assim o tomador ao acessá-lo passa a integrar uma rede local de produção e consumo. E por fim, o compromisso de retorno do crédito é obrigatório para a manutenção do fundo solidário de investimento comunitário (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006).

O BCD possui algumas especificidades como a prestação de assessoria e acompanhamento aos operadores e a comunidade, bem como a realização de cursos para capacitação profissional e, também em economia solidária. Como por exemplo, módulos

de educação financeira para que os usuários possam apropriar-se da nomenclatura técnica e seu significado, pois o sucesso da implementação de um BCD depende “da compreensão que a comunidade tem dos objetivos e da operacionalidade do mesmo” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p.22).

Esta alfabetização em finanças solidárias influencia diretamente a construção da consciência crítica, pois é levada à gestão econômica cotidiana das famílias e para as reivindicações socioeconômicas da comunidade. Neste caminho, os benefícios que decorrem da capacitação e aprendizagem, podem ser percebidos na potencialização das capacidades e talentos territoriais, de onde surgem novas lideranças, organização, mobilização e participação comunitária, além de resistência perante as dificuldades encontradas (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006).

A importância do BCD reside também na visibilidade e credibilidade proporcionadas dentro e fora da comunidade proveniente do sentimento de apropriação e gerenciamento, pois a “ousadia em implantar um BCD, oferecendo crédito e outros serviços financeiros para a comunidade, coloca o bairro/município e a associação gestora do Banco em papel de destaque” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p. 17). Esta particularidade garante à comunidade abertura para novos financiamentos com outros parceiros, em todas as áreas da cadeia produtiva local (crédito, produção, comércio e consumo), pois o BCD representa “a) uma grande referência de empreendedorismo com tecnologia social e capacidade inovadora da comunidade; b) um produto muito concreto que serve de exemplo para outras comunidades e c) uma prática que interfere de forma positiva na vida do território.” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p. 24).

Como entidade sem fim lucrativo praticante das finanças solidárias, o BCD preza pela promoção das relações de proximidade e confiança como forma de garantir o retorno do crédito, e tem como foco o desenvolvimento do território e não os tomadores do crédito em si. A prática da garantia solidária decorre do atendimento a uma parcela da população que não dispõe de garantias reais, muitas vezes ‘tem nome sujo na praça’, e em sua maioria trabalha na informalidade. E baseia-se no aval da vizinhança, método em que um vizinho avaliza o comportamento ético do outro (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006).

E ainda, é relevante o desenvolvimento realizado no território em que atua o BCD, no sentido da promoção de espaços de fortalecimento das relações sociais e políticas,

⁵² No sistema de juros evolutivos, desenvolvido pelo Banco Palmas quem tem menos paga menos e quem tem mais paga mais para subsidiar quem tem menos. No capítulo 4, aprecia-se melhor este sistema.

repercutindo na construção de redes que integram produtores, consumidores, moradores em geral, governo e outras instituições. Ao comparar uma operação financeira realizada no banco oficial com uma realizada no banco comunitário, Melo Neto e Magalhães (2006, p. 13) salientam:

quando um morador paga uma conta de água na agência de um banco comercial ou em uma casa lotérica, ele simplesmente realizou uma operação financeira (pagou a conta e nada mais). A mesma ação quando realizada em um BCD gera outros valores: o morador conversa com os atendentes do banco [que também são moradores do bairro], se atualiza sobre os acontecimentos da comunidade, recebe materiais pedagógicos (jornalzinho do bairro, folder, outros), é convidado para participar de eventos que vão ocorrer no bairro, se informa quanto a treinamentos que o BCD está oferecendo e daí por diante. Ou seja, os serviços financeiros que o BCD executa funcionam também como um instrumento de valorização das pessoas, criação de laços afetivos, acolhimento, mobilização e organização da comunidade. É o que chamamos de serviços mercantis não concorrenciais, pois só o BCD seria capaz de transformar um “pagamento de conta de água” em uma ferramenta de transformação humana e social.

Este aspecto específico referente à impossibilidade da execução de tal prática por parte de empresas e bancos comerciais, reside no fato dos mesmos não se encontrarem de forma efetiva inseridos socialmente na comunidade, como acontece com o Banco Comunitário de Desenvolvimento (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006). De qualquer forma na opinião de França (2006, p. 61) na

variedade de práticas e metodologias específicas orientando diferentes iniciativas neste domínio das finanças solidárias [...] podem ser destacados [...] os bancos comunitários [...] fortemente inspirados na experiência pioneira do Banco Palmas [em Fortaleza] no Ceará, conhecem uma importância crescente no momento atual, em função da multiplicação do número de experiências e da constituição da rede brasileira de bancos comunitários.

Desde sua fundação em 2003, o Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária tem importância fundamental na difusão das metodologias e tecnologias sociais desenvolvidas pelo Banco Palmas. Bem como, na formação da Rede de Bancos Comunitários de Desenvolvimento em funcionamento no Brasil, que hoje é constituída por doze unidades. A maior concentração está no Ceará onde há sete BCD nos municípios de Fortaleza, Maracanaú, Maranguape, Palmácia, Santana do Acaraú, Paracuru, Irauçuba; existem ainda dois na Bahia em Simões Filho e Amaralina; dois no Espírito Santo em Vitória e Vila Velha e um no Mato Grosso do Sul, na cidade de Dourados (BONFIM, 2007).

Com relação às políticas públicas, a nível federal a SENAES e o Banco Popular, têm atuado no fomento à expansão da Rede dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. A SENAES, por exemplo, passou a “assumir os custos operacionais e

de capacitação de agentes e gerentes de crédito possibilitando que novas parcerias fossem viabilizadas”. (BONFIM, 2007). A nível municipal, os BCD podem atuar através dos Centros de Referências de Assistência Social – CRAS, estes disponibilizam espaços, doações para constituir fundos de crédito e custeio das atividades.

Os BCD praticam microfinanças, porém não são consideradas instituições financeiras devidamente regulamentadas pelo BACEN, assim não fazem formalmente parte do Sistema Financeiro Nacional. A importância da criação de um marco legal reside principalmente na formulação de políticas públicas que fomentem os Bancos Comunitários de Desenvolvimento nas esferas estadual, municipal e federal. Atualmente o marco legal é inexistente, entretanto “os produtos desenvolvidos pelo BCD são todos dentro da lei: crédito, moeda social circulante, criação de empresas e empreendimentos solidários, lojas, feiras e daí por diante” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p.31).

3.5 PRINCIPAIS LIMITES E POTENCIALIDADES DAS METODOLOGIAS DE CRÉDITO POPULAR PRATICADAS NO BRASIL

Na opinião de Coelho (2003), o limite do conceito de microfinanças reside no fato do mesmo ser considerado um sistema de empréstimo de pequenos valores voltados, exclusivamente, ao financiamento de capital de giro de microempreendimentos, não alcançando, todavia, grande parcela da população mais pobre.

Conforme argumenta Toscano (2002), o crédito deve estar integrado a instrumentos que promovam o desenvolvimento da economia popular solidária. Porém, muitas organizações que operam com microcrédito mesmo voltadas para microempreendimentos, atuam sob a lógica do sistema financeiro tradicional, perdendo sua dimensão de solidariedade.

A oferta de microfinanças ainda é pequena frente à demanda potencial no país. Pelo lado dos concedentes há baixa produtividade dos agentes de crédito. Há ainda deficiências de gestão relacionadas à visão de futuro, ao conhecimento contábil, operacional, gerencial e de recursos humanos. Baixa cobertura geográfica, pois as instituições concedentes tendem a concentrar-se em grandes centros urbanos. Pouca disponibilidade de recursos, número de instituições e operações. E, também problemas enfrentados relativos à auto sustentabilidade das instituições concedentes (CCS, 2002).

Pelo lado da demanda, as limitações referem-se à insuficiência de condições educacionais, culturais e econômicas mínimas para utilização de crédito para produção. Existe difícil acesso a empréstimos para abertura do primeiro microempreendimento tendo em vista as altas taxas de mortalidade nos primeiros anos de vida e os riscos inerentes à abertura e manutenção do negócio. Além do restrito acesso as microfinanças pela população de mais baixa renda, principalmente a que não se enquadra no requisito da produção de bens e serviços (CCS, 2002).

A participação do Estado como subsidiador dos recursos para microfinanças gera polêmica. Por um lado defende-se que o mesmo provoca o enfraquecimento das iniciativas microfinanceiras relacionadas a sustentabilidade dos microempreendimentos, pois as condições mercadológicas são falseadas. Por outro é considerado um instrumento de desenvolvimento social e, portanto obrigação Estatal. O potencial papel do Estado de intervenção na estrutura do sistema financeiro tradicional pode estimular a ampliação da capacidade de atendimento aos segmentos mais pobres, através de medidas legislativas e políticas públicas voltadas a propiciar o acesso aos produtos microfinanceiros. O Estado pode atuar na regulação das entidades microfinanceiras para o uso da poupança popular e outras fontes de recursos (CCS, 2002).

Segundo Pochmann (2002), uma limitação é a generalização da alternativa do empreendedorismo, já que nem todos os que carecem de crédito popular têm características e condições necessárias para praticá-lo. O acesso ao crédito não viabiliza por si só a sobrevivência e o desenvolvimento das pessoas. Outra delimitação refere-se à resistência por parte da população pobre em aceitar o crédito devido à crença de que ‘quem toma emprestado está quebrado financeiramente’, o fazendo para saldar dívidas passadas e, não para financiar o desenvolvimento de atividades produtivas e conseqüente emancipação da condição de pobreza.

Os problemas enfrentados pelas instituições que praticam finanças solidárias referem-se à questão do subsídio, ajuste da taxa de juros, escala de operação e remuneração dos trabalhadores, conhecimento do tomador, respeito às diferenças culturais, escala de atuação e dimensão de territorialidade e possuir ou não papel de poupança (FONTES, 2003).

Para o Conselho da Comunidade Solidária (2002) é difícil mensurar o impacto social decorrente da prática do microcrédito. Entretanto o mesmo reconhece a contribuição para o resgate da cidadania, da dignidade e da auto-estima, bem como a inclusão de

melhorias nas condições de vida referentes à alimentação, saúde, habitação, educação e consumo.

Singer (2005) defende que as práticas de crédito popular podem contribuir de forma significativa para a redução da pobreza, por meio da desconcentração do capital e da inserção no mercado de pessoas antes marginalizadas, porém atende apenas uma parcela desta demanda⁵³. O crédito popular pode satisfazer, no curto prazo, necessidades até então reprimidas, pois tão imediatamente é desembolsado é gasto. Este processo amplia a demanda de bens e serviços, contribui para geração de mais empregos e, para o aproveitamento da capacidade de produção ociosa na economia local.

O mapeamento da SENAES (2006) mostra que o capital dos EES origina-se em sua maioria dos próprios sócios (61,4%) e em apenas 12,3% dos empreendimentos provêm de financiamento. As dificuldades de comercialização foram citadas por 61% dos entrevistados, seguidas das dificuldades de acesso ao crédito (49%) e, inexistência de acompanhamento, apoio ou assistência técnica (27%). Dos empreendimentos necessitados de empréstimos (70% do total), somente 25% teve acesso ao crédito. O restante (75%) teve que arranjar alternativas para operar com capital de giro e de investimento insuficientes. Por certo, os EES carecem de recursos monetários, porém além deles necessitam de humanização do processo de financiamento, de capacitação e formação para o estímulo de capacidades e talentos que façam as pessoas, elevarem o sentido de suas vidas. De empoderamento das decisões que afetam o seu cotidiano, através da construção coletiva de ações e estratégias.

Um limite reside na visão restrita por parte do governo, que até o momento estimula políticas públicas voltadas exclusivamente para as empresas excluídas do sistema financeiro tradicional, num sentido restrito de inclusão monetária, seguindo orientações do Banco Mundial, ao oferecer pequenos montantes monetários em larga escala. Na prática, alguns EES necessitam de recursos maiores, como as empresas recuperadas (FBES, 2007).

Entretanto a potencialidade encontra-se no acúmulo das experiências de sucesso de finanças solidárias que pode fundamentar a ampliação do campo de atuação do Estado com vistas à inclusão social. Envolvendo além do acesso ao crédito outros componentes como

⁵³ De acordo com SEBRAE (2003), existiam 9,5 milhões de pequenos empreendedores e cerca de 13 milhões de pessoas sem acesso ao crédito junto ao sistema financeiro tradicional. Pochmann (2007), afirma que nos últimos 20 anos, o índice de trabalhadores informais (sem registro em carteira) aumentou de 41% para 43%; fenômeno explicado em parte pela adaptação das empresas na forma de contratação de seus empregados como prestadores de serviços, a fim de evitar o pagamento dos encargos trabalhistas.

justiça social, prática de menores taxas de juros, humanização do processo de financiamento, promoção da proximidade e das relações baseadas na confiança e solidariedade, desenvolvendo o processo comunitário em territórios. A potencialidade está no avanço do diálogo entre a sociedade civil e o Estado, bem como no aperfeiçoamento da visão de gestão financeira de forma humanizada e ainda na regulação das atividades através de marco legal (SENAES/MTE, 2007).

Os fundos solidários são experiências de sucesso que mostram como a população geralmente excluída ou à margem das políticas públicas possui enorme capacidade de mobilizar suas poupanças (mesmo mínimas) a partir de estratégias construídas de forma coletiva. Devido à sua capilaridade e ao emprego adequado dos recursos disponíveis no território, sejam eles naturais, humanos e sociais, os fundos solidários impulsionam práticas emancipatórias que promovem relações de proximidade, interação, integração e desenvolvimento comunitários por meio de atividades produtivas valorativas das estruturas, conhecimentos e culturas locais (SENAES/MTE, 2007).

Como fatores limitantes da aplicação da metodologia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento encontram-se as restrições na aceitação da moeda social circulante local; inexistência de marco legal e de regulamentação da atividade por parte do BACEN. A sustentabilidade é supostamente o maior limite encontrado pelos BCD, incluindo dificuldades na formação do capital inicial para concessão dos empréstimos e também para operacionalização das atividades. Como são entidades sem fins lucrativos inexistem grandes margens de lucros, o que aliada à pequena carteira de clientes, aos prazos longos de quitação, as baixas taxas de juros e aos riscos inerentes as operações, aumentam os desafios de continuidade das atividades tornando-os dependentes de fontes externas de financiamento, como doações do poder público, da iniciativa privada e de ONGs (BONFIM, 2007).

A potencialidade da multiplicação da metodologia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento reside na parceria do Instituto Palmas com a SENAES, os quais intencionam fomentar a criação de BCDs em todos os Estados do país. Pelo fato dos BCDs estarem inseridos na estrutura da comunidade facilitam o acesso ao crédito e a outros serviços financeiros de forma humanizada, por meio de relações de proximidade. Acabam por estimular e ampliar o empreendedorismo, o empoderamento comunitário, a geração de emprego e renda e elevar as condições de vida da população do território em que estão. Para uma parcela considerável da população que vive abaixo da linha da pobreza, os bancos comunitários podem apresentar-se como uma alternativa de acesso a

serviços financeiros. Estima-se que até o final de 2007, cinco mil famílias serão beneficiadas com linhas de crédito através dos BCD. A meta é disponibilizar às comunidades a soma de R\$ 10 milhões em empréstimos até 2010, atingindo cerca de 500 mil famílias, com 1000 bancos em operação no Território Nacional (BONFIM, 2007).

3.6 COMPARAÇÃO ENTRE AS MICROFINANÇAS, FINANÇAS SOLIDÁRIAS E FINANÇAS TRADICIONAIS NA PERSPECTIVA DO CRÉDITO POPULAR NO BRASIL

Com base nas informações expostas neste estudo procurou-se identificar as principais características do crédito popular a fim de clarificar os contornos que circundam o tema. Para tanto, reuniu-se no conjunto do crédito popular os três grupos: Microfinanças, Finanças Solidárias e Finanças Tradicionais. É perceptível a existência de características comuns às três práticas de finanças, bem como de matizes que se interpõem e que diferem sutilmente entre eles. Esta identificação é necessária para posterior comparação com a experiência do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas. Abaixo segue figura ilustrativa inspirada no juízo de Singer (2005) a respeito da organização do crédito popular no Brasil.

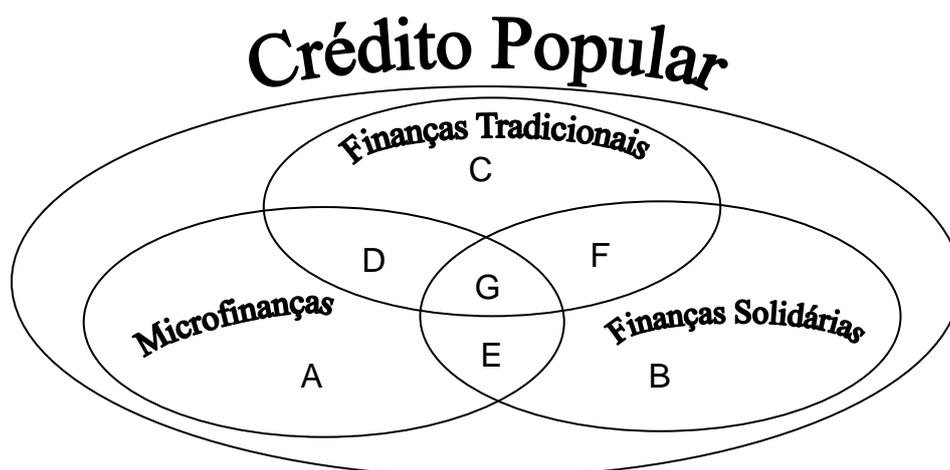


Ilustração 4 – Campo do Crédito Popular no Brasil.
Fonte: elaboração própria.

No quadro 1 faz-se uma comparação entre as Microfinanças, Finanças Solidárias e Finanças Tradicionais no que remete à prática do crédito popular no país. As informações estão descritas conforme a lógica apresentada na ilustração 4, mostrando características

específicas de cada uma das finanças, bem como características compartilhadas entre elas. Desta forma, as letras ‘A,B e C’ referem-se a características específicas apresentadas por cada uma das três finanças: A) Microfinanças, B) Finanças Solidárias e C) Finanças Tradicionais. A letra ‘D’ diz respeito às características compartilhadas entre as Microfinanças e as Finanças Tradicionais. A letra ‘E’ remete as particularidades entre Microfinanças e Finanças Solidárias. A letra ‘F’, da mesma forma, reporta peculiaridades em comum entre as Finanças Solidárias e as Finanças Tradicionais. E, por fim, a letra ‘G’ reproduz a relação partilhada entre as Microfinanças, Finanças Solidárias e Finanças Tradicionais sob a ótica do crédito popular.

Comparativo das principais características apresentadas entre as Microfinanças, Finanças Solidárias e Finanças Tradicionais na perspectiva do Crédito Popular praticado no Brasil.

	Microfinanças	Finanças Solidárias	Finanças Tradicionais
A	- Oferta de pequenos montantes monetários direcionados as pessoas físicas ou jurídicas, desde que sua fonte de renda provenha de atividades produtivas de bens e serviços, ou seja, principal atividade é o microcrédito orientado para microempreendimentos.	-	-
B	-	- Utilização da moeda social (moeda paralela); - Público alvo: a) população sem garantias reais, b) com histórico negativo de pagamentos não realizados registrados no SERASA, BACEN, SPC e outros, c) Empreendimentos econômicos solidários (que necessitam de pequenos a grandes volumes de crédito); - Crédito não é o fim em si mesmo, serve de instrumento para humanizar o processo de financiamento para promover as relações de proximidade e confiança, e ainda, estimular o empoderamento, por parte da população do território, do seu próprio processo de melhoria nas condições de vida.	-
C	-	-	- Instituições concedentes altamente regulamentadas pelo BACEN.
D	- Programas do governo: PRONAF (agricultura familiar), PROGER (microempreendimentos); - Público alvo: população	-	- Idem Microfinanças “D”.

	desbancarizada e isenta de registros no SERASA, BACEN, SPC.		
E	- Aval solidário (formação de pequenos grupos mutuamente responsáveis pelo crédito); - ausência de garantias reais; - presença do agente de crédito (análise e acompanhamento dos tomadores pré e pós concessão do crédito); - Inspiração na experiência do <i>Grameen Bank</i> .		-
F	-	- Oferta de Contas simplificadas (abertura de contas, saldos e extratos, saques, depósitos, recebimento de títulos, recebimento de tributos Estaduais, Municipais e FGTS, pagamento de benefícios);	
G	- Ampliar o alcance do financiamento, visando atingir a população com acesso restrito ou inexistente ao sistema financeiro tradicional (inclusão social); - Ação voltada a cooperar no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (PNUD);		

Quadro 1 – Comparação entre as Microfinanças, Finanças Solidárias e Finanças Tradicionais na perspectiva do Crédito Popular praticado no Brasil.

Fonte: elaboração própria.

4 O CASO DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PALMAS DE FORTALEZA – CEARÁ

Uma das melhores formas de se penetrar em um conceito é acompanhando sua experimentação concreta, o seu estabelecimento em meio a um cenário na maioria das vezes hostil, compartilhando seus avanços e recuos (SOARES, 2006, p. 138).

Fortaleza é a quarta cidade mais populosa do país (AGÊNCIA ESTADO, 2006). Concentra cerca de 30% dos habitantes do Ceará, provenientes em grande parte dos fluxos migratórios de seu interior composto de pessoas que fogem da seca com a expectativa de encontrar melhores condições de vida na capital (ALCÂNTARA, 2000). Num contexto de concentração de renda e desigualdades, a região metropolitana de Fortaleza possui hoje cerca de 3 milhões de habitantes (IBGE, 2006). Destes, 53,4% são considerados pobres e 26,3% indigentes⁵⁴ enfrentando problemas sociais, principalmente no que se refere ao alto nível de violência, à falta de emprego e moradia (ARAUJO; CARLEIAL, 2003).

Como forma de enfrentamento desta condição de pobreza iniciativas têm aflorado com apoio da sociedade civil, iniciativa privada e Estado. Alguns destes programas e iniciativas estão voltadas a promover transformações a partir da percepção da realidade dos próprios pobres e indigentes. Este aspecto é relevante devido à vasta experiência que os mesmos possuem sobre sua condição de vulnerabilidade, o que pode lhes auxiliar no desenvolvimento de estratégias e procedimentos para superar tal situação. É o caso do objeto deste estudo, o Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas, mais conhecido como Banco Palmas, localizado no bairro Jangurussu, na região sul de Fortaleza.

Este Empreendimento Econômico Solidário está intrinsecamente ligado à Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP) e, é reconhecido como exemplo de sucesso tanto no Brasil quanto no exterior. No caráter de sua existência encontram-se vários aspectos dos EES, pois a ASMOCONP/Banco Palmas trabalha na forma de banco popular, cooperativa popular de produção e de serviços, empresa autogestionária, clubes de trocas, associações de produtores, entre outros. A localidade de atuação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas, prioritariamente é o Conjunto Palmeira e encontra-se destacada no mapa dos bairros de Fortaleza que segue na ilustração 5.

⁵⁴ Os conceitos de pobreza e indigência estão referenciados na nota de rodapé nº 2.

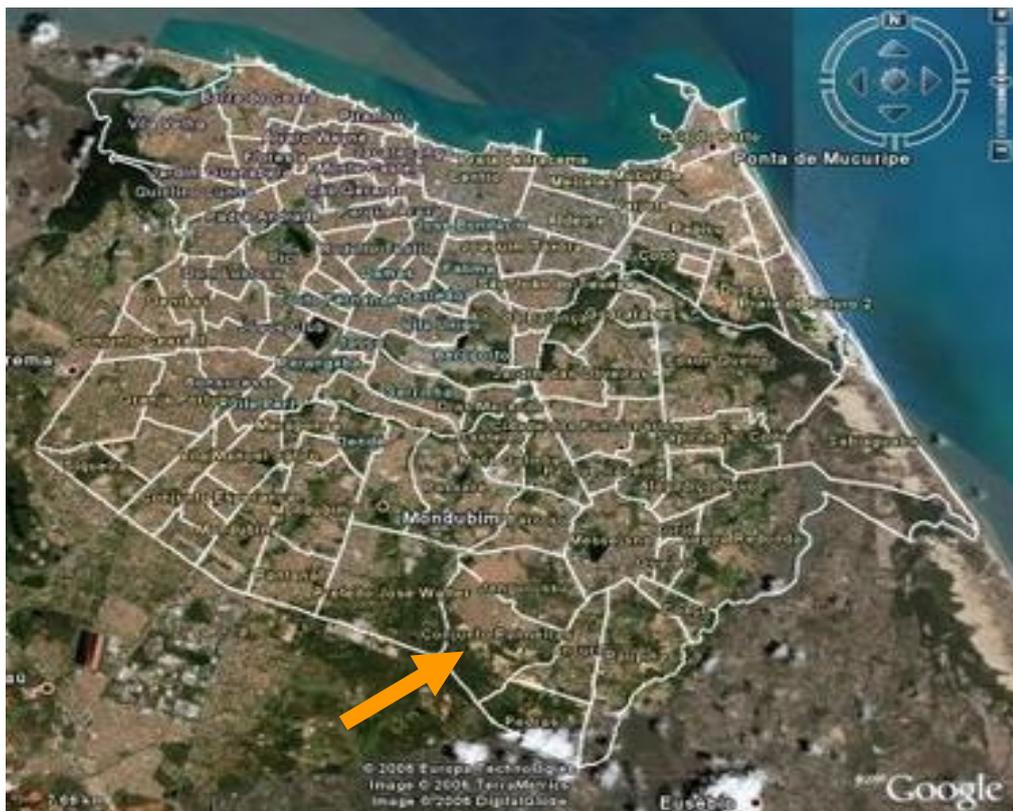


Ilustração 5 – Mapa dos bairros de Fortaleza/CE com destaque para o Conjunto Palmeira.
Fonte: PU3UFC, 2007.

4.1 O SURGIMENTO DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PALMAS E SUA RELAÇÃO COM A ASMOCONP

Para ilustrar a experiência do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas, torna-se necessário contextualizar o surgimento de sua localidade de atuação, bem como, localizá-lo na estrutura da associação de moradores. O surgimento do Conjunto Palmeira está atrelado a um plano de desfavelização da orla e do centro de Fortaleza implementado pela Prefeitura Municipal nos anos 70, num processo que deslocou cerca de 1,5 mil famílias, compostas principalmente por pescadores e comerciantes, para uma região geograficamente inadequada⁵⁵. Mesmo sem nenhuma infra-estrutura seja rede de saneamento básico, energia elétrica, água tratada, atendimento de saúde, escolas ou qualquer outro serviço público, os próprios moradores construíram casebres que originaram um bairro/favela. Atualmente, o Conjunto Palmeira possui 30 mil habitantes, formado por “cerca de 5 mil famílias, cuja renda, em 80% desses lares, fica abaixo de dois

salários mínimos/mês, e 70% da população não tem emprego formal” (FRANÇA; SILVA JÚNIOR, 2006, p.102).

A construção política, social e econômica do Conjunto Palmeira ocorre principalmente pela união e mobilização de seus moradores atuantes desde o início “como grupo de pressão junto aos governos para terem seus desejos de inclusão atendidos” (FRANÇA; SILVA JÚNIOR, 2006, p. 103). Esta característica mobilizatória desenvolvida pelos habitantes do bairro conflui para o nascimento da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP), em 1981, a qual garantiu a conquista da urbanização da área (redes de água, esgoto, telefonia, energia elétrica e canal de drenagem).

A Associação encontra-se articulada em três planos de atuação: “o político, no sentido da mobilização e participação das pessoas em torno de questões públicas; o social, ao reforçar a base das relações de convivência entre os moradores; e o econômico, a partir das várias atividades produtivas que são empreendidas” (FRANÇA; SILVA JÚNIOR, 2006, p. 104). No juízo de Toscano (2002, p. 162) a singularidade da qual é revestida a experiência do Conjunto Palmeira é impulsionada pelo instinto de sobrevivência e pela interação entre os atores internos e externos da localidade que “de um lamaçal, depósito de excluídos, se transforma em um lugar, em uma referência política com identidade própria”⁵⁶.

No processo histórico do Conjunto Palmeira percebe-se, a partir de uma pesquisa realizada pela ASMOCONP no ano de 1997, a evasão de 20% da população para outros bairros, principalmente, aquela antes mobilizada para a conquista de melhores condições de infra-estrutura naquele território. Os próprios benefícios advindos dos melhoramentos na área provocaram duas situações: 1) a impossibilidade dos moradores em arcar com o aumento no custo de vida (taxas de água, energia elétrica, esgoto, telefone, IPTU), e 2) a especulação imobiliária no bairro, onde “[...] os mais pobres vendiam suas casas para os que tinham melhores condições financeiras” (MELO NETO; MAGALHAES, 2003, p. B-16). Outro ponto diagnosticado diz respeito ao aumento da pobreza econômica embora

⁵⁵ O nome do Conjunto Palmeira origina-se da enorme quantidade de carnaubeiras - *Copernicia prunifera*. (palmeiras) que existia no local. Devido à especulação imobiliária e ao plano de remanejamento das áreas de risco de inundações (bairros do Lagamar, Aldeota, Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas e Verdes Mares), a Fundação Serviço Social (FSSF) da Prefeitura Municipal de Fortaleza, transferiu os moradores de baixa renda para um assentamento com 118 hectares, no fundo de um vale de terreno pantanoso com densa vegetação. Foi necessário mover grande quantidade de terra para oferecer condições à construção das moradias, causando grande degradação ambiental. No início foram demarcadas 100 quadras com 36 lotes de 200m² cada, e com o crescimento do bairro os lotes foram diminuindo para 160m² e, ainda para 120m² (TOSCANO, 2002).

⁵⁶ Informações mais detalhadas podem ser encontradas em Toscano, 2002; França; Torres, 2006; Melo Neto; Magalhães, 2003.

tenha ocorrido um aumento da urbanização no território (FRANÇA; SILVA JÚNIOR, 2006). Para buscar alternativas visando a permanência dos moradores no bairro, bem como estimular melhoramentos na condição de pobreza local, neste mesmo ano foram realizados 45 encontros entre a ASMOCONP, os segmentos organizados do bairro (igrejas, pastorais, creches, associações, escolas, rádio e jornal comunitário), os produtores, os comerciantes e a população em geral. Uma das conclusões destes encontros refere-se à percepção de uma oportunidade perdida, conforme relatam Melo Neto e Magalhães (2003, p. B-16).

Percebemos que havíamos desperdiçado a oportunidade de gerar trabalho e renda na comunidade – de forma sustentável – aproveitando o processo de urbanização. Poderíamos ter criado empresas comunitárias para realizarem as obras de urbanização e depois, estas continuariam existindo, gerando renda localmente.

Na perspectiva de estimular o consumo na área e a sustentabilidade dos pequenos estabelecimentos com vistas a gerar trabalho, renda e enriquecimento da economia numa comunidade com elevado grau de pobreza, a ASMOCONP cria o Banco Palmas em 1998 com a intenção de

iniciar um projeto de geração de trabalho e renda que estimularia a produção local através de uma linha de financiamento (microcréditos) e outra linha que estimulasse o consumo local através de um cartão de crédito próprio. O projeto funcionaria por intermédio de uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores – prosumidores – criando um círculo virtuoso de produção x consumo x geração de trabalho e renda (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003, p. E-16-F-16).

Para a materialização deste desígnio a equipe do Banco Palmas inicia um processo de sensibilização com os comerciantes locais, os associados e a população em geral para conscientizá-los sobre a importância da geração de riqueza e sua circulação na comunidade⁵⁷. Mesmo lúcidos da impossibilidade em satisfazer todas as carências dos moradores, é percebido que a maior parte destas necessidades podem ser atendidas com a produção de bens e serviços gerados e absorvidos no lugar de origem, ou seja, no Conjunto Palmeira. Com a intenção de ir além dos programas de acesso ao crédito implementados até o momento pela prefeitura e ONGs, opta-se por “garantir microcréditos para produção e o consumo local, a juros muito baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador” (FRANÇA; SILVA JÚNIOR, 2006, p. 105).

⁵⁷ Vale salientar no início do processo 1997, a equipe do Banco Palmas não tinha conhecimento sobre os princípios da Economia Solidária. O que veio a ocorrer em 2000, na ocasião da participação no I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária, em Mendes/RJ. Momento foi criada a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, da qual o Banco Palmas faz parte e atua na articulação nacional (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003).

A efetivação deste projeto transformaria a atuação da ASMOCONP: depois de 17 anos agindo como amplificadora das lutas para minimizar as carências sociais da população do Conjunto Palmeiras, tendo como ferramenta o capital social e como estratégia a pressão, a ASMOCONP passa a agir, principalmente, na intervenção e na aplicação de projetos socioprodutivos de combate às desigualdades econômicas locais (FRANÇA; SILVA JÚNIOR, 2006, p. 105).

A ASMOCONP coordena toda uma rede interativa formada pelos grupos de consumidores, produtores e prestadores de serviços, através de programas de desenvolvimento, bem como unidades produtivas e o Banco Palmas, formando um *cluster* socioeconômico⁵⁸. É a ASMOCONP que determina as diretrizes de toda a rede no que se refere às decisões de produção e comercialização. Estas diretrizes estão baseadas na perspectiva do desenvolvimento local e economia solidária. Todavia, as unidades produtivas e de serviços possuem certo grau de autogestão nas deliberações sobre a produção, o modo de comercializar e o direcionamento dos resultados financeiros. A importância da atuação em rede tem suas raízes na articulação das diversas iniciativas e suas interações, o que possibilita a troca de recursos entre si e resulta no fortalecimento mútuo, bem como na formação de novas unidades e programas (FRANÇA; SILVA JÚNIOR, 2006). A dinâmica de atuação da ASMOCONP e sua inter-relação com o Banco Palmas é visível na ilustração 6.

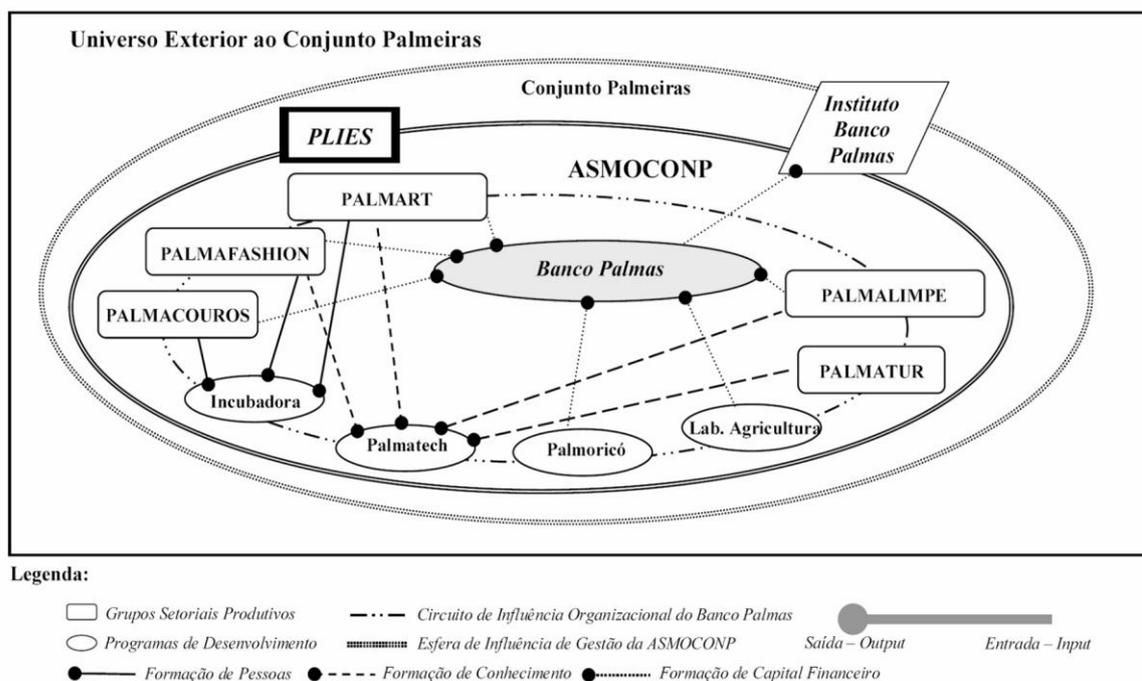


Ilustração 6 – *Cluster* Sócio-Econômico gerenciado pela ASMOCONP.
Fonte: Silva Júnior, 2004, p. 66.

Os programas de desenvolvimento local são coordenados pela ASMOCONP, implantados como linhas de ação do Banco Palmas. A implementação dos programas de desenvolvimento local da ASMOCONP/Banco Palmas segue a lógica da inclusão social e fundamenta-se em dois eixos, o social e o econômico. Pelo lado social, este processo de inserção, materializa-se por meio de atividades sensibilizadoras de formação e capacitação em Economia Solidária com vistas a estimular a organização e reintegração social de produtores e consumidores que ocorre através da Incubadora de Mulheres e da Escola de Socioeconomia Solidária Palmatech (Anexos B e C). E pelo lado econômico, acontece por meio do Laboratório de Agricultura Urbana (LAU) e do Palmoricó que oportunizam a geração de fontes alternativas de renda, a fim de acalorar a economia no território. Estas atividades contribuem efetivamente para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, para o aumento do uso da moeda social e para o empoderamento dos recursos da própria comunidade (FRANÇA; SILVA JÚNIOR, 2006).

Programas de Desenvolvimento Local, gerenciados pela ASMOCONP e implementados pelo Banco Palmas.

Programa	Objetivo	Atuação
Incubadora Feminina	Re-incluir socialmente mulheres em situação de risco pessoal e social. São realizadas oficinas, cursos profissionalizantes, ateliês de produção, assistência de psicólogos e economistas domésticos.	Trata-se de um programa de segurança alimentar e geração de renda, iniciado em outubro de 2000, com o objetivo de incluir social e economicamente, mulheres a partir de 16 anos, em situação de risco e social, moradoras no Conjunto Palmeira. A estratégia consiste em reintegrá-las ao ciclo econômico e social de forma a garantir-lhes renda que assegure, no mínimo o acesso ao alimento. A primeira turma de mulheres começou a ser incubada naquele ano e a cada seis meses, a incubadora recebe 20 (vinte) mulheres selecionadas na comunidade em situação de grave risco pessoal e social.
Palmatech – Escola Comunitária De Socioeconomia Solidária	Oferecer capacitação gerencial e profissional na perspectiva da Socioeconomia Solidária. Além de desenvolver pedagogias de sensibilização para a cultura da solidariedade.	Forma os moradores na perspectiva da economia solidária e nos princípios da cooperação, da solidariedade, do empreendedorismo e da sustentabilidade. Estes princípios são importantes porque alimentam as relações de proximidade com valores que solidificam estas relações. Ela contribui com outros programas e com os grupos setoriais, qualificando o pessoal – jovens, comerciantes, mulheres, produtores, etc.
Laboratório de Agricultura Orgânica (Lau)	Aprender o cultivo orgânico de plantas medicinais e hortaliças nos quintais de suas casas, produzindo para o consumo e o excedente podendo ser comercializado	São programas que oportunizam o consumo de alimentos mais saudáveis, assim como, possibilita atividades produtivas que possam gerar renda para estes. Na sede da ASMOCONP funciona um laboratório que visa servir de modelo no uso dos quintais das casas para o plantio de hortaliças e criação das galinhas.
Palmoricó	Atua de modo similar ao LAU, porém voltado para criação de galinha caipira.	

Quadro 2 – Programas de Desenvolvimento Local, gerenciados pela ASMOCONP e implementados pelo Banco Palmas.

Fonte: Melo Neto; Magalhães, 2003 *apud* Silva Júnior, 2004, p.59.

4.2 O BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PALMAS

Em janeiro de 1998, a atividade do Banco Palmas teve início com um empréstimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) captado no Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos (Cearah Periferia), pago em um ano com juros de 1% a.a.. Montante este distribuído aos moradores na forma de crédito para cinco produtores e cartão de crédito para o consumo de vinte famílias. Nesta ocasião, apenas cinco estabelecimentos comerciais aceitavam o referido cartão. O crédito produtivo e o cartão de crédito para consumo foram os primeiros produtos do Banco Palmas (Anexo D).

Neste mesmo ano, firmou-se parceria com organizações de cooperação internacional a fim de disponibilizar novo empréstimo, o que permitiu ao Banco Palmas, no final de 1998, deter a quantia de ‘R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em carteira e 120 (cento e vinte) cartões de crédito entregues a moradores da comunidade’ (MELO NETO; MAGALHAES, 2003, p. J-16). Ao longo do tempo a necessidade dos moradores estimulou a expansão das atividades do Banco Palmas para além da concessão de crédito. E na sequência nasceram projetos de incentivo a produção de bens e serviços, que encontram-se descritos adiante.

Na apreciação de Melo Neto e Magalhães (2003, p. 18), o Banco Palmas “é um sistema integrado que organiza e articula os moradores do Conjunto Palmeira para produzirem e consumirem no próprio bairro, articulados em rede.” Como a ação principal é priorizar a circulação da riqueza, realizada por meio da comercialização de produtos e serviços oriundos dos trabalhadores locais, o Banco Palmas estimula atividades que envolvem prossumidores, ou seja, os que simultaneamente produzem e consomem. Para França e Silva Júnior (2006, p. 106)

a gestão do banco é feita pela própria ASMOCONP e seu quadro de pessoal é constituído, majoritariamente, por moradores voluntários. [...] [o Banco Palmas trata-se de] um sistema financeiro solidário e atua de forma integrada em quatro pontos da cadeia produtiva local: produção sustentável, consumo solidário, capital solidário e comércio justo.

⁵⁸ *Cluster* refere-se a um arranjo produtivo, ou seja, aglomerados de atividades produtivas afins, localizadas em determinado espaço geográfico e desenvolvidas por empresas autônomas de pequeno médio e grande porte, intensamente articuladas, constituindo ambiente de negócios onde prevalecem relações de recíproca confiança entre as diferentes partes envolvidas. O conceito sugere a idéia de junção, união, agregação, integração (VALE, 2007).

Rede Solidária de produção e consumo local do Banco Palmas

Linha de Atuação	Produto	Funcionamento
Produção Sustentável	MICROCRÉDITO PARA PRODUÇÃO	Microcréditos destinados à produção e comercialização local, sem exigências quanto ao fiador, nível de renda, patrimônio e outras normas bancárias.
Consumo Solidário	CARTÃO DE CRÉDITO	PalmaCard é o cartão de crédito do Banco Palmas, válido para compras somente no bairro. Não há exigência de taxa para obtenção do cartão, sendo seu limite variável em função do comportamento do seu titular.
Capital Solidário	MOEDA SOCIAL	Uma moeda/bônus local circula no bairro desde novembro de 2002. A moeda chama-se Palma\$ (P\$) e surgiu com a aplicação do método fomento, durante a construção da Palmatech. Os trabalhadores da obra receberam em Palma\$ e fizeram esta moeda circular no comércio do bairro.
Comércio Justo	LOJA SOLIDÁRIA	Uma loja esta instalada na sede da ASMOCONP, onde os produtores do bairro que tomaram um crédito junto ao banco, podem colocar seus produtos para exposição e venda. Em geral estes produtos são artesanais ou produzidos nos grupos setoriais da ASMOCONP.

Quadro 3 – Rede Solidária de produção e consumo local do Banco Palmas

Fonte: França; Silva Júnior, 2006, p. 107.

4.2.1 A metodologia usada para a concessão de crédito popular no Banco Palmas

A concessão de crédito no Banco Palmas está voltada a atender as necessidades de microcréditos para produção, comércio ou serviço, bem como para o consumo. Há ainda microcrédito para mulheres em situação de risco, linhas de crédito para pequenas reformas de moradia e para projetos de agricultura urbana. A metodologia adaptada à situação de vulnerabilidade da população de baixa renda, excluída do sistema financeiro tradicional, consiste no emprego de alguns procedimentos específicos. O primeiro procedimento refere-se à exigência de que o solicitante seja morador do bairro, sócio da ASMOCONP e participe de pelo menos três assembleias mensais antes da solicitação do crédito. (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003). Este processo é realizado com vistas a trazer à consciência do tomador do crédito sua escolha em fazer parte de uma rede de cooperação. Nas assembleias ocorre a sensibilização sobre economia solidária, bem como sobre “o projeto socioeconômico Banco Palmas, em que é a comunidade que controla a economia e não a economia que controla a comunidade” (FRANÇA; SILVA JÚNIOR, 2006, p. 107).

A próxima fase é o preenchimento de um formulário com dados pessoais, valor do empréstimo e destino de sua aplicação. Não são solicitados quaisquer documentos de

identificação formal (CPF, RG, Carteira de Trabalho, etc) ou comprovação de renda. Nem é realizada nenhuma consulta aos serviços de restrição cadastral (SERASA, CADIM, SPC, etc). Também não são exigidos fiador, nem quaisquer garantias reais que dêem segurança à concedente de que o montante emprestado irá retornar (FRANÇA; SILVA JÚNIOR, 2006). No juízo de Melo Neto e Magalhães (2003, p. 36), o “Palmas é um banco que trabalha diretamente com os excluídos. Os créditos concedidos pelo banco popular são considerados de alto risco porque são direcionados a pessoas muito pobres, que estão fora do mercado.”

Na etapa seguinte, apenas com posse do formulário o analista de crédito encaminha-se à vizinhança do potencial tomador a fim de colher mais informações sobre a índole e o nível de responsabilidade do mesmo. Em seguida, o analista de crédito decide em conjunto com o coordenador do Banco Palmas e a presidente da ASMOCNP, que juntos formam o Comitê de Aprovação do Crédito, sobre a aprovação ou não do referido crédito. A assembléia dos sócios também possui poder de decisão sobre a tal concessão. Normalmente, este processo leva cerca de dois dias, porém caso inexistam recursos disponíveis no Banco Palmas, a solicitação entra numa lista de espera (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003).

O último passo para efetivar a concessão do crédito, refere-se a um acordo entre o tomador e o Banco Palmas, realizado por meio de um contrato social, no qual o solicitante se compromete a exercer atividades de compra e venda na área do Conjunto Palmeira. Na renovação do empréstimo pela terceira vez, dispensam-se os procedimentos antes exigidos e a solicitação é encaminhada diretamente ao Comitê de Aprovação do Crédito. Vale ressaltar que, o Comitê avalia o pedido de crédito sob a perspectiva econômica e social, ou seja, é analisada a viabilidade econômica do projeto e o seu potencial de operar na rede já estabelecida, bem como o interesse do solicitante em tomar parte na vida da comunidade (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003).

Na apreciação de França e Silva Júnior (2006, p.105),

Mais do que um cadastro formal, a concessão do crédito exige um conhecimento da vida do tomador do empréstimo na comunidade. O agente de crédito consulta assim a rede de relações da pessoa como fonte de conhecimento. Já a cobrança do crédito, por sua vez, passa pela introdução de um mecanismo de controle social extremamente original, ao envolver vizinhos numa espécie de aval solidário. São as próprias pessoas que funcionam como mecanismo de pressão moral junto ao indivíduo.

Conforme relatam Melo Neto e Magalhães (2003), o Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas aplica um sistema específico de créditos evolutivos com juros

evolutivos para com seus associados. Este método visa garantir a distribuição da renda, pois um associado que tem mais paga maiores juros subsidiando quem tem menos. No quadro 4, encontram-se as taxas e os valores cobrados para os montantes máximos de créditos que se pode acessar no Banco Palmas.

Créditos	\$	Juros ao mês
1º Crédito	Até 300	2%
2º Crédito	Até 500	2,5%
3º Crédito	Até 1000	3%

Quadro 4 – Sistema de crédito e juros evolutivos

Fonte: Melo Neto; Magalhães, 2003, p.37.

Com relação à prática da concessão de crédito, o Banco Palmas defronta-se com dificuldades no que se refere à insuficiência de recursos disponíveis para atender a demanda real existente na comunidade. Ao alto nível de risco de inadimplência, visto que a população tomadora vive em situação de pobreza e miséria. Deficiências na gestão financeira e contábil realizada pelas próprias pessoas da comunidade, que não possuem a capacitação devida. E ainda, em função da inexistência da formalização jurídica e de regulamentação financeira, o Banco Palmas encontra limites de captação de recursos de fontes de financiamentos oficiais das instituições de segunda linha (BNDES, SEBRAE, BIRD, entre outros) (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003).

4.2.2 PalmaCard: o cartão de crédito implantado para estimular o consumo solidário

Conforme dados do mapeamento da produção e do consumo, realizado em 2002 na área de atuação do Banco Palmas, identificou-se um montante de R\$ 1.540.251,88 (um milhão quinhentos e quarenta mil, duzentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos) gasto mensalmente pelas famílias do Conjunto Palmeira. Destes, cerca de R\$ 1.015.000,00 (um milhão e quinze mil reais) é direcionado à alimentação. E grande parte destes recursos é utilizada em consumo fora do bairro. Na opinião de Melo Neto e Magalhães (2003, N-16),

Quase tudo que consumimos é possível ser produzido localmente [...] Partindo dos centavos de cada família, existe uma fortuna circulando na comunidade – só que de forma desorganizada e direcionada para o consumo de produtos de empresas que não têm compromisso com o social.

Assim, com o intuito de estimular a circulação da riqueza no bairro, possibilitar o acesso aos itens que satisfaçam as necessidades básicas emergenciais, tais como gás de cozinha, alimentos e medicamentos, bem como, promover a solidariedade entre os prossumidores e consumidores, e, ainda, elevar o sentimento de auto-estima e confiança dos moradores a partir de suas próprias ações geradoras de melhorias na qualidade de vida, foi implementado o cartão de crédito Palmacard na comunidade (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003).

O cartão de crédito Palmacard pode ter um valor entre R\$ 20,00 (vinte reais) e R\$ 100,00 (cem reais). Compras acima deste valor necessitam de autorização do Banco e podem ser parceladas em até três vezes. O funcionamento do Palmacard tem início na solicitação do morador que é submetida à avaliação do Banco Palmas. Com a obtenção do cartão, o tomador faz suas aquisições no comércio local previamente cadastrado.

Na ilustração 7 nota-se o preenchimento do cartão, que é realizado pelo comerciante no ato da compra. Nesta mesma ocasião, o consumidor assina a fatura de posse do comerciante para que o mesmo possa dirigir-se ao Banco Palmas até o dia 15 de cada mês e garantir o recebimento da parte que lhe é devida, depois de descontada uma taxa de administração de 3%. Na data escolhida para vencimento pelo portador do cartão, o mesmo efetua o pagamento sem juros ao Banco Palmas. Vale ressaltar que não é cobrada anuidade pelo uso do cartão. E o Banco procura garantir a presença de 30% em reservas bancárias, referente ao valor dos cartões em circulação para garantir o pagamento aos comerciantes mesmo que haja inadimplência (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003). Conforme dados colhidos em entrevista (DADOS PRIMÁRIOS, 2007), atualmente, o nível de inadimplência do Palmacard é zero (0%).



Ilustração 7 – Cartão de Crédito para o consumo: Palmacard.
Fonte: Silva Júnior, 2004, p. 33.

Atualmente, há 350 famílias beneficiadas com o cartão de crédito Palmacard, e 189 estabelecimentos locais estão cadastrados no Banco Palmas para operacionalizar com o referido cartão de crédito e a moeda social (DADOS PRIMÁRIOS, 2007). Pelo que

relatam França e Silva Júnior (2006, p. 108) o aumento na adesão dos comerciantes veio da conscientização sobre a importância do uso do sistema para o enriquecimento da comunidade como um todo.

Na época da criação do cartão de crédito, ainda em 1998, foram realizadas algumas reuniões com os comerciantes do Conjunto Palmeiras para que eles entendessem os procedimentos do uso do cartão e a proposta do Banco Palmas. Poucos compareceram, pois não estavam confiantes em entregar seus produtos na mão dos consumidores sem a garantia que receberiam do Banco Palmas *a posteriori*. Outro agravante é que teriam de ceder 3% do valor da compra como taxa de administração do PalmaCard ao Banco Palmas [...] Assim sendo, no primeiro ano foi difícil a relação com os comerciantes locais. Contudo, quando estes perceberam a seriedade da proposta e o propósito efetivo da ASMOCONP em trabalhar pela geração e circulação de riqueza no Conjunto Palmeiras, a situação se inverteu e muitos comerciantes passaram a procurar o Banco Palmas querendo se habilitar para receber o PalmaCard.

Existem alguns desafios a serem solucionados, pois como o sistema não é informatizado, o volume de trabalho para conferir as faturas dos cartões é alto. A substituição do cartão é realizada frequentemente visto que o mesmo é de papel comum. Muitas faturas são preenchidas de forma incorreta pelos comerciantes, já que muitos possuem baixo grau de escolaridade. Embora o percentual de inadimplência seja baixo, o mesmo apresenta-se de forma constante. E devido ao limite da carteira de crédito, poucos cartões encontram-se em circulação (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003).

4.2.3 O uso da Moeda Social no Conjunto Palmeira

Além da moeda oficial (o real), o Banco Palmas opera com as moedas sociais Palmares, Palmarins e Palmas. As moedas sociais Palmares e Palmarins foram criadas em 2000 para utilização nas atividades do Clube de Trocas⁵⁹. O clube de trocas, na opinião de Melo Neto e Magalhães (2003, p. 58), é “uma articulação entre produtores, prestadores de serviços e consumidores do bairro, que se reúnem semanalmente para trocarem seus bens e serviços utilizando uma moeda social.” Mesmo com todos os benefícios advindos da prática de trocas solidárias com moeda social no Clube de Trocas Palmares, dois problemas focais foram detectados desde seu início pelos participantes:

⁵⁹ Os Palmarins são os centavos do Palmares. Mais informações sobre metodologias de criação e funcionamento de um clube de trocas ver: Mance, 2003; PACS, 2005; Sanchez-Costa, 2003.

a) em virtude da grave situação de pobreza dos moradores do bairro, a maioria das famílias vinha aos encontros do clube na expectativa de trocar os seus produtos por alimentos de primeira necessidade (feijão, arroz, farinha, açúcar, óleo, ovos...). Como ninguém do clube trazia esse tipo de produto para as trocas, os participantes não se sentiam satisfeitos.

b) os produtos disponibilizados para as trocas eram muito poucos e, geralmente, iguais: artesanatos variados e confecções; situação completamente justificável por tratar-se de um clube cujos participantes eram pessoas de favela, geralmente desempregadas ou assalariados (MELO NETO; MAGALHÃES, 2005, p. 15).

A percepção das limitações do método até então experimentado, trouxe reflexões que apontaram para o desenvolvimento de uma nova estratégia a fim de promover o desenvolvimento local, envolvendo além dos já existentes, outros empreendedores locais “que tinham uma dinâmica própria e que estavam alheios ao sistema de trocas solidárias implantado pelo Banco Palmas” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2005, p. 17).

Conforme relatam Melo Neto e Magalhães (2005) implementou-se em 2002, pioneiramente, o Sistema de Moeda Social Circulante Local através do Método Fomento⁶⁰, fruto de uma parceria entre o Banco Palmas e o Instituto Strohalm de Desenvolvimento Integral (INSTDRODI). O instrumento financeiro criado para o sucesso de tal projeto foi a moeda social Palmas (ilustração 8). A mesma foi confeccionada com marca d'água, código de barras e número serial para evitar falsificação. A moeda social Palmas é aceita nos 189 estabelecimentos comerciais da região, desde postos de combustíveis, bares e transporte rodoviário alternativo, com descontos de até 10 % (Anexo E e F). A partir da criação da moeda social Palmas, as moedas Palmares e Palmarins foram direcionadas ao uso exclusivo das atividades de formação (BARROS, 2007).



Ilustração 8 – Frente de uma Moeda Social Circulante Local no valor de 5 Palmas.
Fonte: Acervo da autora.

⁶⁰ O Método Fomento é uma das metodologias desenvolvidas para promoção de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Movimento Monetário Mosaico (MoMoMo). O MoMoMo congrega um mosaico de realidades práticas e possibilidades teóricas de todas as partes do mundo, para implantar a partir do empoderamento das comunidades locais moedas livres de juros. Pelo Método Fomento, uma soma em moeda nacional destinada para realização de um projeto social é “clonada”, criando a mesma quantidade em moeda social, usada para circular a riqueza no território. (ARKEL *et al.*, 2002).



Ilustração 9 – Verso de uma Moeda Social Circulante Local no valor de 1 Palmas.
Fonte: Acervo da autora.

Com o montante de R\$ 51.302,00 (cinquenta e um mil, trezentos e dois reais) doado ao Banco Palmas pela Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), construiu-se o prédio que abriga a Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária – Palmatech. Estas unidades monetárias em reais foram reproduzidas em moeda social e se tornaram 102.604 unidades monetárias (u.m.). Com a totalidade destes recursos pagou-se a mão-de-obra, na proporção de 80% em moeda social Palmas (P\$) e 20% em Reais (R\$), e o material necessário no comércio local. As despesas referentes aos materiais que não podiam ser adquiridos no Conjunto Palmeira foram realizadas em reais. Os recursos em moeda real e em moeda social também são disponibilizados para a concessão de microcréditos à comunidade por meio do Banco Palmas. A metodologia para o acesso ao crédito em moeda social é a mesma utilizada para o crédito em reais (SILVA JUNIOR, 2004). No quadro 5, apresentam-se as linhas de empréstimos em moeda social Palmas.

Linhas de financiamento em Moeda Social Circulante Local Palmas

Linhas de financiamento em Circulante Palmas	Quem pode acessar	Valor máximo em Palmas	Prazo de pagamento	Taxa de administração
Crédito produtivo	Qualquer morador do bairro que tenha um proposta viável	1.000,00	6 meses	1% do total emprestado
Crédito Consignado	Qualquer trabalhador das instituições e empresas cadastradas	300,00	30 dias	1% do total emprestado
Crédito direto ao consumidor	Qualquer morador do bairro	300,00	60 dias	1% do total emprestado
Crédito para pagamento de contas de água e luz	Qualquer morador do bairro	60,00	30 dias	1% do total emprestado

Quadro 5 – Linhas de financiamento em Moeda Social Circulante Local Palmas
Fonte: Melo Neto, 2005, p.39

Melo Neto e Magalhães (2005, p. 37) evidenciam que há

[...] três formas para qualquer morador do Conjunto Palmeiras conseguir o circulante Palmas:

- i) Contratando empréstimos junto ao Banco Palmas. Qualquer morador pode solicitar empréstimos em PALMAS.
- ii) Prestando serviço para alguém da comunidade que tenha o Circulante Local PALMAS.
- iii) Trocando Reais (R\$) por PALMAS, diretamente, na sede do Banco Palmas.

A troca de moedas Palmas por Reais pode ser realizada no Banco Palmas somente por comerciantes ou produtores, desde que justificado o motivo, e com o desconto de 1% referente a taxa de administração. Em alguns casos, a troca de Reais (R\$) por Palmas (P\$) pode ser feita pelo comércio que tenha uma propensão maior a acumular a moeda social, como por exemplo, os postos de combustíveis, o sistema de transporte alternativo, distribuidores de gás, entre outros. Este procedimento foi construído com vistas a manter a circulação da moeda social, ou seja, para que as necessidades dos moradores sejam satisfeitas com a aquisição de produtos e serviços da própria comunidade. Como o empréstimo em Palmas não possui juros, este empréstimo é mais viável para o tomador e o sistema local é fortalecido pelo ingresso de mais moedas sociais em circulação (MELO NETO; MAGALHÃES, 2005).

A circulação da moeda social é importante, quanto mais circula, mais a riqueza gerada circula na comunidade, pois significa que um produto ou serviço foi negociado dentro do território pelos moradores.

Por exemplo, se um morador pagar o transporte coletivo com a moeda social e o proprietário da VAN, de imediato, for ao Banco Palmas fazer a troca desta moeda em Reais (R\$), afirmamos que a moeda social deu apenas “um giro”. Entretanto, se o proprietário da VAN ao invés de fazer a troca da moeda, utilizá-la para abastecer o veículo no posto de combustível, afirmamos que esta moeda social deu “dois giros”. E, finalmente, se o proprietário do posto de combustível utilizar a mesma moeda para comprar remédio na farmácia, afirmamos que a moeda deu “três giros”, assim sucessivamente. [...] mesmo que o circulante local realize apenas um “giro”, ele já está potencializando o comércio local e proporcionando desenvolvimento para o bairro (Melo Neto; Magalhães, 2005, p. 38).

Os principais desafios enfrentados com a implementação do Sistema de Moeda Social Circulante Local referem-se, principalmente, a possibilidade de falsificação da moeda; a dificuldade de sensibilização dos comerciantes a entrar no sistema e a transmutação da crença de escassez para abundância da moeda.

4.3.4 A Originalidade da Experiência do Banco Palmas

Na apreciação de França e Silva Júnior a originalidade do caso estudado decorre da hibridação de economias e da construção conjunta da oferta e da demanda, resultado da articulação entre as lógicas econômica, social e política. As práticas em execução no Conjunto Palmeira vão além da dinâmica puramente mercadológica, pois as iniciativas de produção, troca e consumo dos bens e serviços são elaboradas com base em relações comunitárias e implicam na realimentação no próprio arranjo produtivo local. De acordo com França e Silva Júnior (2006, p. 114) há

[...] nesta experiência uma clara articulação entre recursos mercantis, não mercantis e não monetários, afirmando o caráter de hibridação de economias próprio às dinâmicas de economia solidária. Isto porque algumas ações supõem comercialização de bens e serviços, implicando uma fonte mercantil de recursos, como nos casos dos produtos e serviços gerados nas unidades produtivas [...] em que a produção de bens tende, inicialmente a atender a demanda local, e as relações de trocas desenvolvidas são, fundamentalmente, de mercado. Já outras ações contam com subvenções de entidades externas [...] numa relação com uma fonte não mercantil de recursos. O tipo de circuito econômico criado neste caso incorpora a execução de atividades redistributivas equivalentes ao papel do Estado [...] prevalecem ainda aquelas ações onde não circula dinheiro oficial, no máximo uma moeda social, e estão fundadas em relações de reciprocidade e no trabalho voluntário, constituindo dessa forma uma fonte não monetária de recursos importantes para a dinâmica associativa [...] portanto, nesta iniciativa redefine-se o sentido do ato econômico, pois ele não parece representar um fim em si mesmo. As atividades econômicas apresentam-se mais como um meio para realização do projeto associativo de melhoria das condições de vida no bairro [...] [desse modo, é promovida] uma verdadeira construção conjunta da oferta e da demanda [através da introdução do] conceito de prossumidor [...] refletindo a multiplicidade de papéis desempenhados pelos atores locais, ao mesmo tempo produtores e consumidores dos produtos e serviços gerados na experiência.

No juízo de Silva Júnior (2004, p. 80), outro aspecto relevante refere-se à tensão entre a lógica da solidariedade e a lógica do mercado.

O Banco Palmas, como já tratamos, utiliza procedimentos *sui generis* na concessão de microfinanciamentos: são baseados nas relações de vizinhança, não exige registro para o tomador do empréstimo – já até perdoou dívidas de tomadores que perderam seus bens por conta de enchentes, não busca a remuneração sobre o capital emprestado, apóia iniciativas de jovens inexperientes e mulheres em situação de risco social, enfim, todas as características da influência de uma lógica solidária na gestão. Ao mesmo tempo, ao conceder financiamento aos produtores locais objetivando que a renda e o consumo do bairro se amplie, indiretamente, está promovendo alguns princípios, eminentemente, mercantis, como: a livre iniciativa, a lei da oferta e demanda como justificativa para especulação e a exploração da finalidade lucrativa baseados na competição entre os empreendedores locais, ou seja, o Banco Palmas pode até não objetivar a exploração da população local, mas os tomadores do crédito acabam explorando-os – com a intenção de ampliarem seus lucros. Podemos afirmar que, neste caso, a lógica mercantil está sendo “financiada” pela lógica solidária.

4.3 IMPACTOS ADVINDOS DA IMPLANTAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PALMAS

Na apreciação de Silva Júnior (2004), o surgimento do Banco Palmas trouxe contribuições tanto a nível local que se reflete na melhoria de aspectos relacionados à vida dos moradores do Conjunto Palmeira, quanto a nível regional através da multiplicação da metodologia de Banco Comunitário de Desenvolvimento aplicadas em outras localidades, tanto no Ceará quanto em outros Estados.

Conforme um estudo realizado pela Universidade Estadual do Ceará, com os moradores do bairro/favela no ano de 2000, percebe-se a ocorrência de aspectos positivos relacionados tanto ao próprio ânimo dos moradores quanto no que se refere à imagem do Banco Palmas na localidade. Na pesquisa registra-se um aumento de 40% nas movimentações do comércio devido ao aumento de unidades monetárias em circulação. E ainda, que 58% das pessoas ingressantes no banco adquiriram mais respeito na comunidade; 83% desenvolveram maior auto-confiança; 82% começaram a se sentir mais responsáveis; 54% tornaram-se mais solidárias; 86% passaram a ter mais esperança; 75% adquiriram maior estímulo para a vida; 95% consideram o Banco Palmas um agente erradicador da fome e promotor de emprego e renda e 96% dos entrevistados consideram o banco, no mínimo, bom (BONFIM, 2007).

Desde sua origem o Banco Palmas no Conjunto Palmeira atuou no estímulo à criação de 1.100 postos de trabalho formais e informais, beneficiou mais de 200 empreendimentos e promoveu um aumento no número de associados que hoje chega a 2000. Atualmente, o Banco Palmas possui em carteira R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) e P\$ 30.000,00 (Trinta mil Palmas) em circulação e beneficia cerca de 350 famílias com o cartão de crédito Palmacard. De um modo geral, a condição de ser membro associado para a obtenção de linhas de crédito proporciona o empoderamento pelos moradores, pois o Banco é gerido pelos mesmos, o que leva a desenvolver um maior senso de responsabilidade. Vale colocar também que os índices de inadimplência registrados são de zero (0%) para o cartão de crédito, e variam de 1% a 3% nas outras linhas de crédito oferecidas (BARROS, 2007).

4.3.1 As unidades de produção e serviços solidárias

As unidades de produção e serviços solidárias originam-se por meio da atuação do Banco Palmas. O mesmo disponibiliza a marca ‘Palmas’ para uso nos produtos e serviços, além de microcrédito para compra de insumos, estrutura física e facilidades de comercialização. As unidades possuem autonomia em suas gestões, porém devem seguir as diretrizes definidas pela ASMOCONP (FRANÇA; SILVA JÚNIOR, 2006).

A logomarca do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas foi criada em 2001 para certificar todos os produtos e serviços originados das atividades do Banco. Na ilustração 10 está a palmeira símbolo da comunidade, o qual encontra-se carregado com a identidade daquele território, de onde vem seu nome, Conjunto Palmeira (SILVA JÚNIOR, 2004).



Ilustração 10 – Logomarca do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas.
Fonte: Silva Júnior, 2004, p. 48.

As referidas unidades, já existentes, atuam nos setores de artesanato, confecções, artigos de couro, material de limpeza, turismo, produtos naturais, transporte alternativo e cultura, conforme descritos no quadro 6 (FRANÇA; SILVA JÚNIOR, 2006).

Unidades de produção e serviços solidários originados desde a implementação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas.

Grupo Setorial	Unidade de Produção ou Serviço	Atividade
Artesanato	PALMART	Grupo produtivo de artesanato que utiliza, principalmente, as técnicas de fuxico e estamparia. Constituída por 07 mulheres da comunidade
Confecções	PALMAFASHION	Grupo produtivo que confecciona moda jovem, peças íntimas, fardamentos e camisas masculinas. Envolve 12 mulheres da comunidade, na sua maioria oriunda da Incubadora Feminina.
Artigos de Couro	PALMACOUROS	Grupo produtivo que confecciona bolsa, calçados e outras peças de couro. Constituído por 05 famílias da comunidade.
Material de Limpeza	PALMALIMPE	Microempresa que produz detergentes, desinfetantes, água sanitária, amaciante e cera líquida. Formada por 05 jovens que participaram da formação em economia solidária pela Palmatech. É legalizada e tem no comércio local e nas organizações não-governamentais seus principais clientes.
Agência de Turismo Social	PALMATUR	A Agência tem como vocação a formação de pacotes turísticos para mostrar a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas e outros destacados projetos sociais existentes no Ceará. Ao mesmo tempo em que explora de forma sustentável as praias, a serra e o sertão cearenses.
Produtos Naturais	PALMANATUS	Grupo produtivo dedicado ao cultivo de plantas medicinais com fins fitoterápicos, além da produção e comercialização de produtos naturais como xaropes, sabonetes, etc.
Transporte	PASSAGEM SOLIDÁRIA	Tíquete solidário criado com a finalidade de facilitar o acesso dos moradores do Conjunto Palmeira ao transporte alternativo que serve ao bairro, localizado na Zona Sul, a 20 Km do Centro de Fortaleza. Os moradores podem utilizar a moeda social com um desconto de R\$ 0,10 no sistema de transporte alternativo. Em atuação desde 26/06/2005.
Cultural	ESTÚDIO	Gravação de CDs de talentos do bairro e de <i>jingles</i> comerciais. Os equipamentos foram doados pela ONG holandesa Strohalm. Três jovens da comunidade foram capacitados para cuidar do estúdio.

Quadro 6 - Unidades de produção e serviços solidários originados desde a implementação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas.

Fonte: Tabela elaborada com base nas informações de Melo Neto e Magalhães, 2003, p. 53 *apud* França e Silva Júnior, 2006, p. 110.

4.3.2 Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Economia Solidária

A criação do Instituto Banco Palmas em junho de 2003, como uma OSCIP, foi resultado dos entraves encontrados pelo Banco Palmas na obtenção de recursos para bancar suas atividades (Anexo G e H). Com papel distinto da ASMOCONP e do Banco Palmas, ao Instituto cabe a captação de recursos de fontes públicas governamentais e o fomento de iniciativas que visam fortalecer o movimento da economia solidária no

Brasil e/ou no exterior. O fomento e multiplicação da tecnologia social desenvolvida para a implementação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento ocorrem por meio de palestras, capacitação, projetos de elaboração e implementação de metodologias para geração de emprego, renda, assessorias, consultorias e outras atividades que promovam o desenvolvimento local (FRANÇA; SILVA JÚNIOR, 2006).

Sendo assim, o Banco Palmas, a ASMONCOP e o Instituto Banco Palmas são organizações distintas na constituição e propósitos, mas similares na gestão e complementares na atuação. Enquanto o Banco Palmas aplica o nome e sua competência na dinâmica da Economia Solidária, a ASMOCONP emprega sua credibilidade conquistada em 23 anos de luta social. E o Instituto Banco Palmas integra o grupo com uma equipe técnica habilitada na temática da economia solidária, do associativismo, da gestão social, do terceiro setor e da responsabilidade social. Este corpo técnico é formado por consultores que já realizaram trabalhos e parcerias com a ASMOCONP, ao longo dos últimos anos. É uma equipe formada por profissionais de várias áreas do conhecimento: Teologia, Sociologia, Serviço Social, Economia Domestica, Nutrição, Psicologia, Economia e Administração (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 63)

4.3.3 Parceria com o Banco Popular do Brasil

Na busca de parcerias para fortalecer as atividades desenvolvidas, o Banco Palmas estabeleceu contrato, no ano de 2005, com o Banco Popular do Brasil, através da estratégia de bancarização da população de baixa renda. Vale ressaltar que o Banco Popular do Brasil aceitou a metodologia de trabalho do Banco Palmas descrita anteriormente (DADOS PRIMÁRIOS, 2007). Com esta parceria torna-se possível aos moradores do Conjunto Palmeira acessar os serviços microfinanceiros básicos através do Banco Palmas. O apoio logístico é disponibilizado através de equipamentos ou terminais eletrônicos em comodato, e de tecnologia exclusiva para a operação dos serviços do Banco Popular. No início da parceria as atividades detinham-se com foco na disponibilização de microcrédito produtivo orientado através do Banco Palmas. Porém com a criação da Rede de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, estes passaram a atuar como ‘Correspondentes Comunitários’⁶¹. Esta ação conjunta não acarreta custos para os BCDs e, ainda gera receita pela remuneração dos serviços (BONFIM, 2007).

⁶¹ Como exigência para atuar em parceria com o Banco Popular, as instituições solidárias pertencentes a Rede de BCD devem possuir conta corrente no Banco do Brasil e não ter restrições cadastrais (a entidade e os dirigentes). É necessário apresentar uma relação de documentos, como os últimos três balanços e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Ata de Constituição da entidade. Com a avaliação do porte financeiro poderá ser contratado diretamente ou por meio de uma Entidade Gestora. No Banco Palmas há uma rede de Bancos Comunitários de menor porte que ficam sob sua gestão (BONFIM, 2007).

4.3.4 Relação com o BACEN

Conforme assinala Silva Júnior (2004), os procedimentos adotados pelo Banco Palmas no que remete a criação de uma moeda para circulação local e de um cartão de crédito para consumo, desperta a atenção do órgão máximo regulamentador das atividades bancárias no país, o Banco Central do Brasil (BACEN). Como o Banco Palmas não se constitui numa instituição financeira regulamentada, não faz parte do Sistema Financeiro Nacional, portanto legalmente não pode exercer as funções pertinentes. Tendo em vista este fato, já em 1998, o relacionamento entre o Banco Palmas e o BACEN teve início. Naquele momento o BACEN pede esclarecimentos sobre a captação de poupança remunerada, logo após o lançamento do Banco Palmas na mídia nacional, pois não havia autorização para funcionar com tal propósito, o que se constituía num Crime contra o Sistema Financeiro Nacional por Constituição de Poupança. Assim, o Banco Palmas deixou de captar poupança dos moradores do Conjunto Palmeira.

Em 2003, o Banco Palmas é novamente procurado. Desta vez para prestar esclarecimentos sobre a emissão das moedas sociais. Neste mesmo ano, recebe notificação do Ministério Público Federal (MP) a pedido do BACEN, com vistas a incorrer em Crime contra a União por Emissão indevida de Meio Circulante. Após a prestação das devidas informações, o BACEN encaminha um parecer técnico que foi incorporado aos autos do processo e o MP determina que não há qualquer infração. No parecer, um técnico do BACEN evidencia “o forte trabalho socioeconômico que o Banco Palmas vem desenvolvendo e estabelecendo que a utilização das moedas sociais – através do Método Fomento – não atentavam contra a moeda nacional – o Real (R\$), pois ela permanecia em circulação com o mesmo poder de compra” (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 56).

5 APRESENTAÇÃO DA COMPARAÇÃO REALIZADA COM BASE NOS RESULTADOS DO ESTUDO

Com relação ao crédito popular, há de forma sutil uma apropriação recíproca pelas finanças tradicionais, microfinanças e finanças solidárias tanto do discurso quanto das metodologias utilizadas. Para as finanças tradicionais, o aumento da bancarização facilita o acesso aos serviços financeiros básicos para as pessoas de baixa renda, desde que estas sejam idôneas. Não se voltam necessariamente à população pobre e indigente que está impossibilitada de oferecer contrapartidas bancárias significativas, salvo algum ou outro caso específico, como um exemplo na cidade de São Paulo em que os ‘sem teto’ que exercem alguma função geradora de renda podem ter conta em banco.

Na verdade, o foco principal destas instituições bancárias continua sendo o de ampliar o mercado consumidor a fim de obter lucros. Neste caso, a obtenção de ganhos de capital se faz com a oferta de pequenos valores em grande quantidade para um potencial mercado que representa cerca de 68% dos domicílios com renda de até 5 salários no país. Em suma, o sistema financeiro tradicional através da bancarização almeja o lucro por meio do aumento de seus negócios. Por mais que se aproprie do discurso da inclusão social, são os objetivos do mercado capitalista que movem suas ações de inclusão monetária.

Sob outro aspecto, as finanças solidárias populares realizadas através dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento utilizam-se do capital e de serviços já desenvolvidos pelo sistema financeiro tradicional, como por exemplo, a utilização das contas simplificadas como ferramenta para alcançar seu objetivo de humanizar o acesso financeiro aos pobres e indigentes, marginalizados do sistema capitalista e sem garantias reais para oferecer ao sistema financeiro tradicional.

A área de Finanças Solidárias é ampla e diversificada. Constata-se a existência não só de finanças solidárias para a população miserável e indigente, a qual pode-se chamar de finanças solidárias populares, mas também contempla outros públicos e apresenta-se sob diversas formas com seus objetivos específicos: poupança solidária, fundos éticos de investimento, fundos solidários, cooperativas de crédito, entre outros. Dentre os públicos, pode-se incluir os que detêm de antemão certa parcela de capital e que necessitam expandir seus negócios de forma ‘saudável’, ou seja, com juros baixos, bons prazos e sem recorrer aos agiotas. Outro público é o das empresas recuperadas, que necessitam de grandes montantes de capital, encontram-se organizadas e geridas conforme os princípios da

Economia Solidária. Há também o exemplo dos fundos éticos de investimento, em que as pessoas podem aplicar em empresas responsáveis.

A economia solidária através das finanças solidárias fomenta a conscientização por melhorias na qualidade de vida, e incita a população a sair da pobreza pelo seu próprio esforço econômico, social e político. Os participantes destas comunidades mudam sua condição de vulnerabilidade e com o apoio do poder público e das entidades de apoio e fomento, movimentos sociais, ONGs, universidades, se fortalecem com o acesso a formação, qualificação e outras formas de tecnologias sociais cada vez mais desenvolvidas e praticadas.

A partir da experiência prática surgem elementos teóricos para explicar o fenômeno do desenvolvimento comunitário solidário. Este desenvolvimento é inclusivo e caracterizado pela fragilidade que acompanha frequentemente as comunidades pobres, localizadas em bolsões de pobreza tanto das periferias das metrópoles quanto do campo. A vulnerabilidade destas comunidades advem do difícil acesso ao capital e ao mercado, devido à sua condição de miserabilidade e a falta de garantias reais para oferecer ao Sistema Financeiro Tradicional. Em face deste entrave, experiências têm ganhado destaque ao promover a inclusão monetária e social.

O histórico de organização e mobilização dos moradores do território do Conjunto Palmeira para conquista de melhores condições de vida, aliado as parcerias com ONGs nacionais e internacionais e com o poder público municipal, estadual e federal, foram determinantes para o êxito na implementação do BCD Palmas, bem como para os programas de desenvolvimento, para a origem dos empreendimentos econômicos solidários e criação de outras formas alternativas para enfrentamento da pobreza.

O Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas é reconhecido tanto a nível nacional como internacional por ser uma experiência com bons resultados econômicos e sociais. Com a devida ênfase, promove o alcance dos objetivos propostos no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Existem diversas metodologias para uso da moeda social, cada qual cumprindo o fim a que se destina, o que se comprova na medida em que se adentra no tema. Um exame mais detalhado sobre elas não cabe aqui, visto que o destaque é a moeda social circulante local, instrumento adotado pelo Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas e também pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

A utilização da moeda social como circulante local auxilia o fluxo real da economia de um território através da produção, comércio, trocas e outras atividades econômicas

gerando renda, trabalho, maior circulação das riquezas e desenvolvimento. Este estímulo ocorre para além da dimensão puramente mercantil (econômica), acontece também nas diversas esferas do bem estar individual e coletivo. O uso da moeda social circulante local permite aos habitantes dos territórios expostos à vulnerabilidade, a conquista de dignidade e auto-estima. Também possibilita o crescimento a partir de uma condição de pobreza dependente para um outro patamar que se refere a participação econômica e social ativa. Esta mudança de atitude se reflete num aumento da auto-estima dos indivíduos que fazem parte daquela comunidade.

Com base nos dados pesquisados, que constituem o corpo desta monografia, construiu-se um quadro comparativo entre características referentes as Microfinanças, Finanças Solidárias, Finanças Tradicionais e Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas sob a ótica do crédito popular praticado no Brasil, que ora apresenta-se sob a forma do quadro 7. Realiza-se este procedimento para identificar paralelos, semelhanças e diferenças sobre a tipologia praticada.

Comparação entre as características das Microfinanças, Finanças Solidárias, Finanças Tradicionais e do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas sob a ótica do crédito popular praticado no Brasil

	Microfinanças	Finanças Solidárias	Finanças Tradicionais	Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas
Moeda	- Uso de moeda nacional; - Funções da moeda utilizadas: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor.	- Uso de moeda nacional e paralela; - Funções da moeda utilizadas: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor.	- Uso de moeda nacional; - Funções da moeda utilizadas: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor.	- Uso de moeda paralela (moeda social circulante local) e nacional; - Funções da moeda utilizadas: meio de troca e unidade de conta.
Público alvo	- População desbancarizada, principalmente microempreendimentos, desde que isentos de registros no SERASA, BACEN, SPC; - Agricultura familiar (PRONAF); - Microempreendimentos (PROGER).	- Empreendimentos Econômicos Solidários, desde a população excluída do sistema bancário tradicional, situada abaixo da linha da pobreza até empresas recuperadas (Necessidade desde pequenos a grandes montantes de crédito); - população sem garantias reais; - população com histórico negativo de pagamentos não realizados registrados no SERASA, BACEN, SPC e outros.	- População desbancarizada e isenta de registros no SERASA, BACEN, SPC; - Agricultura familiar (PRONAF); - Microempreendimentos (PROGER).	- Produtores, consumidores e prossumidores que residem em áreas de bolsões de pobreza, ou seja, para população no limite da pobreza que vive com até US\$ 2.00 por dia ; - população sem garantias reais; - população com histórico negativo de pagamentos não realizados registrados no SERASA, BACEN, SPC e outros.
Intenção implícita ao facilitar o acesso ao crédito popular	- Estar de acordo com as orientações do Banco Mundial e ONU, com relação às iniciativas de alcance aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio através do financiamento de capital de giro e capital fixo para empresas; - Inclusão social;	- Inclusão social; - Multiplicação de experiências diversas de produção e consumo com base nos princípios da economia solidária;	- Aumento da bancarização, através da simplificação de serviços financeiros básicos que visam ampliar o mercado consumidor para obter lucros com a oferta de pequenos valores em grandes quantidades; - Inclusão social;	- Inclusão social; - Fomento, multiplicação e capacitação de iniciativas de produção e consumo, com base nos princípios da Economia Solidárias;

	Microfinanças	Finanças Solidárias	Finanças Tradicionais	Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas
Produtos e serviços	<p>Principal produto: microcrédito produtivo orientado;</p> <p>- financiamento para consumo, tratamento médico, reforma ou construção de moradia, seguro de vida com auxílio-funeral.</p>	<p>- Oferta de Contas simplificadas através de parcerias com bancos do regulados pelo BACEN (abertura de contas, saldos e extratos, saques, depósitos, recebimento de títulos, recebimento de tributos Estaduais, Municipais e FGTS, pagamento de benefícios);</p> <p>- captação de poupança;</p> <p>- concessão de crédito.</p>	<p>- Oferta de Contas simplificadas (abertura de contas, saldos e extratos, saques, depósitos, recebimento de títulos, recebimento de tributos Estaduais, Municipais e FGTS, pagamento de benefícios);</p> <p>- concessão de empréstimo de baixos valores a juros baixos e curtos prazos.</p>	<p>- moeda social circulante local;</p> <p>- crédito solidário através de concessão delegada junto a agentes financeiros (como Banco Popular do Brasil, CEF, etc)</p> <p>- crédito para financiamento de empreendimentos solidários;</p> <p>- crédito para consumo pessoal e familiar, sem juros;</p> <p>- cartão de crédito popular solidário;</p> <p>- Oferta de Contas simplificadas através de parcerias com bancos do regulados pelo BACEN (abertura de contas, saldos e extratos, saques, depósitos, recebimento de títulos, recebimento de tributos Estaduais, Municipais e FGTS, pagamento de benefícios).</p>
Captação de depósitos	<p>- Sim (SCM);</p> <p>- Não (Banco do Povo e OSCIP).</p>	Sim	Sim	Não
Concedentes	<p>- Dividem-se em 2 grupos: 1) Primeira linha atuam direto com os tomadores: instituições da iniciativa privada regulamentadas pelo BACEN (SCM - Sociedades de Crédito ao Microempresário, incluindo OSCIPs), instituições da sociedade civil isentas de regulação (ONGs) e instituições do Poder Público atuam em parceria com a iniciativa privada e sociedade civil (CrediAmigo do BNB);</p>	<p>- Bancos comunitários, cooperativas de Crédito, fundos rotativos de crédito e crédito orientado;</p> <p>- No PNMPO podem atuar como instituições repassadoras: bancos públicos e privados detentores de depósitos à vista; bancos oficiais já autorizados a operar com recursos do FAT (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Basa e BNB); cooperativas de crédito; SCMs e OSCIPs, desde que estabeleçam contato direto e</p>	<p>- Bancos comerciais públicos e privados regulamentados pelo BACEN, como Banco do Brasil (Banco Popular), Bradesco (Banco Postal), Caixa Econômica Federal (Caixa Aqui) e HSBC (crédito consignado) e outros;</p>	<p>- Banco Comunitário</p> <p>- Banco Popular do Brasil</p>

	2) Segunda linha oferecem apoio técnico, capacitação e recursos para as instituições de primeira linha (PCPP, PDI, SEBRAE, BDMG, BADESC). - não regulamentadas como o Banco do Povo e ONGs;	presencial com os microempreendedores.		
	Microfinanças	Finanças Solidárias	Finanças Tradicionais	Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas
Origem dos recursos	Instituições de segunda linha (PCPP, PDI, SEBRAE, BDMG, BADESC).	- Associados, ONGs nacionais e internacionais, Estado	- FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador); - No total de recursos podem emprestar até o limite de 2% dos depósitos à vista captados;	- ONGs nacionais e internacionais, Estado, próprios associados.
Forma de liquidação	- Em parcelas mensais, consecutivas ou; - no vencimento do contrato.	- Em parcelas mensais, consecutivas ou; - no vencimento do contrato.	- Em parcelas mensais, consecutivas ou; - no vencimento do contrato.	- Em parcelas mensais, consecutivas ou; - no vencimento do contrato.
Sistema de garantias	- ausência de garantias reais; - Aval solidário (formação de pequenos grupos mutuamente responsáveis pelo crédito, por vezes formado por pessoas que não se conhecem, não tem vínculos); - indicação de um fiador quando empréstimo individual.	- Ausência de garantias reais ou fiador; - Aval solidário (formação de pequenos grupos mutuamente responsáveis pelo crédito, que já possuem laços de proximidade e confiança); - Aval de vizinhança	- Ausência de garantias reais ou fiador;	- Ausência de garantias reais ou fiador; - Aval solidário da vizinhança
Juros (i)	- Sim, cobrança de taxas de juros que cubram os custos totais;	- Sim, Apenas com a moeda nacional; - Não, a moeda social circulante local é isenta de juros.	- Sim, baixas taxas de juros calculadas com base na taxa praticada no mercado	- Sim, com a moeda nacional, sistema de juros evolutivos; - Não, a moeda social circulante local é isenta de juros.
Regulamentação BACEN	sim	- Sim, para o caso de OSCIPS - Não	Altamente regulamentado	Não

Quadro 7 – Comparação entre as características das Microfinanças, Finanças Solidárias, Finanças Tradicionais e do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas sob a ótica do crédito popular praticado no Brasil.

Fonte: Elaboração própria

6 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

6.1 CONCLUSÃO

Cabe considerar sobre a inclusão monetária e a inclusão social, a percepção de que a inclusão monetária pode sim trazer inclusão social. Quando a concessão de crédito e a oferta dos demais serviços financeiros são acompanhadas por atividades complementares de formação, capacitação e sensibilização com base em relações de proximidade, confiança e em princípios da economia solidária (a exemplo das atividades desenvolvidas no Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas), a inclusão social é potencializada e qualificada. Os efeitos na comunidade local são admiráveis, se levada em consideração uma outra lógica que não a capitalista, ou seja, com o foco na valorização do ser humano. A conquista da auto-estima e das condições mínimas de dignidade humana é oportunizada pelo desenvolvimento de talentos e dons antes sufocados pela falta de pequenos montantes monetários. Um novo sentido é vivenciado, quando a própria população pode trazer à consciência o quanto é relevante seu papel de protagonista nas atividades que operam melhorias em seu ambiente de existência.

A autonomia é entendida como a capacidade do ser humano em governar-se por si mesmo de forma autoregulada, com motivação de alcançar um patamar de igualdade entre e perante todos e em qualquer situação. Ao utilizar-se da autonomia com fins de criar, na coletividade, uma ferramenta monetária para uso num território específico (a moeda social circulante local), caracterizando-a com uma identidade reconhecível, emitindo-a e colocando-a em circulação, promove-se um processo de envolvimento dos produtores, consumidores, prestadores de serviços, comerciantes e população em geral. Ocorre um estímulo à maturidade destas pessoas, no sentido evolutivo do ser humano, de poder escolher outros patamares de crescimento interpessoal, ao assumir habilidades e deixar de colocar no 'outro' a total responsabilidade pelos acontecimentos que influenciam sua realidade. Ocorre um 'caminhar com as próprias pernas', diminuindo a dependência das políticas assistencialistas, tanto públicas quanto da iniciativa civil e passa-se a considerar estes agentes externos como parceiros na caminhada.

O exercício da autonomia é reforçado pelos agentes externos (ONGS, iniciativa privada e poder público) que procuram atuar de forma consciente e estratégica de sua posição como parceiros. Estes agentes apóiam e constroem conjuntamente iniciativas provenientes da percepção que os próprios pobres e indigentes possuem a respeito de sua condição de vulnerabilidade. Os pobres possuem uma vasta experiência no enfrentamento das condições adversas de sobrevivência, o que pode lhes auxiliar no desenvolvimento de estratégias e procedimentos para superar tal situação miserável.

O objetivo geral foi alcançado, pois permitiu a identificação do contexto organizativo do crédito popular praticado no Brasil com base nas interrelações ocorrentes entre as finanças solidárias, microfinanças e finanças tradicionais focadas, exclusivamente neste trabalho, na exploração e descrição do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas de Fortaleza – CE, que está inserido num contexto de extrema pobreza e encontra-se exitoso em sua prática.

Os objetivos específicos, da mesma maneira também foram realizados visto que a partir do trabalho apresentado, foi possível reconhecer e descrever as principais características das finanças, tanto sob a ótica tradicional quanto ‘alternativa’ através da revisão teórica sobre moeda, natureza e papel das finanças na economia e a identificação dos bancos no Sistema Financeiro Nacional. Foi dada relevância à moeda paralela identificada como moeda social circulante local ressaltando seu empoderamento local por populações em estado de vulnerabilidade. Outro destaque foi dado ao tema referente ao acesso bancário à população de baixa renda a efeito de caracterizar minimamente o público tomador dos serviços originados do crédito popular.

Outro objetivo específico do trabalho foi realizado e teve como resultado a identificação de limites e potencialidades das metodologias de crédito popular praticadas no país. Resultou, também na elaboração de um quadro comparativo que permitiu uma visão geral das principais características, clareando os contornos que circundam o tema. No conjunto do crédito popular reuniu-se os três grupos de finanças: Microfinanças, Finanças Solidárias e Finanças Tradicionais. A partir deste procedimento foi perceptível a existência de características comuns às três práticas de finanças, bem como de matizes que se interpõem e que diferem sutilmente entre eles. Esta identificação foi necessária para a posterior comparação com a experiência do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas.

O objetivo específico de descrever a experiência do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas de Fortaleza – CE, desde seu contexto de origem, metodologias

empregadas, bem como impactos advindos de sua implementação, foi bem sucedido. Embora não exista uma grande variedade de publicações sobre o tema, a facilidade no acesso aos agentes inseridos na experiência e as publicações existentes oriundas da fonte do fenômeno, bem como a participação da autora em encontros relacionados ao tema, foram fundamentais para o levantamento das informações que enriqueceram este estudo. A organização da descrição do caso estudado fundamentou-se na cultura organizativa, práticas comunitárias e necessidades que precederam a implementação do Banco Palmas. Foi dado foco à metodologia usada para concessão do crédito para produção e consumo, descrevendo tais processos com base em dados atuais (dentro do possível). Deu-se a devida relevância ao uso da moeda social circulante local e a originalidade da experiência.

Para alcançar o ultimo objetivo específico apresentou-se uma comparação mais completa, incluindo os dados do BCD Palmas, além dos já levantados sobre as Finanças em sua diversidade. Adicionou-se também algumas reflexões acerca das intuições descobertas com o aprimoramento e profundidade de pesquisa.

Adicionalmente, vale colocar que em referência às políticas públicas é importante salientar o papel do Estado como um agente parceiro. O mesmo pode estimular o processo de desenvolvimento local, por meio de iniciativas que promovam a redução da pobreza, com vistas a alcançar os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. A partir de ações adaptadas à realidade peculiar da população que vive em condições miseráveis e construídas de forma coletiva com a mesma, desconsiderando a dinâmica tradicional do sistema financeiro. As iniciativas populares produtivas têm necessidade de fonte de financiamento perene. Neste aspecto, a formulação de políticas públicas tem sua relevância. As práticas e programas voltados para a economia solidária são recentes no Brasil. São frutos das demandas dos movimentos sociais vindos de todo o país. O tema economia solidária, atualmente, é transversal nos ministérios e é incorporado cada vez mais em programas e ações governamentais. O apoio do governo pode ser decisivo, mas de qualquer forma a economia solidária acontece mesmo sem o apoio do mesmo. É uma característica interessante, o fato de que os empreendimentos que fazem parte do movimento da economia solidária podem e também “caminham com as próprias pernas”. A título de ilustração, conforme o mapeamento, o capital dos empreendimentos solidários origina-se em sua maioria dos próprios sócios (61,4%) e apenas em 12,3% dos empreendimentos provêm de financiamento.

A Economia Solidária é construída fundamentada nos pilares da cooperação, autogestão/autonomia, confiança, ética, sustentabilidade, proteção ao meio ambiente,

solidariedade e igualdade na relação produção/consumo. Não se trata de utopia, pois se apresenta de forma efetiva no cotidiano de muitas pessoas nesta fase de transição e transformação, pela qual o planeta Terra e todos os seus habitantes estão passando. Este movimento de Economia Solidária busca melhores condições de vida através da construção coletiva, do empoderamento e da distribuição da riqueza. Não só a riqueza material, como também a riqueza inerente ao ser no que se refere aos seus dons e talentos a serem descobertos e, também a felicidade de realizar-se como ser humano. Realização esta que se dá através de relações mais próximas, verdadeiramente qualificadas, com respeito e amorosidade seja no trabalho, na comunidade, ao consumir, ao comercializar, ao trocar. Afinal a troca é o princípio da vida, é que fazemos desde o primeiro momento após o nascimento até nosso último momento por aqui.

6.2 RECOMENDAÇÕES

De uma forma auspiciosa, recomenda-se aprofundar o estudo a fim de encontrar elementos para a formação de um sistema financeiro alternativo baseado nos princípios da economia solidária. Para tanto, se faz necessário o desenvolvimento de um marco regulatório para tais instrumentos e instituições, de modo a ser construída coletivamente com transparência, precisão e adaptada a esta realidade que se descortina. Vale destacar ainda, que de uma forma geral, 46% dos empreendimentos da Economia Solidária mapeados não são cadastrados na Receita Federal e, portanto não podem exercer legalmente as atividades de mercado.

A presente pesquisa tratou de um tema da realidade local do Estado do Ceará, mais especificamente da cidade de Fortaleza que emerge e ganha destaque por vincular os interesses da população local com os de instituições promotoras do desenvolvimento. A recente metodologia de implementação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento aperfeiçoa-se conforme o ‘andar da carruagem’. Realizam-se acordos e parcerias com instituições da iniciativa civil, privada e pública, no sentido de multiplicar esta experiência por todo o Brasil. Torna-se relevante o conhecimento e reflexão sobre tal metodologia para multiplicação da mesma no Estado de Santa Catarina, com suas devidas adaptações regionais. Soma-se a este aspecto, o interesse oriundo de alguns empreendimentos

econômicos solidários participantes do Fórum Catarinense de Economia Solidária no acesso ampliado a este tipo de mecanismo.

Há uma diversidade temática a ser estudada a partir do crédito popular praticado no Brasil. Recomenda-se aqui alguns destes estudos.

- mensurar os impactos econômicos e sociais da moeda social comparando os diversos métodos utilizados;

- estudar a viabilidade econômica e social, bem como mensurar os impactos de implementação de bancos comunitários de desenvolvimento em territórios de população vulnerável de Santa Catarina, como por exemplo, no quilombola de Campos Novos;

- aprofundar a análise comparativa sobre as finanças tradicionais, microfinanças e finanças solidárias, inclusive com análise de caso de outras experiências;

- aprofundar o estudo sobre as finanças solidárias a fim de delineá-la com maior integridade;

- analisar social e economicamente o impacto da utilização das metodologias alternativas, como aval solidário, sistema de juros evolutivos e cartão de crédito comunitário.

Enfim, permanece o sentimento de satisfação alcançado referente à aproximação para com a leitura especializada no tema. Os conhecimentos adquiridos durante o período de graduação nesta Universidade, bem como aqueles apreendidos na prática do movimento da Economia Solidária, facilitaram a elaboração da presente monografia. Esta pesquisa foi indispensável à atualização e ao acréscimo de novos conhecimentos, contribuindo efetivamente para a formação pessoal e profissional desta autora. Além de possibilitar o exercício do aprimoramento da capacidade interpretativa e senso crítico. E ainda, despertar o interesse na continuidade do estudo do tema Finanças Solidárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo (org). **A densa vida financeira das famílias pobres**. In: Laços financeiros na luta contra a pobreza. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2004, p. 21-67.

ABRAMOVAY, Ricardo; JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração da USP**, volume 40, n 1, jan. fev. mar, pp19-33, [2004?]. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2005/Junqueira_Abramovay_RAU.doc>. Acesso em: 16 maio 2007.

ALCANTARA, Manoela. Ampliação de fundos solidários seria alternativa para desenvolvimento de comunidades pobres. **RADIOBRAS AGENCIA BRASIL**. Brasília, 06 de fevereiro 2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/02/06/materia.2007-02-06.3220515104/view>>. Acesso em: 16 maio 2007.

ALCANTARA, Leo. Discurso pronunciado na sessão de 12 de Abril de 2000, sobre o aniversário de Fortaleza. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/leocalcantara/hpleo/DISCURSO/anifor.htm>>. Acesso em: 10 junho 2007.

ANDREZO, Andrea Fernandes; IRAN, Siqueira Lima. **Mercado Financeiro**. Aspectos Históricos e conceituais. 2 ed. São Paulo: Thomson, 2002, 373 p.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. São Paulo: Unesp, 1996.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO DA ECONOMIA FAMILIAR E SOLIDÁRIA (ANCOSOL). Disponível em: <<http://www.ancosol.org.br/noticia.htm>>. Acesso em: 17 maio 2007.

ARAUJO, Ana Maria Matos; CARLEIAL, Adelita Neto . Oportunidade e Miséria nos Bairros de Fortaleza. Scripta Nova. **Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(030). Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(030\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(030).htm)>. Acesso em: 28 junho 2007.

ARKEL, Henk et al. **Onde está o dinheiro?** Pistas para a construção do movimento monetário mosaico. Porto Alegre: Dacasa, 2002. 190 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 15 maio 2007.

BARROS, Otaciana. Integrante da equipe da ASMOCONP/Banco Palmas: entrevista, 2007. Entrevistadora: Andrea Viana Faustino, Florianópolis-Ceará, 2007. Via E-mail e telefone. Entrevista concedida ao trabalho de conclusão do curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em jul. 2007.

BONFIM, Cristiane; PALÁCIO, Felipe. Bancos Comunitários. A vez dos sem-crédito. **Diário do Nordeste**. 20 de maio de 2007. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=434973>>. Acesso em: 10 junho 2007.

BONFIM, Cristiane; PALÁCIO, Felipe. Funcionalismo pago em banco comunitário. **Diário do Nordeste**. 21 de maio de 2007. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=434973>>. Acesso em: 10 junho 2007.

BRASIL. Ministério do trabalho e Emprego. SENAES. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006, 60 p.

BRASIL. Ministério do trabalho e Emprego. SENAES. **Anais 1 conferência nacional de economia solidária 2006**. Brasília: MTE, SENAES, 2007, 107 p.

BRASIL. Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dados de Emprego**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>>. Acesso em: 19 junho 2007.

CAVALCANTI, Marcos. As novas regras da economia do conhecimento. **O globo on line**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/inteligenciaempresarial/post.asp?cod_post=62699>. Acesso em: 05 julho 2007.

COELHO, Franklin Dias. **Finanças Solidárias**. In: A outra Economia. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 153 – 164.

CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA (CCS). **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002, 65 p.

DOWBOR, Ladislaw. Por uma nova ordem mundial. **Carta Capital** (2007). Disponível em: <<http://dowbor.org/07cartacapital.doc>>. Acesso em: 19 junho 2007.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/>>. Acesso em: 19 junho 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, São Paulo, ano 8, n. 6 – Janeiro/Junho 2005 – Issn 1806-6755. Disponível em: <www.prudente.unesp.br/dgeo/nera>. Acesso em: 27 maio 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Escolar da Língua Portuguesa. 1. ed. – 2. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). Disponível em: <<http://www.fb.es.org.br>>. Acesso em: 10 maio 2007.

FRANÇA, Genauto Carvalho de Filho. **A economia popular e solidária no Brasil**. In: FRANÇA, Genauto Carvalho de Filho *et al.* Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 57-71.

FRANÇA, Genauto Carvalho de Filho; SILVA JUNIOR, Jeová Torres. **Uma dinâmica associativa emblemática no nordeste brasileiro – o caso do Banco Palmas**. In: FRANÇA, Genauto Carvalho de Filho *et al.* Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 97-116.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENDERSON, Hazel. **A informação: verdadeira moeda corrente do mundo não está escassa**. In: Construindo um mundo onde todos ganhem. A vida depois da guerra da economia global. São Paulo: Cultrix, 1996, p. 217 – 240.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 junho de 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/politicas%20publicas/cart-fecop.pdf>>. Acesso em: 26 junho de 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEADATA). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?77668625>>. Acesso em: 20 maio de 2007.

INSTITUTO DE POLITICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL (PACS). **Moeda social e trocas solidárias: experiências e desafios para ações transformadoras**. Série: Semeando Socioeconomia Solidária n. 8. Rio de Janeiro: PACS, 2005.

JUNIOR, Daniel Venâncio. **O potencial de crescimento do setor bancário no Brasil**. [200?]. Disponível em: <<http://www.univap.br/biblioteca/hp/Mono%202001%20Rev/020.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LISBOA, Armando de Melo. **Economia solidária, economia barroca**. A emergência da socioeconomia solidária na América Ibérica. 2003. 364 f. Dissertação (Doutorado em Sociologia Econômica e das Organizações) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2003.

LISBOA, Armando de Melo; FAUSTINO, Andrea Viana. **Trocas solidárias, moeda e espiritualidade**. In: IV Encontro Internacional de Economia Solidária. NESOL/USP. São Paulo/SP, 2006.

MANCE, Euclides José. (org.). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFil, 2003, 392 p.

MARX, Karl. **Papel do crédito na produção capitalista. CAP XXVII**. In: O capital. Crítica da economia política. Livro terceiro. O processo global da produção capitalista. Volume V, 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991, p. 503-510.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra (Org.). **Bairros pobres – ricas soluções**: Banco Palmas ponto a ponto. Fortaleza: Lamparina, 2003, 118 p.

_____. **O poder do circulante local**: a moeda social no Conjunto Palmeira. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2005, 56 p.

_____. **Banco comunitário e cooperativa de crédito**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005a, 52 p.

_____. **Bancos comunitários de desenvolvimento:** uma rede sob controle da comunidade. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006, 55 p.

MELO NETO, João Joaquim. **O banco palmas.** Disponível em: <<http://www.flem.org.br/cadernosflem/Artigos/Cadernos5/Cadernos5-BancoPalmas.pdf>>. Acesso em: 23 março 2007.

MISHKIN, Frederic S.. **Moedas, bancos e mercados financeiros.** 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

MOATTI, Sandra. **O florescimento das moedas sociais.** In: CEPAT - CENTRO DE PESQUISA E APOIO AOS TRABALHADORES. Trocas solidárias: embrião de uma nova economia. n. 136. Curitiba: Gráfica Popular, Agosto de 2006, p.23-27.

MOL, Leonora Michelin Labossière. Integrante da equipe do Banco Bem e da Rede Nacional de Bancos Comunitários de Desenvolvimento: entrevista, 2007. Entrevistadora: Andrea Viana Faustino, Florianópolis, 2007. Via E-mail. Entrevista concedida ao trabalho de conclusão do curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em jul. 2007.

MONTEIRO FILHO, Raphael de Barros. **A importância do crédito como fator de desenvolvimeto econômico e social.** Comandatuba, BA, 7 set. 2006. Disponível em: <http://www.stj.gov.br/webstj/ministros/discurso_internet.asp?Minis=0001089>. Acesso em 01 junho 2007.

OLIVEIRA, Kelly. Diretor defende criação de bancos comunitários para atender economia solidária. **RADIOBRÁS AGÊNCIA BRASIL.** Brasília, 12 de março 2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/03/12/materia.2007-03-12.1315160476/view>>. Acesso em: 13 junho 2007.

PASTORE, José Eduardo. O crédito das cooperativas de crédito. **Gazeta Mercantil,** 23 dezembro 2005 Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=240491>>. Acesso em: 26 maio 2007.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças.** Saiba o que é um banco do povo. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002. 192 p.

PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. O que é empoderamento (empowerment). **Sapiência, Informativo Científico da FAPEPI,** Teresina, n.8, ano 3, junho de 2006. Disponível em: <<http://www.fapepi.pi.gov.br/sapiencia8/artigos1.php>>. Acesso em: 08 maio 2007.

PINHO, Osmar Roncolato. **O cenário atual do crédito bancário à pessoa física**. 22 agosto 2006. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaques/Febraban%20PF%20-%20Osmar%20Roncolato.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2007.

POCHMANN, Marcio. **Economia solidária e crédito popular**. In: ARROYO, João Claudio Tupinambá (Org.). *Solidariedade e Sucesso: a experiência do banco do povo de Belém*. Belém: Prefeitura Municipal de Belém. 2002, p. 13-35.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh>>. Acesso em: 27 maio 2007.

PRIMAVERA, Heloisa. **Moeda social**. In: CATTANI, Antônio David, *et. al.* *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003, p.192-199.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (PU3UFC). Disponível em: <<http://pu3ufc.blogspot.com/search?q=mapa+fortaleza>>. Acesso em: 10 junho 2007.

REZENDE, Valéria *et al.* **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65 p.

RODRIGUES, Lino. Banco dos pobres, sucesso entre brasileiros de baixa renda. **Isto é on line**. 16 fevereiro 2005. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/1845/economia/1845_banco_dos_pobres.htm>. Acesso em: 26 maio 2007.

RUDGE, Luiz Fernando *et al.* **Mercado de capitais**. O que é, como funciona. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

RYDLEWSKI, Carlos. A vida sem crédito. **Veja**, São Paulo, ed. 1850, p. 100-101, Abr. 2004.

SANCHEZ-COSTA, Didac. **Como criar uma rede de trocas em sua comunidade**. Itajaí: Voluntários pela verdade ambiental, 2003, 100 p.

SANGLARD, Tácito Naves. “Errare humanum est” **Banco Hoje**. Disponível em: <<http://www.bancohoje.com.br/artigo.asp?Artigo=1018>>. Acesso em junho de 2007.

SCHEFER, Luiz Fernando Nieuwenhoff. **Políticas de geração de trabalho e renda: implantação do consórcio social da juventude na região de Florianópolis.** Florianópolis, 2006. 82 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Ciências Econômicas, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

SECRETARIA EXECUTIVA DO FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **A trajetória do movimento da economia solidária no Brasil: do fórum social mundial (FSM) ao fórum brasileiro da economia solidária (fbes).** In: FRANÇA, Genauto Carvalho de Filho *et al.* Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 75-87.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/>>. Acesso em: 25 fevereiro 2007.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Disponível em <<http://www.sebraeminas.com.br/culturadacooperacao/oscip/02.htm>>. Acesso em: junho de 2007.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torre. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas.** 2004. 90 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

SINGER, Paul. **Para entender o mundo financeiro.** São Paulo: Contexto, 2000. 157 p.

_____. **O desafio é criar cadeias solidárias.** In: MELLO, Claiton; STREIT, Jorge; ROVAI, Renato. Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo: Publisher, 2006, p. 18-25.

_____. **Contribución para una política nacional de crédito popular (microcrédito, finanzas solidarias).** In: SABATÉ, Alberto Federico; OZOMEK, Sabina; MUÑOZ, Ruth. Finanzas y economía social: modalidades em los manejos de los recursos solidários. Buenos Aires: Altamira, 2005, p. 427-437.

SOARES, Claudia Lucia Bisaggio. **Moeda social: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo.** 2006. 251 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

SOUZA, Luiz Gonzaga de. **A moeda na economia**. In: Ensaios de Economia. [2004]. Disponível em: <<http://www.eumed.net/coursecon/libreria/2004/lgs-ens/5.htm>>. Acesso em: 15 maio 2007.

STANFORD, John. D. Moeda, bancos e atividade econômica. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1981. 158 p.

TOSCANO, Idalvo. **O “banco” palmas: uma experiência de economia solidária**. In: FRANÇA, Cassio Luiz de; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado (Org.). Aspectos econômicos de experiências de desenvolvimento local. São Paulo: Instituto Polis, 2002, p.151-174.

_____, Idalvo. **O jardim de caminhos que se bifurcam: o microcrédito no Brasil**. In: I Seminário Bacen sobre microcrédito Recife, PE – 27 de setembro de 2002a. Disponível em: <www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=65-224k>. Acesso em: 28 maio 2007.

TOKARSKI, Marcelo. Dinheiro para a baixa renda. Correio Braziliense, Brasília, 04 de fevereiro 2004. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=103947>>. Acesso em: 19 maio 2007.

THE SIXTH SENSE OF BUSINESS (TNSINTERSCIENCE). **A baixa renda & o crédito**. Oportunidades & riscos. 2006. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaques/Baixa%20Renda%20&%20Cr%E9dito_Oportunidades%20&%20Riscos.pdf>. Acesso em: 26 maio 2007.

TRIGUEIRO, F. dos Santos. **Moeda bancária – cheques**. In: Dinheiro no Brasil. BACEN [200?]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?MHISTCHEQUE>>. Acesso em: 15 maio 2007.

TROSTER, Roberto Luiz. **Spread bancário no Brasil**. 2005. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/spreadbancario0307c.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Disponível em: <<http://www.unesco.org.br/>>. Acesso em: 26 maio 2007.

VALE, Gláucia M. Vasconcellos. **Cluster: desafios e oportunidades**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/revistasebrae/03/artigo1.htm>>. Acesso em: 26 maio 2007.

VALVERDE, Rodrigo R. H. Felipe. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, p. 119 - 126, 2004. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp15/Artigo8.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2007.

WOLFENSOHN, James D.; BOURGUINON, François. **Desenvolvimento e redução da pobreza: reflexão e perspectiva**. Preparado para as reuniões anuais de 2004 do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Washington: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial. 2004. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/ANGOLAEXTN/Resources/jdw_bourguignon_portuguese.pdf>. Acesso em: 29 maio 2007.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos pobres**. 1.ed. São Paulo: Editora Ática, 2006, 343 p.

16 milhões abrem conta bancária em 5 anos. **G1**: o portal de notícias da globo. Brasília, 14 de junho 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Economia/0,,MUL52220-5599,00.html>>. Acesso em: 16 junho 2007.

Fortaleza supera BH e se torna 4º município mais populoso do Brasil. **Agência Estado**. Fortaleza, 01 de setembro 2006. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=390088>>. Acesso em: 10 junho 2007.

APÊNDICES

